

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CONCENTRAÇÃO: UTILIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS
NATURAIS**

**O PATRIMÔNIO PÚBLICO DA PAISAGEM
LITORÂNEA DE SANTA CATARINA**

ESTUDO DE CASO: GANCHOS E AS TENDÊNCIAS TURÍSTICAS.

CARLOS ALBERTO CLAUDINO

FLORIANÓPOLIS, 2003

CARLOS ALBERTO CLAUDINO

**O PATRIMÔNIO PÚBLICO DA PAISAGEM LITORÂNEA
DE SANTA CATARINA**

ESTUDO DE CASO: GANCHOS E AS TENDÊNCIAS TURÍSTICAS.

**Dissertação apresentada como requisito para a
conclusão do curso de Pós-Graduação em Geografia e
obtenção do título de Mestre em Geografia, área de
concentração Utilização e Conservação de Recursos
Naturais, pela Universidade Federal de Santa Catarina.**

Orientadora: PROF. MARIA DOLORES BUSS

FLORIANÓPOLIS, 2003

RESUMO

Em áreas litorâneas catarinenses, as transformações decorrentes de atividades turísticas, têm ocasionado impactos negativos ao equilíbrio ecológico local e às comunidades pesqueiro-artesanais que necessitam desta área para viver. Por se tratar de um espaço valorizado por sua beleza paisagística, e economicamente, pela diversidade de recursos disponíveis, o espaço litorâneo torna-se produto de grande importância para a expansão do processo capitalista, que, quando transformado em mercadoria turística, passa a atender as tendências do mercado e, nem sempre, as necessidades sociais.

Em Ganchos (atual Município Governador Celso Ramos), em Santa Catarina, percebe-se que a implantação de atividades turísticas vem acarretando numa série de alterações paisagísticas, influenciando assim, no estilo de vida daquela comunidade, bem como no modo de pensar e agir, alterando suas percepções, significados e valores à cerca da paisagem local.

A comunidade de Ganchos se caracteriza por guardar consigo fortes traços da cultura de seus antepassados, que “teve início” com a vinda dos lusitanos atraídos pela pesca da baleia a aproximadamente 250 anos, e posteriormente, sofreu as influências dos açorianos que ocupavam as áreas vizinhas.

Diante das transformações sócio-espaciais ocorridas nos últimos anos, Ganchos tornou-se local de intensas contradições, que vão desde os contrastes sociais, até frequentes choques entre a cultura local e a cultura “dominante imposta”, que se refletem em “conflitos” entre pesca artesanal e pesca mercantil, polícia e os farristas da brincadeira do boi, turistas e comunidade tradicional, pescadores / banhistas e “donos” de “praias privadas” , dentre outros.

Neste estudo procuramos mostrar algumas das contradições que envolvem a inserção de novas atividades econômicas em Ganchos e o seu envolvimento nas transformações paisagísticas e na percepção dos moradores locais. Deste modo, ouvir a comunidade, suas opiniões, anseios, ou seja, suas percepções sobre o espaço que os rodeia foi fundamental para compreender as relações do lugar sobre suas vidas, e até observar as conseqüências da atual transformação da paisagem.

SUMÁRIO	Pag.
Introdução	05
Localização	13
Capítulo 1 Abordagem sobre as concepções de paisagem na geografia	16
1.1 A concepção humanista e a retomada do conceito de paisagem	18
1.2 A paisagem como conceito operacional	20
1.3 O processo perceptivo da paisagem	22
1.4 Dos conceitos de paisagem para uma análise das atividades turísticas no espaço	27
Capítulo 2 - Uma breve reflexão crítica: turismo de fábulas, perversidade e novas perspectivas	31
2.1 O turismo e a transformação da paisagem litorânea	36
Capítulo 3 - Caracterização da configuração territorial e paisagística de Ganchos	42
3.1 Aspectos “naturais” e culturais de Ganchos (...)	44
3.2 (...) sob um contexto histórico	52
Capítulo 4 - As atividades turísticas em Ganchos	57
4.1 Implantação e características gerais	57
4.2 Tendência turística em Ganchos – promoção turísticas e suas contradições	72
Capítulo 5 - Os atributos da paisagem em ganchos	83
5.1 A percepção dos moradores e visitantes acerca da paisagem local.	90
Considerações finais	103
Referencial bibliográfico	106
Anexos	111

INTRODUÇÃO

A prática do turismo vem sendo, muitas vezes, apresentada nos “discursos oficiais” como atividade que, além de proporcionar o desenvolvimento econômico, auxilia na proteção dos bens culturais e naturais, criando, assim, expectativas crescentes em diversos locais.

No entanto, nota-se que em certas localidades este tipo de atividade, agregado a “ideais desenvolvimentistas” tem gerado perdas significativas para as comunidades locais, comprometendo a sua qualidade de vida, servindo apenas como instrumento de ampliação de riqueza para alguns segmentos da sociedade.

Em áreas litorâneas, as transformações decorrentes de atividades turísticas, também têm ocasionado impactos negativos ao equilíbrio ecológico local e às comunidades pescueiro-artesanais que necessitam desta área para viver. Por se tratar de um espaço valorizado esteticamente por sua beleza paisagística e, economicamente, pela diversidade de recursos disponíveis, o espaço litorâneo torna-se “matéria-prima” de grande importância para a expansão do processo capitalista, que, quando transformado em mercadoria turística, passa a atender as tendências do mercado e, nem sempre, as necessidades sociais.

Frente a essas contradições, este trabalho trata de uma abordagem do turismo, na qual, através da análise do patrimônio público, ou seja, dos bens pertencentes a uma determinada comunidade, possa-se obter conhecimentos que propicie o entendimento das relações harmônicas e desarmônicas do turismo com esse patrimônio. O patrimônio aqui discutido não trata apenas de bens materiais ou naturais, mas de toda bagagem sócio-cultural desta comunidade, bem como, seu modo de viver, de se relacionar, de pensar e de agir. Deste modo a própria comunidade estará inserida no sentido de patrimônio.

Sendo a Geografia uma ciência social que estuda a sociedade e a natureza, a ênfase do seu objetivo recai na investigação de como a sociedade ocupa, organiza e transforma o lugar em que vive. Para a análise do patrimônio público da área em estudo e o entendimento de como este se envolve na construção e reconstrução do espaço local, recorreremos a categoria geográfica de paisagem, entendendo-a como “[...] o aspecto visível, diretamente perceptível do espaço” (DOLLFUS, 1973, p.13), a fim de identificar, caracterizar e interpretar os elementos que compõe o espaço que está sendo estudado e, ainda, o seu envolvimento no modo de pensar e de agir dos moradores locais, cujas

evidências poderão ser conhecidas através do estudo de suas percepções sobre o ambiente vivido.

Conforme BERQUE (1984: 84),

“A paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz por que participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação - ou seja da cultura.”

Cabe à geografia procurar definir essa lógica para tentar compreender o sentido da paisagem na vida social, pois enquanto marca (materialização da “vida” social nas formas espaciais), esta possui um sentido que implica toda uma cadeia de processos físicos, mentais e sociais na qual desempenha um papel simultâneo de marca e matriz.

Por ter o termo patrimônio público, uma conotação objetiva (no que diz respeito aos aspectos morfológicos da paisagem) e também subjetiva (nas questões culturais, de valores, simbólicas e comportamentais) optou-se por uma base teórica-conceitual e metodológica fundada na “Geografia Humanística” sob o contexto que esta perspectiva não se desvincula, nem nega outras perspectivas, o que a torna, ao mesmo tempo, complemento e base para outras abordagens transdisciplinares, que contemplem uma visão econômica, sociológica, ambiental, dentre outras utilizando-se de autores diversos e com linhas de pensamentos de correntes geográficas “diferentes”.

A paisagem assume grande importância para o Turismo haja vista que um dos motivos de se conhecer lugares diferentes é a busca por nova paisagem, contemplada e, em alguns casos “vivenciada” pela experiência turística. Assim, a paisagem constitui-se num recurso turístico, pois é “*vista como um conjunto de formas naturais e culturais associadas em uma dada área*” (CORRÊA, 1998:08) interagindo constantemente com o seu observador.

De acordo com PIRES (1999:162),

“Se a razão de ser do turismo [...] é o deslocamento ou movimento voluntário das pessoas de um lugar para outro espaço, então o turismo pode ser concebido como uma experiência geográfica na qual a paisagem se constitui um elemento essencial.”

Os aspectos que integram uma paisagem podem ser vistos isolados, mas na verdade estão complexamente “misturados” nesta, mantendo constantes relações entre si e com outras paisagens.

Conforme CASTROGIOVANNI (1999: 28), “*enquanto paisagem visual, os cenários são simples percepções, no entanto, quando enfrentam o processo analítico, apresentam-se nas suas complexidades*”. À medida que se propõe a tornar o turismo como atividade econômica prioritária, surgem preocupações em evidenciar certos componentes, a fim que estes se transformem em atrativos turísticos. Neste processo pode ocorrer uma “artificialização”¹ do patrimônio, materializado, muitas vezes, na criação de paisagens exóticas diferentes das nativas; construção de museus, onde, às vezes, a cultura local é expressa através de meras teatralizações; ou até mesmo na promoção de culturas forjadas, utilizadas no sentido de dar “*status*” ao produto turístico a ser comercializado. No entanto, tais transformações não podem aparecer escrachadas, sem estar dentro de um “ideal “ou “benefício coletivo”. Deste modo, quem promove o turismo apela para ideologias e campanhas no sentido de criar opinião pública favorável a implantação de práticas sintonizadas com discursos de “turismo sustentável”, “ecoturismo”, dentre outros; na promessa de satisfazer as necessidades sociais e econômicas de determinadas comunidades, alegando proporcionar qualidade ambiental para as gerações futuras.

O que levou a escolha do objeto de estudo se deve a forma como estão divulgando e promovendo o turismo no município de Ganchos² e suas áreas circunvizinhas, que serve de reflexão aos assuntos aqui mencionados, ou seja, como o desenvolvimento turístico é promovido para “a grande solução” dos problemas locais (assim como que praticamente em quase todo litoral catarinense) visto que a preocupação exacerbada das autoridades em atrair turistas enaltece a importância de estudos de impacto sobre a comunidade local, principalmente quando esta apresenta indícios de degradação no campo sócio-ambiental.

Para CASTROGIOVANNI (2000) existem grandes riscos quando a turistificação dos lugares antecede, pela força econômica e política, às necessidades emergentes dos lugares e os estudos necessários de (re)conhecimento científico das paisagens envolvidas. Deste modo, conhecer os anseios, idéias, percepções, valores e atitudes dos moradores e

¹ Artificial no sentido de ser forjado e não por ser construído pelo trabalho humano.

² O município de Ganchos mudou de nome em 1967, passando a chamar-se de Governador Celso Ramos, em homenagem a um personagem político catarinense que exerceu aquela função. Tal fato, imposto pelo poder político local, gerou o descontentamento da população, que até hoje, refere-se ao município pelo seu nome original. A exemplo da Professora Célia M. Silva, e em respeito aos anseios da comunidade, também conservaremos o nome de Ganchos para identificar aquele município, que parcela de sua área será estudada em nossa pesquisa.

visitantes com relação a paisagem geográfica local será de grande valia para o entendimento das transformações sócio-espaciais que aquela localidade vive.

Ainda, FERNÁNDEZ (1979) , comentado em PIRES (1999:164), afirma que

“(...) as atuações humanas afetam em maior ou menor grau os aspectos perceptivos da paisagem, da mesma forma que afetam a qualquer outro aspecto do meio ambiente, então a paisagem assume importância semelhante aos demais elementos do meio físico, constituindo-se num valor estético a ser valorizado e protegido”.

Apesar do processo de implantação do turismo na área em estudo estar relativamente em seu estágio inicial, já se percebe, transformações na paisagem, bem como no modo de viver e pensar daquela comunidade.

A comunidade de Ganchos se caracteriza por guardar consigo fortes traços da cultura de seus antepassados, que “teve início” com a vinda dos lusitanos atraídos pela pesca da baleia a aproximadamente 250 anos, e posteriormente, sofreu as influências dos açorianos que ocupavam as áreas vizinhas. Estes deixaram importantes marcos histórico-culturais.

Além dos aspectos histórico-culturais, Ganchos dispõe de um rico ambiente “natural”, composto de variados e importantes ecossistemas, responsáveis pela manutenção das comunidades nativas.

Diante das transformações sócio-espaciais ocorridas nos últimos anos, Ganchos tornou-se local de intensas contradições, que vão desde os contrastes sociais, até freqüentes choques entre a cultura “de minorias” local e a cultura “dominante imposta”, que se refletem nos “conflitos” entre pesca artesanal e pesca mercantil, polícia e os farristas da brincadeira do boi, turistas e comunidade tradicional, pescadores / banhistas e “donos” de “praias privadas” , dentre outros. Relatos afirmam que,

“As praias do município de Governador Celso Ramos [...] estão sendo privatizadas. Hotéis e moradores estão fechando as praias para uso exclusivo, contrariando o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), uma lei que garante que praias são bens públicos de uso comum do povo [...]” (O ESTADO, 06/09/99)

Diante deste quadro, coube-nos, então, algumas indagações que nortearam nossa pesquisa: Ainda que não se apresente tão evidente como em outras localidades litorâneas,

poderá ser viável um turismo que beneficie toda a população? O que pensa a comunidade local sobre o assunto? De que forma o turismo e/ou a urbanização na área de estudo altera o modo de pensar e viver desta comunidade? Qual a influência das atividades turísticas sobre o patrimônio público e a paisagem atual e vice-versa? Os anseios dos moradores locais são os mesmos que os dos empresários e visitantes? Qual o valor da paisagem para moradores, visitantes e para o turismo?

Na tentativa de elucidar tais questionamentos, foram analisados alguns impactos do desenvolvimento (se é que se pode considera-lo como tal) turístico no local, bem como suas vantagens e desvantagens, a fim de criar condições de saber se este turismo que beneficia alguns empresários e “valoriza” tanto a cultura de um povo, beneficia também os agentes formadores desta cultura: o próprio povo.

Deste modo, ouvir a comunidade, suas opiniões, anseios, ou seja, suas percepções sobre o espaço que os rodeia foi fundamental para compreender as relações do lugar sobre suas vidas, e até para observar as conseqüências da atual transformação da paisagem e do lugar.

Cabe ressaltar que, dentre outras localidades litorâneas vizinhas que também se encontram em processo de implantação do turismo, optou-se pelo município de Ganchos devido este ainda conservar traços marcantes da cultura pesqueiro-artesanal luso-açoriana, e que, apesar de já estar sofrendo consideráveis alterações, mantém-se, em alguns aspectos, resistente ao novo modelo de sociedade imposto pelo capitalismo globalizado, bem mais que em outras localidades de mesma origem no litoral catarinense, como Florianópolis, por exemplo, cujos impactos sócio-ambientais gerados pelo turismo já alteraram bastante a cultura e a paisagem desta cidade. Exemplo desta resistência se dá na insistência dos moradores locais em promover a “brincadeira do boi”, manifestação cultural proibida por lei e coibida pela força policial.

Assim, mesmo que as proporções das transformações causadas pelo turismo e por outras atividades em Ganchos possam parecer num primeiro momento “irrelevantes” se comparadas a dos grandes centros urbanos, cuja escala de alteração da paisagem é bem mais expressiva, estas apresentam significativas influências sobre a dinâmica social daquela comunidade e nos objetos que compõem aquele espaço e, portanto, analisar a paisagem local sobre um prisma das tendências globais, principalmente as das atividades turísticas, foi de grande importância para esta pesquisa, já que, segundo SANTOS “A *relação social*,

por mais parcial ou mais pequena³ que pareça contém parte das relações que são globais.” (1997:57) e deste modo, possui o seu valor e a sua contribuição para o entendimento do espaço geográfico.

Esta pesquisa também consiste num aprofundamento da Monografia de Conclusão de Curso, intitulado “O patrimônio público e o desenvolvimento turístico na Armação da Piedade/Ganchos -SC” que realizamos em 1997, que conforme o próprio título, abordava os impactos socio-ambientais das atividades turísticas naquela comunidade. No entanto, além de aprofundar o estudo já realizado, este trabalho, agora visa dar uma abordagem diferente ao tema, procurando analisar a percepção de alguns integrantes da comunidade sobre o espaço e o resgate de suas marcas na paisagem.

O que propõem-se com este trabalho é ampliar a discussão sobre o tema, verificando algumas das dimensões que envolve a paisagem e os seus observadores, não se preocupando tanto em trazer resultados conclusivos, aceitos cientificamente (pelo menos nos moldes positivistas), mas refletir as relações que uma sociedade tem com o seu espaço geográfico, relação esta expressa na paisagem.

A fim de nortear nosso estudo acerca da percepção de alguns moradores locais e visitantes sobre a paisagem de Ganchos, foram utilizadas entrevistas e aplicação de questionários (com usos de imagens fotográficas), em diferentes momentos da pesquisa, cujas etapas dos procedimentos metodológicos, sucederam-se da seguinte maneira:

- 1 - Entrevista com moradores e visitantes em caráter informal, sendo que a medida que íamos fotografando o local, colhíamos informações com a comunidade, ouvindo, gravando e anotando suas considerações.
- 2 - Entrevistas programadas com moradores mais antigos da localidade.
- 3 - Aplicação de questionários (anexo 1), para 21 pessoas, sendo 11 moradores residentes no município, 8 visitantes e dois vendedores ambulantes. Para a análise da visão panorâmica da Praia de Palmas (onde encontra-se o empreendimento “Palmas do Arvoredo”, foram utilizadas apenas as respostas daqueles moradores e visitantes que transitavam no local naquela ocasião. Os outros foram indagados sobre outras paisagens, visíveis no momento da “entrevista”.

³ Conforme o autor “ mais pequena” é escrito no sentido hispânico de menor de todas.

- 4 – Uso de 20 imagens fotográficas referentes as várias paisagens da localidade. Destas, solicitou-se que escolhessem as três imagens mais “bonitas” (no sentido estético da qualidade visual da paisagem e sobre as sensações agradáveis despertadas por elas) e as três mais “feias”, nas quais, teriam que justificar suas escolhas, e com isso, fornecer subsídios sobre as suas percepções sobre cada uma delas.

Além deste meio de análise, também recorreremos a materiais promocionais das atividades turísticas e imobiliárias em Ganchos, em que, baseando-se nos textos e nas imagens apresentadas, auxiliaram na compreensão da concepção de paisagem por parte dos grupos empresariais e promotores turísticos, e ainda, do uso de atributos paisagísticos na promoção da vocação turístico do local e para o comércio de seus produtos imobiliários.

Assim, no primeiro capítulo, apresentaremos algumas das concepções do conceito de paisagem, com base na sua contextualização histórica desde a antigüidade até a sua retomada pelos geógrafos humanistas após 1970, e também, sob o enfoque de categoria de análise do espaço geográfico, como é apresentada por alguns autores. Em ambas abordagens, a paisagem pressupõe um ou mais observadores, cujo “elo” entre estes ocorre através do processo perceptivo do sujeito sobre a paisagem, que traduz os aspectos do espaço geográfico, e de suas atitudes e comportamentos, que de certa forma materializam-se nas formas espaciais. Deste modo, faremos uma análise teórica sobre o processo perceptivo da paisagem apresentando as idéias de diferentes autores. Em seguida, serão apresentadas algumas destas concepções para uma análise das atividades turísticas no espaço, com base em diferentes formas de abordagem, dentre as quais, destacam-se: uma centrada no espaço (utilizando as categorias de análise espaciais propostas por SANTOS , 1985), e outra centrada no sujeito, através da leitura da paisagem.

No segundo capítulo, analisaremos algumas das “facetas” incorporadas no fenômeno turístico e de suas implicações em novos formatos espaciais, na qual assume, por estar inseridos no contexto do mundo globalizado comentado por SANTOS (2001), as mesmas características existenciais, dotados de pelo menos três mundos num só: um turismo de fábulas, um turismo perverso e um turismo baseado em novas perspectivas. Após , sob o enfoque de diferentes autores, apresentaremos algumas das especificidades do

turismo e o seu envolvimento no processo de transformação da paisagem em ambientes litorâneos.

No terceiro capítulo, optou-se por uma caracterização da configuração territorial e paisagística de Ganchos, baseadas na análise dos objetos (naturais e culturais) que compõe aquele local e de sua contextualização histórica, na qual, materializadas nas formas espaciais, influenciam no modo de pensar, agir e viver da “comunidade gancheira”. Assim, se a diversidade dos “objetos naturais”, além de proporcionar atributos cênicos contemplativos (devido a beleza do local), serve de meio de subsistência para muitos moradores, de onde obtêm o seu sustento e de seus familiares; os aspectos culturais, presentes nas manifestações populares com base na cultura luso-açoriana, caracterizam o modo simples e “feliz” de viverem e de se relacionarem.

No quarto capítulo, através de uma breve retomada histórica, verificaremos a maneira com que o processo turístico é implantado e promovido, bem como, a caracterização da paisagem do turismo na localidade e o seu envolvimento na percepção dos moradores e visitantes. Também apresentaremos algumas das formas como está sendo “direcionada” a “vocaçãõ” turística de Ganchos, seguindo os interesses imobiliários, na qual a “marcadoria-paisagem” assume grande importância como fornecedora de atributos para o produto turístico.

No quinto capítulo, em síntese, recorreremos à percepção dos moradores locais e visitantes, procurando conhecer algumas de suas concepções e anseios sobre a paisagem e sobre a inserção do turismo em áreas litorâneas. Neste Capítulo, faremos uso de imagens fotográficas, a fim de analisar algumas de suas percepções sobre a paisagem local.

LOCALIZAÇÃO

O município de Ganchos (Governador Celso Ramos) possui uma área de 82 km² e integra a Microrregião da Grande Florianópolis, Estado de Santa Catarina, a cerca de 50 km de distância da capital. Tem sede administrativa localizada na latitude 27°18'53'' S e longitude 48°33'33'' W de Greenwich. Possui como limites territoriais o município de Biguaçu a Oeste, a Leste e ao Sul o Oceano Atlântico e ao Norte o município de Tijucas e o Oceano Atlântico.

Por se tratar de uma área de tamanho expressivo, nossa pesquisa teve enfoque maior nas proximidades litorâneas, onde se concentra a maioria da população, as principais atividades econômicas e as praias, no total de 23 (no município), principal alvo do crescimento turístico e imobiliário, onde ocorrem as mais evidentes transformações paisagísticas e onde se encontram as maiores manifestações das culturais. No entanto, não houve preocupação em delimitar precisamente tais áreas, já que trabalhamos com as concepções de paisagem e de lugar, que variam, em determinados momentos, conforme a percepção dos sujeitos entrevistados para esta pesquisa. Também foram considerados as características e influências dos entornos, dos municípios e cidades vizinhas, que contribuíram para o entendimento da realidade estudada.

Portanto, através do uso de entrevistas e aplicações de questionários com os moradores, priorizamos as localidades de:

- *Armação da Piedade*, onde se instalou a primeira armação baleeira do sul do Brasil a partir de 1742 e onde se localiza a igreja de Nossa Senhora da Armação da Piedade (primeira a ser construída no Estado de Santa Catarina);
- *Fazenda da Armação*, onde parte dos açorianos desenvolveram suas principais atividades de subsistência nos últimos séculos e onde encontra-se a “Praia Grande”, local visitado por veranistas para banho e prática do surfe;
- *Praia de Palmas*, balneário com 2.500 metros de extensão onde se percebe maior crescimento urbano e turístico, em que a paisagem assume maior valor

mercantil. Nesta praia está sendo implantado o empreendimento “Palmas do Arvoredo” onde serão assentadas 14.000 pessoas⁴ sob um contexto de resgate da cultura açoriana nos traços arquitetônicos das construções e uso correto dos recursos naturais, segundo o discurso de seus administradores;

- *Ganchos de Fora, do Meio e de Dentro*, onde se localiza a sede administrativa municipal e os principais núcleos populacionais da costa norte do município.

- *Baía dos Golfinhos*, praia utilizada como ponto estratégico para saídas de passeios de escunas para a visita da Ilha de Anhatomirim, onde situa-se a Fortaleza de Santa Cruz (ponto histórico de grande importância para o município) e de dezenas (cerca de 80) de golfinhos que vivem na baía e aproximam-se das embarcações.

⁴ Conforme material promocional “É notícia” do Empreendimento “Palmas do Arvoredo”.

**FIGURA 1 – MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS (GANCHOS)
MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO – 2003**

CAPÍTULO 1

ABORDAGEM SOBRE AS CONCEPÇÕES DE PAISAGEM NA GEOGRAFIA

Na construção de um raciocínio sobre o espaço geográfico e na compreensão de sua essência, a geografia vem se utilizando de diversificados conceitos e metodologias de “acordo” com as ideologias emergentes nos vários períodos históricos, das necessidades dos pesquisadores diante do seu objeto de estudo. No entanto, a complexidade que envolve cada um desses conceitos como o de região, espaço, paisagem, lugar e território requer uma contextualização histórica já que aparecem em determinados momentos como reflexo da visão social do sistema produtivo, ora um conceito assumindo maior relevância, ora outro, embora de certa forma seja muito difícil entender um sem considerar os demais.

Por se tratar a paisagem de um conceito socialmente construído ao longo de um período histórico dotado de significações, que expressam a cultura impressa no meio natural e que, simultaneamente, imprime sobre esta mesma comunidade um sentido ao seu modo de viver e se relacionar; e por esta pesquisa visar a compreensão do mundo experimentado e vivido de uma comunidade em uma determinado local optou-se por uma abordagem do espaço geográfico, na qual a concepção de paisagem ganha destaque na compreensão homem-natureza, sem, no entanto, procurar compreendê-la como o objeto de estudo da Geografia, mas enquanto um dos conceitos operacionais de sua análise.

A noção de paisagem preconiza desde as representações artísticas da antigüidade e idade média, apresentadas nas pinturas e posteriormente na criação de jardins, ligadas às diferentes culturas e à questão espacial em diferentes momentos históricos.

Na antigüidade, segundo FIGUEIRÓ (1998), a pintura era centrada na figura humana, aparecendo apenas como o cenário para o movimento humano, enquanto que na pintura medieval cristã, perde o seu caráter antropocêntrico, aproximando-se de uma representação mais paisagística. Paralelamente ao período medieval, surgem os jardins dotados de sentido paradisíaco que serviria para “*representar a pátria perdida, absolutamente fechado, planejado e destoante do mundo terreno*” (1998: 43), a volta ao “Jardim do Édem”.

Enquanto a pintura medieval era impregnada de idealismo e expressava simbolicamente a paisagem não como lugar específico mas como lugar idealizado, com o advento do racionalismo renascentista começam a surgir propostas de representação da paisagem em um caráter mais concreto (a partir das pinturas holandesas por volta de 1430), buscando aproximá-la ao máximo possível do mundo real “*se afirmando cada vez mais como um mosaico de elementos naturais e não-naturais, passíveis de serem captados pelos sentidos humanos em um determinado momento, a partir de um determinado local*”(FIGUEIRÓ, 1998:44). Tais idéias vão apresentar estreitas ligações aos estudos dos cientistas ingleses, em especial Bacon (1561-1626), em que a paisagem representada, agora, tem o sentido de inventariar o cenário observado, cujo conhecimento só é adquirido pela via empírica e experimental e não mais especulativa. Esta visão de paisagem ainda seria compartilhada pelo racionalismo francês, baseado no modelo científico de Decartes (1596-1650), cujas perspectivas de análise da paisagem eram verticalizadas e cartográficas compostas de procedimentos matemáticos e astronômicos.

Na Europa do século XIX, a idéia de paisagem é dividida , de um lado, pela corrente científica que separa a paisagem da natureza, esquarterada pela ciência analítica, de uma paisagem-estética ligada ao artístico; e do outro lado, o romantismo alemão que não distinguia a paisagem científica da estética e que resgatava a unidade perdida entre homem e natureza e a idéia de paisagem enquanto totalidade (FIGUEIRÓ *op. cit.*). Da visão integradora alemã, a noção de paisagem associada entre o conjunto de elementos observados e do espaço vivido é incorporada à Geografia Moderna.

Assim, conforme MORAES (1997) por muito tempo a paisagem foi o objeto de estudo da geografia para muitos estudiosos, em que os fenômenos geográficos eram explicados (e em muitos casos, ainda são) a partir da descrição dos aspectos visíveis do real, que, ora eram enumerados e discutidos através de suas formas (morfológica), ora eram relacionados entre si, procurando na sua interação e na sua dinâmica o funcionamento da paisagem (fisiológica), mantinham a Geografia como uma concepção de ciência de síntese, que trabalha com dados de outras ciências.

Muitos também, segundo SANTOS (1997:63), “confundiam” o conceito de paisagem com o de região, cujos termos eram associados como resultado da ação de determinados grupos, com suas técnicas, costumes e hábitos sobre os recursos naturais (gênero de vida).

No decorrer do século XX, período em que a geografia se concretiza enquanto área de conhecimento e disciplina escolar, diante do fortalecimento das idéias de Estado-Nação, expansão do capitalismo e do economicismo, desenvolvimento produtivo industrial e a valorização da geografia quantitativa, do cientificismo, o conceito de paisagem foi relegado a uma posição secundária, suplantada pela ênfase nos conceitos de região, espaço e território.

1.1. A CONCEPÇÃO HUMANISTA E A RETOMADA DO CONCEITO DE PAISAGEM

A retomada pelo conceito de paisagem, verificado após 1970, trouxe segundo CORRÊA E ROSENDAHL (1998), novas significações fundadas em outras matrizes epistemológicas, apresentando cada qual simultaneamente várias dimensões conceituais e metodológicas. A paisagem, assim, detém uma dimensão morfológica, histórica, simbólica, dentre outras.

A fim de romper com uma visão exclusivamente cartesiana e positivista, cuja perspectiva é centrada em métodos empíricos de mensuração que provoca a matematização do espaço e da natureza, ressurgiu por volta do anos 70, uma abordagem humanística de trabalhar o espaço geográfico, com base em estudos da ação e da imaginação humana e na análise objetiva e subjetiva de seus produtos (HOLZER, 1997).

A geografia humanista tem como base os trabalhos realizados principalmente por Yi-Fu Tuan e Edward Relph e possui a fenomenologia existencial como a filosofia subjacente. Conforme HOLZER, o que diferencia a abordagem fenomenológica da cartesiana seria que,

“A razão cartesiana baseia-se na dúvida metódica e atribui apenas às ciências naturais o que é racional, objetivo e científico. Ela sustenta que só os conceitos de quantidade são objetivos, daí a atribuição do que é racional à matemática e a física. Para a fenomenologia a razão objetiva se refere a existência humana, independentemente de que possa ser expressa em categorias de quantidade. (...) O projeto da fenomenologia é de reaproximar as ciências de nossas vidas, ações e projetos, a partir das experiências antepredicativas, ou seja, relativas à percepção do mundo e de seus objetos enquanto fundamentos dos conceitos.”. (1997b: 78)

A fenomenologia busca verificar a apreensão do mundo pela percepção, intuição e comportamento das pessoas, utilizando a experiência vivida pelo indivíduo. Trata-se do “mundo-vivido” dotado de uma série de significados que envolvem as pessoas na trama de seu dia-a-dia . Contrapõem-se as ciências positivistas que observam os significados do mundo através dos conceitos científicos e das convenções sociais, cuja base empírica se interessa, ou pelo objeto, ou pelo sujeito, o que para a fenomenologia esses são fundidos na experiência.

Segundo LOWENTAL (apud HOLZER, 1997), os estudos geográficos dividem-se em três temas: 1) a natureza do ambiente; 2) o que pensamos e sentimos sobre o ambiente; 3) como nos comportamos e alteramos o ambiente, sendo que desses, somente o primeiro tema era tomado como objeto de estudo pelos geógrafos da época configurando um dos problemas da geografia. No mesmo período histórico, TUAN levantava e enumerava diversas aproximações humanistas, “reclamando” a negligência dos estudos geográficos quanto a inserção das atitudes (marcas) que o homem imprime na natureza como agente, já que o modo de análise dos espaços era dado a partir dos processos físicos que afetam as formas da Terra.

A geografia humanística, retoma os conceitos de lugar e paisagem, procurando valorizar a relação emotiva, experimentada, vivida das pessoas em relação aos seus lugares. Estuda o contexto pelo qual a pessoa valoriza e organiza o seu espaço. Enquanto, tem na paisagem o meio perceptível do espaço, na qual *“incorpora nos traços físicos os traços do trabalho humano, que o homem como agente, e não como mero espectador, imprime aos sítios onde vive”* (HOLZER, 1997b:81), tem no lugar, uma localização do indivíduo subjetiva dotado de sentimentos e simbologias, na qual não possui delimitações definidas, aparecendo num sentido do “aqui” ou do “acolá”.

1.2. A PAISAGEM COMO CONCEITO OPERACIONAL

Em outra abordagem, centrada na análise do espaço geográfico, SANTOS (1985) trata a paisagem como uma das categorias de análise desse espaço expressa nas “formas geográficas” (categoria 1). Esta, segundo o autor, refere-se aos aspectos visíveis de determinada coisa, em que estão contidas, não somente o presente, mas também o passado dotadas de contextualização histórica.

As formas não podem ser analisadas isoladas, já que cairia-se no empirismo, pois resultam de uma rede de relações sociais que supõem uma multiplicidade de funções. A “função” (categoria 2) implica no papel e tendência desempenhado pelos espaços criados. Diante das mudanças das funções dos elementos espaciais e dos ritmos da dinâmica social, o conteúdo social é materializado nas formas, transformando, assim, diferentes paisagens. No princípio da mutação funcional da paisagem ,

“A sociedade não mudou , permaneceu a mesma , mas se dá de acordo com ritmos distintos, segundo os lugares, cada ritmo corresponde a uma aparência, uma forma de aparecer”(SANTOS 1997:69)

Além das mutações funcionais, o autor ainda se utiliza da categoria “estrutura” (categoria 3), que seria a matriz social onde as formas e as funções são criadas, tendo que ser respeitada a estrutura social de cada período histórico para que se entenda a transformação ou inércia das formas. As mutações estruturais das paisagens consistem nas “alterações de velhas formas para adequação às novas funções” (SANTOS 1997:70). As formas envelhecem tanto físico como socialmente, seja pela sua inadequação física, ou pelo desuso, desvalorização, preferência social a outras formas, modismo, etc... Enquanto o físico, mais previsível, muda pela durabilidade dos materiais, o social muda de acordo com o quadro político, econômico, social e cultural. O “processo” (categoria 4) seria a própria estrutura em ação contínua de transformação. Esta contempla as outras categorias num movimento diacrônico, ainda, que para SANTOS ,

“Não se pode analisar o espaço através de um só desses conceitos, ou mesmo de uma combinação de dois deles. Se examinarmos apenas a forma e a estrutura, eliminando a função, perderemos a história da totalidade espacial, simplesmente porque a função não se repete duas vezes. Separando estrutura e função, o passado e o presente são suprimidos, com o que a idéia de transformação nos escapa e as instituições se tornam incapazes de projetar-se no futuro. Examinar forma e função sem a estrutura, deixa-nos a braços com uma sociedade inteiramente estática destituída de qualquer impulso dominante. Como a estrutura dita a função seria absurdo tentar uma análise sem esse elemento “(1985:56)

O espaço geográfico, conforme o autor, corresponde a *“um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações”* (SANTOS, 1994:90). Os objetos seriam os naturais, que já existem na natureza antes da intervenção do homem, e os construídos ou modificados pela sociedade, mediante o trabalho. A ação é a sociedade em movimento. Das múltiplas relações entre objetos naturais e artificiais e da dinâmica sociais, tomados em conjunto, resulta o espaço geográfico, do qual a paisagem aparece enquanto forma geográfica. No entanto, a paisagem não é o espaço, apesar de apresentar grande importância para a sua compreensão. Assim,

“A paisagem é a materialidade, formada por objetos materiais e não materiais. A vida é o sinônimo de relações sociais, e estas não são possíveis sem a materialidade, a qual fixa relações sociais do passado. Logo a materialidade construída vai ser fonte de relações sociais, que também se dão por intermédio dos objetos. (...) A sociedade existe com os objetos, é com estes que se torna concreta. (...)”(SANTOS, 1997:71-72)

O espaço é um conceito mais amplo composto pela paisagem mais a vida social presente nela, a sociedade encaixada nela. A paisagem é a materialização do espaço, ou seja, a sociedade materializada por determinado instante. O espaço contém o movimento. *“Ambas, são um par dialético. Completam-se e se opõem.”* (SANTOS, 1997:72). Enquanto a paisagem é trabalho morto acumulado resultante da dinâmica social, o espaço seria o trabalho morto (formas geográficas) mais o trabalho vivo (o contexto social).

Assim,

“Há uma adequação da sociedade – sempre em movimento – à paisagem. A sociedade se encaixa na paisagem, supõem lugares onde estalam, em cada momento, suas diferentes frações. Há, dessa maneira, uma relação entre sociedade e um conjunto de formas – materiais e culturais. Quando há uma mudança social, há também mudança dos lugares (...)” (SANTOS, 1997:73)

A paisagem, segundo o autor é que traduz os aspectos do espaço geográfico, mostrando o visível e o invisível, porém sentido (odores, sons,...), de uma área. Envolve os aspectos físicos/ naturais e aqueles construídos ou transformados pelo ação do homem ao longo do tempo, sinalizando o processo organizacional dos grupos sociais que aí vivem ou viveram. Portanto, junto aos objetos que a compõem estão as marcas das culturas que formaram aquele lugar, que traz consigo traços, signos, mitos e símbolos a serem decodificados para uma compreensão da organização espacial e da cultura local.

1.3. O PROCESSO PERCEPTIVO DA PAISAGEM

Em ambas abordagens aqui comentadas, a paisagem pressupõe um observador, já que parte da percepção de um sujeito sobre o espaço que o rodeia. Deste modo, percepção não se limita a apenas visualizar a paisagem, mas interpretá-la atribuindo valores e significados aos objetos.

RELPH sugere que

“A ligação interna que une os elementos das paisagens é a presença do homem e o envolvimento nela. (...) É a escrita dos propósitos e experiências humanas sobre a terra e, portanto, constitui uma mensagem que pode ser decifrada. Isto pode acontecer subconscientemente (...) e as paisagens são em parte vistas e respondidas por um processo automático do subconsciente que lhe dá toda sorte de propriedades e valores simbólicos”. (1979: 14)

São as formas paisagísticas que mobilizam os sentidos do sujeito observador, formando uma unidade com este, influenciando suas vidas, ao mesmo tempo em que ela também é resultante das suas relações com os objetos paisagísticos, transformando assim um ao outro, produzindo-se e auto produzindo-se. O observador visualiza as formas na

paisagem, porém a maneira como percebe e interpreta tal leitura, influencia aquilo que está sendo observado. Apesar do observador se utilizar mais do visual para a leitura da paisagem, pode se utilizar também de outros sentidos carregados de conteúdo espacial.

Além dos cinco sentidos do corpo humano (visão, olfato, audição, paladar e tato), BARTLEY (apud RODRIGUES, 2001), apresenta mais cinco modalidades por meio das quais o organismo humano concebe o meio exterior: sentido vestibular, sensação térmica, dor, sentido sinestésico e sentido químico. A visão estereoscópica é que permite ao homem ver tridimensionalmente o espaço, identificar e interpretar as formas dos objetos e as suas disposições na paisagem. Através do cheiro e dos sons o sujeito pode relembrar paisagens, excitar-se ou angustiar-se com ela, assim como pode também sentir o sabor de alguns alimentos e tocar os objetos que a compõem sentindo a textura, volume e outras sensações. Podem também, através das vertigens em alturas, do calor dos objetos (do ar atmosférico, da água, ...), da dor enquanto mecanismo de defesa do indivíduo, das alergias resultantes do contato com alguma substância ou agente físico, das sensações sinestésicas (visão combinada com som e tato) resultantes da movimentação do observador, dentre várias outras sensações que permitem o sujeito “experimentar” a paisagem e de alguma forma, abstrair para si uma parte dela.

Portanto,

“A paisagem contém a energia necessária para estimular as dez modalidades sensoriais que se combinam com a percepção. Cada sentido se especializa em captar uma parte da realidade.” (RODRIGUES, 2001:46)

Segundo RELPH (1974) quando a experiência com o ambiente proporciona um sentimento positivo e agradável que estimule ou relaxe um sujeito trata-se de uma “experiência topofílica” e quando são repulsivas, desagradáveis e negativas que induzem para a ansiedade e depressão são chamadas de “experiências topofóbicas”. A paisagem por ser o aspecto mais perceptível do espaço passa a exercer sobre as pessoas experiências topofílicas e topofóbicas. Assim para esse autor

“Topofobia, como topofilia, está associada com o caráter das paisagens e dos espaços, e com as atitudes daqueles experienciando a paisagem. Isso significa que, como a aparência de um local particular se altera, também nossas atitudes e modos se modificam, de maneira que nossa experiência pode variar de topofílica a topofóbica e vice-versa”. (RELPH, 1974:20)

Deste modo, ao interagir com uma paisagem, a mesma pode gerar influências positivas ou negativas em cada indivíduo de acordo com as formas e organização de cada objeto na paisagem, além daqueles fatores que dizem respeito ao observador, inerentes ao próprio indivíduo como a sua sensibilidade, imaginação, nível cultural, forma de ser, personalidade... Assim, como também a história, os valores e a própria “vida” da comunidade estão dispostos na paisagem como uma rede de símbolos e informações a serem analisadas e parte dessa decodificação de símbolos só é possível analisando aqueles que “vivem” realmente a paisagem.

Conforme SANTOS (1997:62), *“a percepção é sempre um processo seletivo de apreensão. Se a realidade é apenas uma, cada pessoa a vê de forma diferenciada”*. Deste modo, uma mesma paisagem pode ser interpretada diferentemente por seus observadores, cada qual com uma versão do mesmo fato, dependendo da interpretação de cada um, já que toda nossa educação, formal e informal, também é feita de forma seletiva. Assim como a paisagem não é o espaço, a percepção não é o conhecimento já que a *“visão pelo homem das coisa materiais é sempre deformada”* (SANTOS, 1997:62). Diz ainda este autor, que

“Nossa tarefa é a de ultrapassar a paisagem como aspecto, para chegar ao seu significado. A percepção não é ainda o conhecimento, que depende de sua interpretação e esta será tanto mais válida quanto limitarmos o risco de tomar por verdade o que é só aparência.” (SANTOS, 1997:62)

Deste modo, se a paisagem, através de suas formas, apresenta-se como importante categoria de análise espacial, o estudo da percepção é um dos meios de se atribuir significados a elas. Assim, *“a dimensão da paisagem é a dimensão da percepção”*. (SANTOS, 1997:62). As formas resultam da ação social, mediada pelo trabalho social, que de certa maneira, advém da visão coletiva de “mundo” e que refletem e são reflexos das percepções individuais dos “mundos particulares” (sem desconsiderar outros aspectos que direcionam a ação, como os meios de produção, por exemplo). Quando determinada paisagem é observada sob novas perspectivas, ainda que “errôneas” ou “parciais”, já que a

própria paisagem é parcial, assume importância pois contribui com indícios para a compreensão do espaço. Assim, *“uma visão puramente perceptiva do mundo seria defeituosa e falsa tanto como a baseada somente na lógica, na compreensão e ideologia”*(LOWENTHAL, 1982: 123). Da percepção da paisagem tomemos como um meio e não um fim. O fim seria a realidade, a percepção um elemento de análise, um caminho a ser considerado.

O mundo, segundo SANTOS,

“como um conjunto de essências e de possibilidades, não existe para ele próprio, e apenas o faz para outros. É o espaço, isto é, os lugares, que realizam e revelam o mundo, tornando-o historicizado e geografizado, isto é, empiricizado. Os lugares são, pois, o mundo, que eles reproduzem de modos específicos, individuais, diversos. Eles são singulares, mas são também globais, manifestações da totalidade-mundo, da qual são formas particulares”
(2001:112)

Assim, concebido como o acontecer no lugar para cada sujeito pessoal,

“cada imagem e idéia sobre o mundo é composta, então, de experiência pessoal, aprendizado, imaginação e memória. Os lugares em que vivemos, aqueles que visitamos e percorremos, os mundos sobre os quais lemos e vemos em trabalhos de arte, e os domínios da imaginação e de cada fantasia contribuem para as nossas imagens da natureza e do homem. Todos os tipos de experiências, desde os mais estreitamente ligados com o nosso mundo diário até aqueles que parecem remotamente distanciados, vêm juntos compor o nosso quadro individual da realidade.” (LOWENTHAL, 1982: 141)

Para SAUER (1998) a paisagem atua organicamente e genericamente com outras paisagens. Deste modo, ao ser observada individualmente assume um tipo (uma individualidade), mas tem-se sempre em mente o genérico e acaba-se por compará-la com outras paisagens. Afirma ainda aquele autor que, além das suas relações associadas ao espaço a formação de uma idéia de paisagem deve estar relacionada ao tempo. Deste modo, uma paisagem nunca será a mesma diante do fator tempo já que a cada minuto pode ser modificada pelo movimento de um ou mais de seus objetos, além das mudanças dos fatores internos ao indivíduo - dos seus sentimentos frente a paisagem, o que de certa forma altera a sua leitura. Então, o estudo da paisagem deve estar ligado às ações do homem em sociedade, através da cultura no decorrer do tempo, na qual pode haver uma sucessão de paisagens com uma sucessão de culturas.

Assim, conforme o autor

“A paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural resultado. Sob influência de determinada cultura, ela própria mudando através do tempo, a paisagem apresenta um desenvolvimento, passando por fases e provavelmente atingindo no final o término do seu ciclo de desenvolvimento. Com a introdução de uma cultura diferente, isto é estranha, estabelece-se um rejuvenescimento da paisagem cultural ou uma nova paisagem se sobrepõem sobre o que sobrou da antiga. A paisagem natural é evidentemente de fundamental importância, pois ela fornece os materiais com as quais a paisagem cultural é formada”. (SAUER, 1998:58)

Como visto, a paisagem está intimamente ligada aos estudos geográficos, com a cultura e com os objetos que compõem a superfície da Terra. Enfim, ela nos faz lembrar que *“a geografia está em toda a parte, que é uma fonte constante de beleza e feiura, de acertos e erros, de alegria e sofrimento, tanto quanto é de ganho e de perda”* (COSGROVE 1998:100). Seus estudos não podem mais excluir a cultura contida nos símbolos que a compõem, nem reduzi-la simplesmente a estudos de caráter geofísico ou econômico. O sentido global e unitário da paisagem forma um texto cultural, apresentando, desta forma, muitas dimensões, possibilitando leituras simultâneas e igualmente válidas.

1.4. DOS CONCEITOS DE PAISAGEM PARA UMA ANÁLISE DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS NO ESPAÇO

O espaço geográfico é resultante de uma série de relações entre sistemas de objetos e sistema de ações (SANTOS, 1994). Os objetos recebem a ação que os tornam possíveis. Mas o valor dos objetos é dado em função da ação que incide sobre eles. A ação por sua vez está atrelada a uma série de relações sociais ligadas ao tipo de produção vigente da qual estabelece os instrumentos de trabalho, assim como a circulação, distribuição e consumo. Para este autor,

“A paisagem se organiza segundo os níveis destes, na medida em que as exigências de espaço variam em função dos processos próprios a cada produção e ao nível de capital, tecnologia e organização correspondente”.
(SANTOS 1997:66)

Deste modo, qualquer análise sobre a participação do turismo na produção do espaço geográfico deve considerar o conjunto de relações intrínsecas a esta atividade, já que além de ser uma prática social agregada ao mercado possui como o seu principal objeto de consumo o próprio espaço. A paisagem assume grande relevância na medida que ajuda a compreender como tais atividades, materializam-se no espaço, bem como para identificar quais objetos foram introduzidos para este propósito e como os objetos preexistentes são absorvidos ou não para esta prática. No entanto, para esta compreensão não basta considerar somente as atividades turísticas já que as relações espaciais envolvem múltiplas dimensões, a níveis globais, regionais e locais.

Diante da complexidade que envolve a concepção de espaço geográfico, encontra-se dificuldade em analisar a influência das atividades turísticas na produção deste e ainda, sob uma perspectiva humanística, de que maneira as transformações paisagísticas alteram o modo de ser e viver das comunidades inseridas neste “jogo” de relações.

A fim de adaptar uma metodologia que contemple as reflexões do desenvolvimento das atividades turística sob uma perspectiva geográfica, RODRIGUES (2001) apresenta algumas abordagens de análise do turismo no espaço inspirada em outros autores, dentre as quais, destacam-se a abordagem centrada no espaço, e outra no sujeito, através da leitura da paisagem.

Na primeira, a autora se utiliza dos elementos espaciais proposto nas obras de SANTOS⁵, que seriam: homens, firmas, instituições, infra-estrutura e meio ecológico adaptando-os ao espaço turístico. Estes funcionam como uma engrenagem, uns entrelaçados ao outros, produzindo a totalidade. *Os homens* (individual e social), segundo a autora, corresponderiam a todos aqueles envolvidos direta ou indiretamente com o turismo, desde a comunidade do núcleo receptor, a demanda turística, até aqueles que representam as firmas e instituições. *As firmas* correspondem aos serviços de hospedagens, de alimentação, agências e operadores de viagens, companhias de transportes, empresas de marketing e publicidade, etc. São elas que produzem as idéias, serviços e bens para o turismo. *As instituições* produzem as normas, ordens e legitimações e corresponde à supra-estrutura como OMT (Organização Mundial do Turismo) num âmbito mundial, Embratur, Ibama, etc... *A infra-estrutura* abrange as infra-estruturas de acesso (estradas, aeroportos, portos,...), a infra-estrutura básica urbana (esgoto, luz, água, limpeza pública,...) e a infra-estrutura de apoio ao turismo (assistência médica, serviços mecânicos e de socorro, segurança,). E por fim, o *meio ecológico* que corresponde à base física do território sobre o qual estão dispostos os objetos naturais e sociais interagindo com a ação social. Neste último a paisagem apresenta grande importância para seu estudo pois é nela que percebe-se a materialização do trabalho humano, além do que, é através dela que se direcionam os fluxos turísticos e constituem-se os lugares turísticos.

Para captar o funcionamento da engrenagem dos elementos dos espaços, RODRIGUES (2001) recorre as categorias de análise espacial de SANTOS (1985): forma, função, estrutura e processo (já comentadas anteriormente).

A Paisagem enquanto forma resulta da função que cada elemento executa no espaço num determinado momento do processo espacial. O que “*no caso dos estudos turísticos, significa abordar a função dos elementos da oferta e da demanda (...)*” (RODRIGUES,2001: 73) que são produzidas no espaço, materializando-se na paisagem.

Outro aspecto a ser considerado na análise dos elementos de composição do espaço turístico é o reconhecimento de três territórios: território emissor da demanda, território do deslocamento dos fluxos, na qual envolvem os sistemas de transporte e comunicação, e o território receptor do fluxo, onde se concentra a estrutura que irá comportar a demanda turística. Neste ultimo, está mais evidente o consumo do espaço para o turismo.

⁵ Principalmente na obra: SANTOS, Milton. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1985.

Em outra abordagem, centrada no sujeito, tem-se através da percepção uma análise para a leitura da paisagem, já que esta apresenta conotações culturais e ideológicas percebidas diferentemente entre os seus observadores na qual lhe atribuem interpretações⁶, valores e comportamentos também diferentes perante a mesma.

No caso do turismo, são as “formas paisagísticas” que mobilizam os sentidos daqueles que se envolvem com esta atividade, principalmente dos turistas, alvos da publicidade quando são utilizadas imagens paisagísticas de um lugar para estimular a sua imaginação e fantasia idealizando o “cenário” a ser visitado. Tal abordagem serve também para analisar diferenças de valores e comportamentos entre aqueles que promovem o turismo, segundo seus interesses, e da própria comunidade receptora, que torna-se “alvo” dos impactos negativos gerados pelas transformações espaciais. Assim, para alguns, uma determinada paisagem pode apresentar um valor emotivo, de uso, cheio de representações simbólicas que reproduzem o cotidiano destes, a trama diária de suas vidas, de seus relacionamentos pessoais e sociais; para outros, esta mesma paisagem pode não representar valor ligado diretamente sobre a vida emotiva, mas sim um valor de troca, uma oportunidade de investimento para o lucro a posteriori.

Sobre outra abordagem baseada em alguns estudiosos do turismo, a avaliação qualitativa da paisagem pode representar um meio de classificar e hierarquizar os atrativos turísticos. Através da percepção paisagística é que se elabora uma imagem mental da paisagem observada em que, a partir daí, se avalia e a julga esteticamente. Embora, as pessoas tenham diferentes sentimentos sobre a avaliação estética da paisagem, algumas semelhanças aparecem do imaginário coletivo, inserido a cada cultura.

⁶ Enquanto a primeira abordagem capta o funcionamento dos elementos espaciais de maneira mecanicista, numa abordagem “fenomenológica” a “explicação” da paisagem remete à interpretação do sujeito, na qual não existem certezas. “Todos” vão em busca da verdade, mas verdade é diferente de certeza. A fenomenologia é oposição teórica ao cartesianismo (natureza como máquina).

Conforme PIRES,

“A descrição da qualidade visual ou do valor estético de uma paisagem, antes de mais nada, representa um esforço para reter os seus valores plásticos e emocionais, sendo o ponto de partida de uma marcha metodológica que conduzirá a análises e avaliações sistemáticas e completas.” (1999: 165)

Para tal análise, o autor recorre às imagens turísticas apresentadas em cartões postais, adotadas como *“substituto da paisagem”*, na qual serão relacionados os elementos componentes da paisagem (forma da terra, água, vegetação e estruturas/elementos artificiais) com as suas propriedades visuais (cor, linha, textura, escala e espaço) com o objetivo de avaliar qualitativamente a paisagem. A *forma*, para o autor, é o volume dos objetos expressos na morfologia da paisagem, cuja atratividade é valorizada a medida que a paisagem for mais *“movimentada”* nas suas superfícies. As cores, definidas por sua pigmentação, dividem-se em cores quentes e frias, em tonalidades e brilhos. Quanto mais colorida for a paisagem mais valorizada é para o turismo. A *linha* *“é o caminho real ou imaginário percebido pelo observador quando existem diferenças bruscas entre os elementos cor, forma e textura”* (PIRES, 1999:167). Textura seria a irregularidade de uma superfície contínua. A *escala* é a relação existente entre os vários objetos e seus entornos e por fim, o *espaço* é *“determinado pela organização tridimensional dos corpos sólidos e os espaços livre e vazio de cena”* (PIRES, 1999:167).

Da combinação dessas variáveis estabelece-se a qualidade visual da paisagem que se distinguem pela diversidade, naturalidade, singularidade, complexidade topográfica, superfície e borda d'água e pela atuação humana. De acordo com a avaliação estética da paisagem pode-se também hierarquizá-las, atribuindo *“pontos”* ou *“notas”* sobre seus efeitos visuais, como recurso técnico para elaborações de roteiros e planejamentos turísticos.

Diante de tais abordagens, os estudos sobre as atividades turísticas e a sua inserção nas pesquisas geográficas com base de apoio teórico-metodológicas diversos, só tem a acrescentar na compreensão da realidade, já que tais abordagens apresentam-se de forma não conflitante, podendo até ser complementar, o que amplia as alternativas de linhas de pesquisas e enriquece os estudos geográficos de turismo.

CAPÍTULO 2

UMA BREVE REFLEXÃO CRÍTICA :

Turismo de fábulas, perversidade e novas perspectivas

Nas últimas décadas, face aos impasses gerados pelo capitalismo, a expansão urbana-industrial acelerada e ampliação do mercado a níveis globais, o culto ao consumo, e por uma série de outros fatores inerentes à atual era globalizante na qual vivemos, vários segmentos da sociedade passam a ampliar também suas reflexões e discussões acerca dos modelos desenvolvimentistas e a questionar a validade de tais modelos como sustentáculo para formação de uma sociedade “uniformemente desenvolvida” ou “igualitária”, tal como nos é apresentado pelo discurso daqueles que detêm a hegemonia do “poder global” através dos meios informacionais.

Segundo SANTOS,

“Um mercado avassalador dito global é representado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso o culto ao consumo é estimulado.” (2001:19)

Para este autor, o mundo em que vivemos apresenta-se “*confuso e confusamente percebido*” (2001: 17). Confuso, devido os extraordinários avanços das ciências e técnicas que criam a base material fabricada pelo homem, em que, consoante à aceleração contemporânea, se produz a história humana. Confusamente percebido, por essa base material permitir imaginar “*que se tornou possível a criação de um mundo veraz*”(2001:18), mas que não passa de um mundo de fabulações que se utiliza de todos os contextos para promover um discurso único.

Assim,

“Seus fundamentos são a informação e o seu império, que encontram alicerce na produção de imagens e imaginários, e se põem ao serviço do império do dinheiro, fundado este na economização e na monetarização da vida social e da vida pessoal. (SANTOS, 2001: 18)

Na tentativa de não admitir a permanência desta percepção enganosa de mundo, SANTOS (2001) considera a existência de pelo menos três mundos num só: O mundo tal como nos fazem crer: a globalização como fábula; o mundo como é: a globalização como perversidade; e, o mundo como pode ser: uma outra globalização.

O mundo globalizado, enquanto fábula, busca através de uma série de fantasias, ditas como verdades que acabam tornando-se aparentemente sólidas perante o senso comum por serem constantemente repetidas. Tais aparências tomadas como verdades servem para o fortalecimento do próprio sistema, já que tais fábulas estimulam a alienação coletiva e permitem a sua continuidade, escamoteando o jogo de interesses que permeia cada uma delas. A globalização, segundo o autor, está impondo uma fábrica de perversidades, em que

“O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. Novas enfermidades como a SIDA se instalam e velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem seu retorno triunfal. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como o egoísmo, os cinismos, a corrupção.(...) Todas estas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo da globalização.”(SANTOS 2001: 20)

No entanto, segundo o autor, essas mesmas bases técnicas sob a qual o capitalismo se apoia para construir a globalização perversa, *“poderão servir a outros objetivos, se forem postas ao serviço de outros fundamentos sociais e políticos.”* (2001: 20) Dentre alguns indicativos de possibilidade de mudança, o autor aponta para a enorme “mistura” de povos, culturas, nações, e de filosofias em escalas globais, influenciadas pelos progressos da informação e pelo dinamismo permitido pela produção de uma população aglomerada em áreas cada vez menores. Esse dinamismo *“constitui a base de reconstrução e sobrevivência das relações locais”* (2001:21) ampliando a possibilidade de um novo

discurso, à medida que se é possível constatar uma universalidade empírica e não mais abstrata.

Diante de tais reflexões sobre o mundo globalizado, muitos estudiosos, passam também a analisar e a questionar as bases teórico-conceituais do turismo e suas implicações em novos formatos sócio-espaciais, pois, com os avanços dos meios de transportes e de comunicações, este aparece no “discurso turístico” como uma das principais atividades econômicas na atualidade, ainda em ascensão.

Assim, norteado por tendências hegemônicas globais, o turismo vem sendo adotado por um número crescente de lugares, aparecendo junto a alguns discursos oficiais de firmas e instituições governamentais, como importante incremento ao modelo econômico, ponderando vantagens que o modelo industrial não oferecia, tais como, a valorização do patrimônio natural e cultural, além de, é claro, gerar grandes retornos financeiros. Em dados oficiais,

“O setor viagens e turismo tem um faturamento mundial que corresponde a 10% do PIB mundial. É responsável pela geração de 204 milhões de empregos e mantém um alto índice de crescimento. A indústria de viagens e turismo já responde por 13% dos gastos dos consumidores em todo o mundo, só perdendo para gastos com alimentação, permitindo uma arrecadação de 350 bilhões de dólares em imposto.” (WTTC – World Travel and Tourism Council. In: Política Nacional de Turismo, 1996:07).

A base teórico-conceitual do turismo vem também sendo objeto de estudos de diversas áreas do conhecimento, dentre elas, a Geografia. Apresentam-se assim, várias abordagens sobre este fenômeno parecendo, ora sob um enfoque desenvolvimentista, como uma atividade que detém promissoras oportunidades de reanimar lugares degradados economicamente, envolvendo a comunidade no desenvolvimento de suas atividades e subsidiando a sobrevivência destes no lugar, ora sob um enfoque crítico, como uma atividade contraditória, que retém rendas apenas para uma minoria, enquanto o lugar é consumido pelos fluxos turísticos, gerando grandes impactos frente aos recursos naturais e culturais.

Por estar inseridos no contexto do mundo globalizado comentado por SANTOS (2001), julgamos que o turismo também assume as mesmas características existenciais, dotado de três conotações que compõem potencialmente as suas atividades: um turismo de fábulas, um turismo perverso e um turismo baseado em novas perspectivas.

Deste modo, as “fantasias” aparecem nos discursos dos promotores de turismo como se este fosse realmente o único meio de “garantir” a sobrevivência de alguns lugares. É propagado e defendido pelo seu “efeito multiplicador” cuja ampliação e distribuição de renda é possível a todos os membros das comunidades receptoras, como se todas as pessoas realmente pudessem usufruir desses benefícios. Apresentam uma série de vantagens coletivas, com melhoras de todas as ordens: geração de empregos, ampliação de divisas, preservação da ecologia, valorização da paisagem, incentivos à cultura, dentre outros.

No entanto o que se tem verificado, é que em muitos lugares tais atividades tem mostrado o *“lado perverso que está escondido sob o “manto mágico” do turismo, que é a própria negação àqueles que trabalham, de forma assalariada ou não”* (OURIQUES 1998:21). Além da exploração e exclusão social, extravasam o uso dos recursos naturais comprometendo importantes ecossistemas, como por exemplo, o ecossistema costeiro.

O turismo, enquanto atividade econômica, está sujeito à lógica do sistema capitalista, cujo interesse é construir, articular e “ordenar” o espaço litorâneo a fim de exercer a dinâmica e o movimento do próprio capital (valor que se valoriza) para reproduzir as relações de produção. Assim, organiza os elementos que compõem o espaço para facilitar o desenvolvimento das atividades turísticas em que, na maioria das vezes, não representa os interesses da maioria.

Há de se considerar também, das experiências positivas de implantação do turismo em alguns locais, cujo ideais coletivos extravasaram o objetivo meramente econômico, permitindo consideráveis níveis de satisfações por parcelas significativa das comunidades. O turismo sob outros fundamentos sociais e políticos também permitiriam uma possibilidade de um novo discurso e de uma nova história, até porque pode ser um dos incentivadores das “misturas” culturais, comentada em SANTOS (2001).

Outra questão que merece a atenção nos estudos turísticos é a escala e o nível de implantação em que ocorre no lugar. Assim, o que acontece é que, muitas vezes, usa-se de comparações para análises dos “lugares turísticos”, como se estes tivessem a mesma dinâmica social. Se compararmos um grande centro urbano com um vilarejo, por exemplo, devido a diferenças de fluxos, de consumo, transformações na paisagem, entre outros, poderíamos julgar como insignificantes as atividades turísticas neste último. No entanto, tais transformações resultantes do turismo podem expressar grandes significados, positivos ou negativos, na vida de seus moradores o que seria um equívoco desconsiderá-lo, haja

vista as devidas proporções de escala. Assim, como também determinado local pode não apresentar grandes atrativos turísticos com baixos fluxos de demanda turística, porém este pode estar localizado estrategicamente, servindo de apoio aos entornos, aos outros lugares a sua volta.

O fenômeno do turismo apresenta várias faces e meios de abordagens necessitando ampliar as discussões em torno das ciências que o contemplam, criando bases sólidas para entendê-lo sob vários enfoques e abordagens.

A definição do termo Turismo, segundo a WTO (Organização Mundial do Turismo), deduz o seu caráter prioritário econômico quando o caracteriza como sendo “*o deslocamento de uma ou mais pessoas para uma ou mais localidades por um período de tempo superior a 24 horas e inferior a 180 dias*” o que supõe que o turista deva no mínimo pernoitar na localidade visitada e com isso consumir junto à hospedagem, outros insumos complementares vinculados a este e a outros serviços; e também restringe a sua permanência já que se o turista permanecer mais de 180 dias este pode se integrar ao mercado de trabalho local e desta forma não mais é um fornecedor de renda ao núcleo receptivo.

No entanto, este conceito não é unanimemente aceito pelos estudiosos do turismo que vêem nesta prática uma abordagem mais ampla, um conceito mais complexo que envolve questões de ordens econômicas, políticas, ambientais, culturais e espaciais. Um complexo de atividade relacionadas ao lazer, entretenimentos, visitas, fluxos, transporte, hospedagem, alimentação, segurança, circulação, dentre outros, atreladas a diversos interesses e motivações.

2.1. O TURISMO E A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM LITORÂNEA

Nas áreas litorâneas, em virtude do aumento de veranistas sobre as cidades receptoras e do surgimento de empreendimentos que degradam o meio ambiente, as relações entre o turismo e o patrimônio público apresentam-se, muitas vezes, conflitante. A promoção em demasia das praias e de sua paisagem como atrativos turísticos, faz com que se atenua a “desordem”⁷ espacial desses locais. Sua má utilização além de contribuir para a poluição das águas e acúmulo de detritos, pode ampliar a dizimação cultural das populações que ali vivem tradicionalmente, comprometendo, assim, todo o sistema sócio-ambiental litorâneo.

Em Florianópolis, na Ilha de Santa Catarina, já pode ser constatado o efeito nocivo que sofrem os ambientes litorâneos pelo desenvolvimento urbano-turístico “desordenado” nessas áreas:

“Em algumas praias da ilha, as águas estão poluídas e são impróprias ao banho, como aquelas situadas às proximidades do centro de Florianópolis. O crescimento da população não foi seguido pela implantação de infra-estrutura adequada. Desta forma, face a precariedade ou mesmo a inexistência de infra-estrutura, a poluição é crescente, sobretudo a oriunda de esgotos cloacais. Ao norte da ilha, a qualidade da água das praias é conseqüência direta do fluxo turístico. A concentração de edifícios ao longo da praia e a ausência de esgotos são os principais responsáveis, como ocorre nos balneários de Canasvieiras, Ingleses e Campeche.” (SANTIAGO, 1996:141).

De acordo com DIEGUES, as áreas litorâneas apresentam-se como asseguradoras da sobrevivência das populações que ali vivem tradicionalmente. Isto, devido a multiplicidade de ecossistemas existentes nestas áreas, o que favorece a abundância de recursos naturais renováveis a serem utilizados. Além da disponibilidade desses recursos, tais áreas se prestam também à implantação de várias atividades como a portuária, a industrial, e inclusive a turística. Então, “a presença dessa grande potencialidade para inúmeros fins, muitas vezes em espaço reduzido leva a conflito de usos” (1989:113), principalmente pela posse e uso do solo, o que resultará na degradação ambiental.

⁷ Segundo SANTOS, a paisagem se cria “por acréscimos, substituições;(…) um conjunto de objetos de idade diferentes, heranças de muitos diferentes momentos. (...) A cidade é essa heterogeneidade de formas, mas subordinada a um movimento global. O que se chama desordem é apenas a ordem do possível, já que nada é desordenado”. (1997:66),

Tal conflito, às vezes ocorre, devido ao espaço não ser construído para uma pessoa, mas para muitas, e estas apresentarem diversidade em seus interesses e necessidades perante a paisagem e os recursos que estas dispõem, ou seja, modos de vidas diferentes, com percepções e anseios diferentes.

O turismo tem na paisagem o alicerce para o desenvolvimento de suas atividades – a base da oferta turística. Nela encontra-se o conjunto de atrações naturais e artificiais que servirão para a formatação do produto turístico à “disposição” dos consumidores para a satisfação de suas necessidades. Utiliza-se, assim, daqueles aspectos “naturais” (clima, flora, fauna, etc.) e artificiais (infra-estrutura, meios de transporte, fatores culturais, etc.) que compreendem a oferta para a “comercialização” da “mercadoria paisagem”. A cultura e os aspectos naturais são “valores” agregados aos materiais publicitários que procuram destacar as evidências que particularizam cada paisagem. O turista, por sua vez, também irá escolher o roteiro ou destino turístico a partir de sua “bagagem cultural” e de suas expectativas e afinidades com a paisagem (além de outros fatores, é claro, como condição financeira, tempo “livre” disponível,...). Assim, detêm na percepção da paisagem um meio analítico de se estudar os valores, anseios e necessidades de turistas e comunidade receptora.

As afinidades paisagísticas dos turistas estão atreladas, dentre uma série de outros fatores, ao seu perfil cultural que, em geral, vai a busca do exotismo, do inusitado, seja pela busca de novas experiências, por novos contatos culturais, ou por *status*, ou modismo, ou por outros motivos. A publicidade, por meios de folders, vídeos e revistas, dentre outros, estimula o turista a idealizar o cenário que será visitado.

O que ocorre é que a promoção do lugar e de sua paisagem, muitas vezes, é desconectada da realidade e dos interesses coletivos, partindo apenas de interesses individuais ou de pequenos grupos empresariais e políticos que vêem no espaço (e na paisagem) um meio de ampliação de renda.

No caso das atividades turísticas, estas apresentam, em alguns casos, a função de criar paisagens tofólicas a fim de criar fluxos turísticos e despertar a satisfação, o relaxamento ou estimulação dos visitantes, que se encontram “fugindo” de paisagens “melancólicas” e “angustiantes”. Só que aquelas paisagens ficam, em certos casos, restritas a meras imagens publicitárias ou propagandistas, como em folder, cartazes..., onde, muitas vezes na realidade, a experiência que o local proporciona ao visitante é negativa, diante de

uma série de inconvenientes como: engarrafamentos, poluição, excesso de edificações, acúmulos de roteiros a serem realizados de acordo com o programado nos pacotes turísticos, etc.. Em outros casos, a modificação da paisagem com fins turísticos atinge o objetivo de satisfazer a demanda, mas com a mudança da aparência local é modificado também a ligação emocional entre paisagem e moradores locais. Há de se considerar que, o que é agradável a um (ao turista), pode não ser a outro (aos moradores locais).

Para RODRIGUES (1999), sob a lógica capitalista do turismo, o espaço quando transformado em mercadoria é delimitado e destinado a um tipo de consumo - o da natureza - através dos serviços turísticos. Afirma ainda que, enquanto o turismo

“(...) articula a produção e o consumo de um espaço”, os serviços fluem por este mesmo espaço, mundializado e/ou globalizado, pois as informações sobre os lugares de “amenidades”, os lugares exóticos, o da materialidade histórica, circulam através dos serviços - correio, telex, (...)” (1999:55)

Deste modo, os aspectos naturais e culturais que compõem a paisagem tornam-se matéria prima para a formatação de um novo produto a ser promovido, circulado e comercializado: um é a venda do natural, o outro é a venda da cultura através do passado histórico do lugar, ambos para serem observados, embora que a publicidade veicule que é para ser vivido.

À medida que o espaço é produzido, ocupado e transformado de acordo com modernas tendências, o aumento dos fluxos, da massificação e da organização do consumo, a paisagem começa a ser descaracterizada e o lugar altera ou perde a sua identidade.

Conforme CASTROGIOVANNI (1999) a ordenação do turismo sobre os espaços urbanos tende a uma homogeneidade já que obedece aos padrões da moda, criando mercado global e, em contrapartida, valorizando o diferente e o restrito, “pois é alcançado socialmente por poucos”. Neste caso,

“As atividades” atrasadas” que foram a chamada para a quietude e para “ver” a natureza, se transformam rapidamente. As refeições “caseiras”, que representavam uma espécie de retorno ao passado, ao tempo do “escuro” é substituída por redes de fast food. E as antigas “cozinheiras” que vendiam o produto do seu trabalho passam a vender sua força de trabalho. Tem-se a “moda” do progresso, assim como foi moda o contato com o “natural”. E o espaço do “turismo” que foi incorporado até como “moda” é mudado pela mesma moda.” (RODRIGUES, 1999:57)

O lugar “perdendo a sua identidade” e sofrendo transformações na paisagem, passa a influenciar na percepção e nas atitudes dos moradores locais, que se vêm condicionados a viver segundo os novos padrões estabelecidos naquele espaço. A indústria, o comércio e os serviços passam a ditar as “normas” de condutas, mudando até mesmo a concepção de natureza e do lugar; antes: espaço vivido, vizinhança e familiaridade; agora: espaço-mercadoria.

Haja vista que o lugar é construído através da identidade do grupo com o espaço, das relações sociais que se realizam no plano vivido, dotados de uma rede de significados e sentidos; com a turistificação do lugar, essa identidade também vira mercadoria, só que esse processo aparece no “discurso oficial” como uma valorização das heranças culturais, a busca das origens, valorização do artesanato, dos costumes, entre outros.

A comunidade nativa, já influenciada, gravitando sobre os processos industriais e comerciais, na maioria das vezes, passa a conceber tais idéias, já que o capitalismo se encarrega de proporcionar confusas percepções da realidade, mudando os seus hábitos, através dos meios que lhe convêm: meios de comunicação, poder financeiro e político, poder de persuasão, a ilusão de “melhores” empregos, marketing, idéia de progresso, moda, desenvolvimento, etc. Assim,

“A economia reina, soberana, em nossa civilização. Ela é, ao mesmo tempo, a força motora, o fim e o meio. Ela dita a conduta a adotar. A exploração dos recursos naturais, a escala de valores do homem e a política do Estado caíram sob seu domínio e a ela estão subordinados.” (KRIPPENDORF, 1989:31).

Deste modo, o fator econômico tende a hierarquizar os valores e condutas que devem ser padronizados pela sociedade, e enquanto se tenta justificar a implantação das atividades turísticas com um caráter ecológico, social e cultural, este, na maioria das vezes, está estruturado sob a lógica do mercado, na busca da renda.

Na busca de fluxos turísticos, aqueles que promovem o turismo procuram, de um lado trabalhar as motivações dos turistas, criando expectativas, necessidades, sonhos, fantasias ..., que o induzam para a concretização da viagem - trabalha o interior do turista; do outro, prepara o espaço a ser visitado, reconstruindo o local e ampliando as possibilidades para esse fim. Necessita evidenciar elementos na paisagem, criar atração que desperte a vontade do turista em visitar o local, mas não basta somente isso, precisa criar outras facilidades ou necessidades que prolongue a estadia no local, já que assim poderá consumir mais. Então, além da atração, criam equipamentos e serviços voltados para o

turista como alojamentos, restaurantes, passeios pela cidade, eventos, enfim, um conjunto de opções que oportunize a sua permanência no local. Além disso, precisa adequar o preço, meios de transporte, facilitar o acesso, o período da visitação, ou seja, adequar a oferta ao perfil e motivações da demanda, cujas aspirações nem sempre são as mesmas que a dos moradores locais, em que muitas vezes, são relegados a segundo plano.

Acontece que às vezes o trabalho de divulgação e de promoção do lugar antecede a sua ordenação espacial, criando fluxos turísticos sem a devida infra-estrutura de suporte, gerando além de uma série de transtornos para os moradores locais, a própria insatisfação dos turistas que voltam ao seu lugar de origem propagando os inconvenientes de sua experiência no lugar visitado.

Outras vezes, o espaço é organizado e estruturado para o recebimento dos turistas, só que o fluxo almejado não ocorre, devido este não estar adequado ao perfil da demanda, necessitando associar e adequar o tipo de turismo ao tipo de público. Desde modo, os recursos investidos na infra-estrutura esvaziam-se no processo ineficiente de implantação turística.

Diante destas variáveis, vai se procurar no planejamento a “receita” para o sucesso da implantação do turismo. Então, quem planeja acredita que a importação de modelos de planejamento turístico de outras localidades vá oportunizar a eficiência da oferta turística frente às necessidades e o perfil da demanda, gerando os fluxos de turistas necessários para o “desenvolvimento” do lugar .

Observando o desenvolvimento do turismo na Grande Florianópolis, percebe-se que este se deu sem um devido planejamento “oficial” do poder público local, (apesar de o IPUF ter realizado em 1988 o Plano de Desenvolvimento Turístico do Aglomerado Urbano de Florianópolis) porém, é possível constatar que tal desenvolvimento obedeceu a uma lógica, direcionada por interesses de grupos políticos e empresariais, que de certa forma foram planejados para privilegiar minorias: como a valorização de determinadas áreas na Ilha de Santa Catarina, especulação imobiliária, pontos estratégicos para a construção de grandes empreendimentos habitacionais, comerciais e turísticos, enfim, os locais são comercializados para o turismo de acordo com a conveniência do momento. Assim, em tempos atrás, as praias do continente no Município de Florianópolis (Bom Abrigo, Abraão, Coqueiros e Estreito) eram os lugares mais almejados para a balneabilidade, após o seu mal uso e a sua poluição, passou-se a investir nas praias do Norte da Ilha, onde a temperatura de

suas águas são mais amenas, o que concretizou a expansão urbana em Canasvieiras, Ingleses, Jurerê. Agora, com a poluição e a intensa urbanização do Norte, o Sul da Ilha, que está ainda mais “conservado”, é alvo de mega-projetos para a ampliação do turismo.

Se por uma perspectiva econômica e tecnocrática, o turismo aparenta “ordenar” o espaço, criando atrações (parques, museus, eventos, paisagens paradisíacas,...), facilidades (restaurantes, hotéis, comércio,...) e acesso que proporcionarão melhores “qualidades de vidas” (a princípio para o turista) valorizando a natureza, a cultura e a história do lugar, por uma visão humanística, ele desordena a paisagem, invadindo e transformando as percepções e valores culturais expressos simbolicamente no patrimônio, modificando o comportamento do homem na trama de suas vidas diárias, tornando-o um elemento passivo, enquanto constitui a sociedade de consumo.

Assim, a paisagem não é somente a matéria-prima base para a formatação do produto a ser comercializado nos produtos turísticos, ela é a materialização resultante das ações inerentes às atividades turísticas, onde os diversos agentes envolvidos manifestam seus valores e interesses à medida que se relacionam com esse espaço.

CAPÍTULO 3

CARACTERIZAÇÃO DA CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL E PAISAGÍSTICA DE GANCHOS

A paisagem, como já comentado, não é o espaço geográfico, mas apenas a sua materialização espacial, expressa nas formas que o compõem. Nem, tão pouco, segundo SANTOS (1997), a paisagem é a configuração territorial, embora seja uma parte dela. Para o autor, enquanto a paisagem traduz apenas aquilo que nossa percepção alcança, atingindo apenas uma fração do espaço, a configuração territorial “*é o conjunto total, integral de todas as coisas que formam a natureza em seu aspecto superficial e visível*” (1997:77). O espaço geográfico seria o resultado da união entre a paisagem, a configuração territorial e a sociedade, ou seja, “organização do espaço” mediatizado pelo trabalho.

A configuração territorial, para este autor, é formada por um conjunto de objetos que chamamos de “naturais” (rios, florestas, montanhas, ...) e os criados ou artificiais (ruas, pontes, cidades,...) arranjadas em sistemas de interdependência. No entanto,

“Muitas vezes, o que imaginamos natural não o é, enquanto o artificial se torna “natural”, quando se incorpora à natureza. Nestas, as coisas criadas diante dos nossos olhos, e que para cada um de nós é o novo, já aparece às novas gerações como um fato banal. O que vimos ser construído é, para as gerações seguintes, o que existe diante deles como natureza. Descobrir se um objeto é natural ou artificial exige a compreensão de sua gênese, isto é, de sua história.” (SANTOS, 1997:75)

A paisagem, segundo SANTOS, configura-se um “conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais” (1997:65), formada por frações de ambas, embora também seja muito difícil diferenciar o que realmente é “natural” ou artificial nela. Principalmente naqueles lugares já bastantes alterados pelo trabalho social, como as grandes cidades, cuja produção se dá através dos vários instrumentos de trabalhos (edifícios, pontes, estradas,...), criados a partir de objetos naturais e artificiais, sem os quais a produção não ocorreria.

Em outros lugares, assim como na área de estudo, onde a transformação espacial ocorre em menor proporção, percebe-se com maior “facilidade” os aspectos “naturais” na paisagem (florestas, montanhas, praias, etc...) embora que, de certa forma, já apareçam marcas pela ação humana. É justamente a presença destes aspectos naturais, que despertam, muitas vezes, a motivação da visita ao lugar, e conseqüentemente a sua valorização para o crescimento imobiliário e turístico.

A paisagem dita como “natural”, baseada na inexistência da alteração pela ação do homem, nos dias atuais, praticamente não existe, haja vista que mesmo um lugar intocado fisicamente pela força do homem “*é objeto de preocupações e de intenções econômicas e políticas*” (1997:64). Assim, diante da multiplicidade de funções estabelecidas pelas relações sociais, diversas formas são adicionadas a paisagem natural, transformando-a em artificial, ou melhor dizendo, cultural; e

“quanto mais complexa a vida social, tanto mais nos distanciamos de um mundo natural e nos endereçamos a um mundo artificial.”(SANTOS,1997:65)

Assim, na busca por uma melhor compreensão da área de estudo, optou-se por uma breve caracterização da configuração territorial e paisagística de Ganchos, a fim de complementar nossa pesquisa, já que um estudo meramente perceptivo da paisagem limitaria nossos objetivos. Porém, por ser uma área relativamente extensa e por se tratar da configuração territorial, um conceito amplo, como uma totalidade, se tornaria muito difícil caracterizar cada objeto que a compõe e ainda, as interdependências mantidas entre si. Deste modo, este capítulo representará uma análise “superficial” dos objetos que compõe aquele local, presentes na configuração territorial de Ganchos e na sua paisagem.

A área em estudo se caracteriza por apresentar importantes bens públicos que servem não somente para explicar a sua realidade, como garantir a sobrevivência das populações que ali vivem. Conhecer e preservar esses bens significa dar continuidade a uma cultura que persiste durante diferentes gerações, cuja importância não se restringe a uma comunidade local, mas a toda sociedade que necessita conhecer a sua história, para compreender a sua realidade.

Com a implantação de atividades turísticas nesses locais, o uso de tais bens deverá ser repensado, a fim de não agravar as degradações que já sofreram e evitar as que possam vir a sofrer. Assim, antes de se tratar a realidade turística da área em estudo, serão

abordados, primeiramente, aspectos gerais referentes aos objetos “naturais” e culturais de Ganchos e áreas circunvizinhas, objetivando conhecê-los melhor, para então associá-los à análise junto à comunidade.

Para esta breve análise recorreremos a documentos fornecidos por instituições públicas (diagnósticos, anuários estatísticos,...), algumas bibliografias referentes ao município, além de estudos “em campo” sobre o local.

3.1. ASPECTOS “NATURAIS” E CULTURAIS DE GANCHOS...

Apesar de já haver sofrido significativas alterações pela ação antrópica, a localidade de Ganchos configura um quadro “natural” variado e importante, composto de praias, pontas, promontórios e ilhas, formando uma paisagem que exerce grande admiração por parte de seus moradores e visitantes.

O relevo apresenta-se bastante acidentado constituído por áreas planas, onduladas e montanhosas. Das áreas mais elevadas destaca-se a Serra da Armação, que configura o principal promontório cristalino da área, de onde alguns cursos d’água descem as encostas em direção ao mar. A serra ainda se caracteriza por apresentar uma formação geológica muito antiga (principalmente granítica), formando superfícies originalmente cobertas por Floresta Tropical Litorânea, conhecida também como Mata Atlântica, hoje restrita às altas encostas, encontra-se bastante alterada.

A Mata Atlântica caracteriza-se por ser uma floresta de clima quente e úmido, apresentando grandes variações de espécies animais e vegetais, o que a torna uma floresta de grande importância no equilíbrio ecológico da região.

Conforme FRANCO (1983), a grande umidade do ar nas serras costeiras brasileiras é causada pela ação das massas de ar úmidas, oriundas do oceano, que ao passarem sobre a corrente quente e em contato com as serras, precipitam-se em forma de chuvas (chuvas orográficas). Além da precipitação pluvial, a grande umidade na serra faz com que freqüentes neblinas precipitem água sobre os vegetais, aumentando ainda mais a disponibilidade de água. Aliado à forte presença de água, o solo, rico em material orgânico

contribui, também, para o sustento das plantas, permitindo ainda mais a possibilidade de desenvolvimento das espécies vegetais, tornando-a uma floresta densa e fechada.

Enriquecida esteticamente pela presença da Mata Atlântica, a Serra da Armação possibilita a seus visitantes, através da rodovia SC-409, uma passagem com vista panorâmica, que permite uma visualização de grande parte da área em estudo (principalmente Armação da Piedade e Fazenda da Armação).

Nas áreas mais planas estão fixados, em sua maioria, os moradores da localidade e os estabelecimentos comerciais, ocorrendo neles as principais atividades produtivas.

O uso das encostas por queimadas e desmatamentos, faz com que os solos localizados entre o mar e a encosta sejam “lavados” com maior facilidade pelas águas provenientes das cotas mais elevadas, o que os torna de baixa fertilidade, provocando além de erosões, o assoreamento dos rios e o comprometimento da segurança da população, sujeita a deslizamento ou rolamento de blocos pela ausência da vegetação. Ao longo da linha da costa, ocorrem a presença de praias, costões, enseadas e pontas.

O acesso rodoviário ao município se dá pela BR 101 situada a 18 Km da sede municipal, que proporciona algumas alternativas de se chegar às praias e às vilas através da SC 410, asfaltada e em melhor estado de conservação, e da SC 409, que apresenta relativa dificuldade de acesso, pois além de “cortar” a Serra da Armação, é de revestimento primário.

O clima no município, segundo KOPPEN, classifica-se como mesotérmico úmido, sem estação seca, com verões quentes, apresentando temperatura média anual de 20°C e precipitação total anual de aproximadamente 1.600 mm.⁸ Os ventos predominantes são o nordeste e o sul, sendo o segundo, de maior intensidade.

A falta de sistemas de esgoto na área configura um dos grandes problemas para a comunidade local, fazendo com que grande quantidade de dejetos fecais acabem desembocando nas praias. Estas acabam se tornando, em muitos casos, depósitos de lixo.

Grande parte da área em estudo pertence à “Área de Proteção Ambiental Anhatomirim” / IBAMA (Decreto nº 528/20.05.92) e conforme a legislação federal (Lei 6766/79) propõe-se coibir a ocupação de encostas, servindo também de proteção à Ilha de Anhatomirim, ao mar e aos promontórios.

⁸ Dados segundo o Diagnóstico Municipal de Governador Celso Ramos, SEPLAN / SC – SEDOC, 1990.

O patrimônio natural possibilita ainda, o sustento da maioria da população que vive das atividades pesqueiras, que consiste numa das principais áreas de captura de peixes, crustáceos e moluscos da Grande Florianópolis.

Com relação às praias do município, estas apresentam diferentes tipologias, conforme a sua localização. Entre as urbanizadas, a Praia de Palmas é a maior do município e uma das mais valorizadas para fins imobiliários e turísticos. Apresenta 2.500 m de extensão, com areias brancas e finas, onde está sendo implantado o empreendimento “Palmas do Arvoredo” que pretende receber, através de plano diretor próprio (aprovado pelas diretrizes do Plano Diretor Municipal) até 14.000 moradores (mais de 100% da população total do município) quando totalmente ocupado⁹. Em tal praia, fica evidente a distinção entre diferentes tipos de habitações correspondentes ao poder aquisitivo dos moradores, aparecendo, mais próximo ao mar, as áreas mais valorizadas pelo empreendimento, enquanto que, nas proximidades das encostas dos morros, um pouco distante da praia, encontram-se as moradias mais simples, habitadas pelos moradores nativos.

Apresenta ainda, praias de mar aberto, como a Praia das Cordas e Praia Grande, orientadas para o leste, com areias brancas e fortes ondas, ou praias e enseadas mais tranquilas, como a Praia do Tinguá, Armação da Piedade e Costeira, orientadas para a Ilha de Santa Catarina, de onde saem barcos para a Baía dos Golfinhos e para a Ilha de Anhatomirim, onde se encontra a Fortaleza de Santa Cruz.

A Praia de Ganchos, onde está assentada a maior parte urbana do município com sua sede administrativa, é dividida em três partes: a Praia do Meio, a Praia do Canto e a Praia de Fora. Nela encontra-se uma colônia de pescadores e empresas da área de pesca.

Entre as praias “mais desertas”, destacam-se as praias do Simão, praia de Fora, Baleote, Ilhéus, Sissal, Bananeiras, Figueira, Antônio Corrêa, Zé André, dos Magalhães, do Porto, do Sinal e Chico Serafim, que segundo FARIAS,

“ainda conservam a sua beleza nativa, não havendo empreendimentos turísticos, parcialmente desabitadas, freqüentadas por nativos e aventureiros, com locais que ainda não foram explorados turisticamente.”(2000:203)

⁹ segundo material publicitário fornecido pela administração do empreendimento (anexo 2.)

Embora que, conforme relatos de moradores e documentos jornalísticos, um grande número de hotéis e moradores estejam fechando o acesso ao mar, utilizando algumas praias como propriedade particular, gerando a insatisfação e revolta de moradores nativos e pescadores que se vêem discriminados quanto ao uso destas. Em alguns casos, o uso das praias é restrito a hóspedes de hotéis ou a família dos moradores “proprietários”. A presença de placas e cercas em muitas praias indicam o caráter proibitivo de acesso às praias. Conforme uma das alegações daqueles que se apropriam das praias, o acesso é negado por motivos de segurança e,

“ Como a maioria das casas é protegida apenas por trás - a frente é aberta para a paisagem e a brisa do mar - a liberação do acesso traria riscos ao patrimônio” (O ESTADO, 06/09/1999)

Em outras praias os argumentos são diferentes, pois as privatizações estariam contribuindo para preservação do local, em que, segundo informes jornalísticos, assim constata:

“Numa pequena porção da localidade de Costeira do Norte, a família Freitas – industriais de Criciúma, no Sul do Estado – fez uma espécie de “villa”, em que os muros existem apenas na divisa dos terrenos com a estrada. Há placas proibindo a entrada e portões de ferro, escondendo um trecho do mar – aproximadamente 50 metros – que é parte da Área de Proteção Ambiental (APA) de Anhatomirim. (...) um dos irmãos que têm casa na praia, diz que o acesso não está totalmente restrito ao público. “Quem quiser, pode visitar a praia. Só precisa pedir”, explica. (...) ainda afirma que o fato da praia estar fechada ajuda a conservar o ambiente. “Impede que o pessoal suje a praia e o mar”. (O ESTADO, 06/09/1999)

Já no modo de pensar dos moradores nativos e pescadores, a privatização das praias consiste em uma prática absurda, cujo patrimônio não deve se restringir ao usufruto de apenas uma minoria, mas de toda comunidade, considerando, é claro, a manutenção e conscientização de seus usuários, mantendo-a limpa e preservada. Dentre seus relatos,

“Acho um absurdo. Deve ser liberada. Deve haver, sim, é um trabalho para preservá-las, colocar lixeiras,... Deixar sempre limpa.”(morador de Fazenda da Armação)

“Já é muito errado. A praia tem que ser para todos. Tem praia que a gente é maltratado”. (pescador da Praia de Canto de Ganchos)

“Isso é uma vergonha, não dá nem mais para pescar nos costões. (...) Vem gente rica de tudo quanto é lugar para as nossas praias”(Morador de Areias de Baixo - O ESTADO, 06/09/1999)

Sob pressão da Procuradoria da República e pela Delegacia de Patrimônio da União que analisam o caso, a prefeitura vem negociando com os “proprietários” e abrindo acesso, no entanto, a utilização indevida desses locais ainda persiste na localidade.

A privatização das praias é acompanhada de uma série de outros acontecimentos que expressam as mudanças de valores e comportamentos perante o uso das praias e espaços públicos.

A atividade pesqueira, ainda hoje, é o principal meio de vida da maioria de seus habitantes, sendo visível entre estes o espírito de fraternidade com que executam tais atividades, formando, conforme SILVA (1986), um cenário de ricas manifestações culturais, ameaçado pelos domínios da cultura capitalista. Para a autora, esse espaço forma uma

“Região de ricas manifestações culturais, destacando-se no folclore as modalidades terno-de-reis, boi-de-mamão, candeias no mar e a farra do boi e no aspecto religioso as festas de navegantes e São João, o que constata-se hoje, é que estes valores estão desaparecendo, à medida em que outros valores estão sendo implementados.” (SILVA, 1986:22).

Dentre as manifestações culturais, a “farra do boi” é considerada a mais tradicional e popular, sendo que, através das polêmicas geradas em torno desta, o município de Governador Celso Ramos ficou conhecido não somente no Brasil, mas no âmbito internacional. As polêmicas são geradas através das controvérsias existentes entre os farristas da “brincadeira do boi” e aqueles que “de fora” condenam essa prática, o que muitas vezes ocasionou conflitos entre polícia e farristas. Relatos dizem que,

“... para os moradores deste município, não apenas na Quaresma, sempre há motivos para correr atrás do boi. Quem está de fora, considera um absurdo a manifestação desta cultura e acusa os farristas de maltratarem o animal. Já os farristas de Governador Celso Ramos não gostam de serem vistos desta forma e dizem que a opinião dos forasteiros não condiz com a realidade.” (Diário Catarinense especial, 27/12/93: 90).

Segundo a versão dos moradores,

“É uma brincadeira saudável. Não maltrata o boi. É uma tradição muito grande aqui”

Este fato mostra a divergência existente entre a cultura “local minorista” e a cultura dominante capitalista, que no decorrer dos anos vem impondo novos valores sobre a cultura local.

Além da farra do boi, como uma das manifestações culturais, a pesca artesanal também tem sofrido grandes dificuldades frente às transformações ocorridas no espaço de trabalho do pescador e na sua cultura. Por se tratar de uma comunidade com estágio tecnológico tradicional, o pescador artesanal sempre foi alvo de exploração e do descaso quanto as suas necessidades, o que acarretou numa série de dificuldades e desrespeito ao seu modo de viver. Estes muitas vezes são excluídos dos espaços públicos, ficando limitados até mesmo para a pesca, já que a pesca mercantil exerce monopólio sobre as melhores áreas.

Em nível de produção artesanal, além da confecção de redes e embarcações, destaca-se na tradição local, a renda de crivo, que consiste num trabalho artesanal confeccionado em linho para decorar camas, mesas e outros, realizados geralmente pelas mulheres.

As mulheres, na pesca, ainda desempenham um papel importante no seu processo final, já que ajudam na limpeza e no preparo dos peixes, moluscos e crustáceos, ficando para os homens a tarefa de capturá-los no mar. No processo das relações sociais, ainda é curiosa a maneira solidária como uns ajudam os outros, ocorrendo, por exemplo, com frequência certos mutirões, fazendo com que aquele pescador que não obteve boa pesca e esteja com dificuldades, receba ajuda dos outros, que conseguiram capturar um número excedente de peixe. Quando um pescador obtém sucesso na captura dos peixes, este também recebe ajuda na limpeza e preparo dos mesmos. Nota-se que essas relações diferem muito das relações convencionais existentes no capitalismo, ocorrendo na localidade desde sistemas de trocas até mesmo o de ajuda mútua. As relações capitalistas também são atuantes, já que uma parte dos peixes capturados são destinados à venda, e o dinheiro utilizado para a compra de outros produtos de sua necessidade.

Com relação às manifestações gastronômicas, por se tratar de uma área pesqueira, destacam-se os frutos do mar, que constituem variados pratos típicos de peixes, mariscos (cultivo próprio), lula, camarão e outros, acrescidos, geralmente, da farinha de mandioca,

que os açorianos herdaram dos nativos Carijós, e ainda uma grande quantidade de temperos verdes.

Dentre os monumentos deixados pelos colonos luso-açorianos destacam-se a Igreja de Nossa Senhora da Piedade (Foto 01), localizada na Praia de Armação da Piedade, construída entre os anos de 1745 e 1746, e que possivelmente, representa a mais antiga das igrejas ainda existentes em Santa Catarina. Enquanto patrimônio histórico-cultural preservado, a Igreja de Nossa Senhora da Piedade, representa um resgate ao passado dessa comunidade, que, juntamente às ruínas existentes em sua proximidade (Foto 02), registram a instalação da antiga armação de baleias, pela qual, foi um dos motivos que atraiu os lusitanos para essa localidade.

Segundo o Guia dos Bens Tombados de Santa Catarina, pode-se perceber que a Igreja de Nossa Senhora da Piedade está intimamente ligada à cultura lusitana. Na análise de sua arquitetura nota-se que foi

“Construída em alvenaria de pedra argamassada, de acordo com o partido clássico adotado na maioria das igrejas do litoral de Santa Catarina – tipo de arquitetura religiosa popular, que se incorpora à sensibilidade lusa ligada ao Românico, embora não exclua alguns elementos renascentistas – apresenta belo e austero frontispício formado por frontão reto interrompido na base, óculo circular, pesada porta central com verga reta e emblema de massa, entre a portada e o óculo. A torre sineira, de pequenas dimensões e seção quadrada, é assentada lateralmente, bem como a sacristia, fora do corpo principal. Cobre-a telhado em duas águas, arrematado por beiral em beira-seveira.”
(Guia dos Bens Tombados de Santa Catarina, 1992: 76).

Como medida de proteção foram incluídos no tombamento junto com a Igreja, o cemitério público que se situa aos fundos da Igreja e as ruínas existentes nas suas proximidades, associadas à antiga atividade da pesca de baleias.

Além da Igreja de Nossa Senhora da Piedade, algumas casas ainda mantêm em sua arquitetura o estilo luso-açoriano, só que com as recentes ocupações e as transformações no espaço urbano, estas têm sofrido certa descaracterização nas fachadas e nas formas de uso.

Foto 01

A Igreja Nossa Senhora da Piedade, localizada na Praia de Armação da Piedade, configura um dos principais patrimônios histórico-culturais da localidade. (C.A.C – 27/12/96)

Foto 02

Ao lado da Igreja, encontram-se ruínas das antigas armações de pesca de baleia. (C.A.C. – 27/12/96)

Outra característica marcante na identidade popular de Ganchos, é a religiosidade muito forte que se manifesta nas festividades de Nossa Senhora dos Navegantes (02 de fevereiro), São Pedro (última semana de junho), Divino Espírito Santo (maio/junho) e Nossa Senhora da Piedade (primeira semana de setembro). Em tais festividades compõem-se expressivas “manifestações culturais”, percebidas nas procissões, orações, canções e na própria linguagem popular. A brincadeira do boi e o terno-de-reis também estão associados à religiosidade, já que são comemorados próximo de datas festivas, como o Natal e a Páscoa.

Nos terno-de-reis, realizado geralmente nas vésperas de 6 de janeiro, várias casas são visitadas durante a madrugada por grupos de moradores que cantam e tocam várias canções, muitas delas improvisadas, em homenagem ao dono da casa visitada. Este, por sua vez, recebe a orquestra com bebidas alcoólicas ou outras ofertas como troca de cortesia. No meio das cantorias, muita diversão, que aos poucos vai envolvendo outros moradores, que muitas vezes passam a acompanhar os grupos do terno.

Muitas manifestações culturais também representam a herança cultural luso-açoriana, como as danças (boi-de-mamão, pau-de-fitas, etc.), os mitos, as crenças, entre outros, só que muitas destas estão desaparecendo à medida que a comunidade pesqueiro-artesanal é substituída por veranistas. Apesar das ameaças e das perdas culturais, muitos ainda lutam para a preservação dessa cultura, resistindo as mudanças, sendo que, diante da crise econômica e social que sofrem os pescadores, não se sabe até quando.

3.2. ... SOB UM CONTEXTO HISTÓRICO

A situação atual de Ganchos, no seu aspecto econômico, social, cultural e até ambiental, está intimamente ligado ao contexto histórico em que esta área está submetida.

Sua colonização emergiu a cerca de 250 anos, através do projeto político elaborado pela Coroa Portuguesa que visava expandir sua colonização sobre o litoral catarinense, a fim de garantir o domínio sobre esta área, evitando assim, o domínio espanhol. Para que o domínio português se concretizasse era necessário desenvolver algum tipo de atividade produtiva que gerasse “atração” e “manutenção” aos colonizadores, proporcionando, além

da proteção territorial, rendas adicionais à Coroa Portuguesa, que se encontrava em crise econômica, em virtude da concorrência comercial internacional. Ainda,

“Nesta área, o projeto pautava-se em estabelecer, pelo litoral, bases político-militares associadas a uma possibilidade econômica de grande vulto (pesca da baleia), ligada aos interesses dos capitais comerciais portugueses, além da implementação de uma pequena produção mercantil, constituída de casais açorianos e madeirenses.” (SILVA, 1992: 181).

Então, a localidade de Piedade (hoje, chamada como Armação da Piedade, em Ganchos), foi escolhida para a implantação da primeira e mais importante armação de pesca de baleia do litoral catarinense, que passou a configurar a principal área da produção baleeira. (Tabela 1).

Os primeiros moradores construíram a capela de Nossa Senhora da Piedade (1745-46), que representava um ponto de encontro da comunidade lusitana, servindo tanto para o culto, como local para discutir seus interesses. Ainda hoje, a Igreja representa o principal marco histórico-cultural da área.

Pelo fato do litoral catarinense ser um ponto estratégico das navegações portuguesas, além de outros países, no século XVIII foram edificadas fortalezas para defender o litoral das tropas inimigas. Dentre estas, foi construída a Fortaleza de Santa Cruz (1739-44), localizada na Ilha de Anhatomirim, que deveria proteger a porção Norte da Ilha de Santa Catarina das investidas estrangeiras.

Segundo SILVA (1992), enquanto que Piedade se evidenciava na produção baleeira, utilizando inicialmente mão-de-obra escrava, iam se instalando em áreas circunvizinhas (Costeira, Ganchos e Fazenda da Armação) pequenos produtores mercantis provenientes da Ilha de Açores e Madeira.

A distribuição espacial dos pescadores também estava relacionada com a localização da Armação:

“Especialmente, concentravam-se os pequenos agricultores nas encostas dos morros e em seu declive, e os pescadores, em maior número, à beira mar. Todavia, a maior parte de pescadores concentrava-se nas proximidades da Armação (Fazenda e Costeira) embora em todos os povoados estivessem presentes.” (SILVA, 1992: 40).

A metrópole portuguesa mantinha intenso domínio sobre as atividades produtivas, fato que gerou a exploração dos pescadores, fazendo com que estes produzissem de acordo

com os interesses dos concessionados da Coroa Portuguesa (Thomé Gomes Moreira e os Quintela).

Em 1801, o monopólio português é extinto, iniciando um processo de declínio sobre a atividade da pesca baleeira, provocando, conseqüentemente, decadência ao povoado que vivia desta atividade. Veja-se que,

”(...) em 1836 a Armação da Piedade, já quase em ruínas foi incorporada à Marinha, seus escravos alforriados e o povoado ali existente entrou em decadência.” (Guia dos Bens Tombados de Santa Catarina, 1992: 76).

Com o passar do tempo, Armação da Piedade

“já não oferecia condições para o crescimento do núcleo, transferindo-se os seus fundadores para a localidade de Ganchos, onde até hoje está a sede do município de Governador Celso Ramos.” (Diário Catarinense especial, 27/12/93: 90).

A área em estudo pertencia ao Distrito de Biguaçu, em São Miguel e, em 06 de novembro de 1963, através da Lei número 929, foi criado o município de Ganchos. Pela Lei número 1066, de 12 de maio de 1967, foi mudado o seu nome para Governador Celso Ramos.

Nota-se que a variedade de culturas formadas a partir da pesca da baleia em Armação da Piedade configurou um grande complexo cultural marcado, predominantemente, pela forte presença da cultura luso-açoriana e pelos traços de outras culturas, como a dos escravos africanos; dos holandeses, que chegaram a ocupar uma pequena parcela do município; dos alemães, que se instalaram em Piedade em 1847, para o trabalho agrícola, abandonando-a logo depois por ser um local impróprio para essa atividade; dentre outros.

TABELA 1
EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO BALEEIRA NA ÁREA CATARINENSE

ANOS	QUANTIDADE DE ANIMAIS		TOTAL EM PIPAS DE AZEITE	ARMAÇÕES
	MÉDIA ANUAL POR ARMAÇÃO	TOTAL ANUAL		
1748-50	500	500	8.000	Piedade
1754-65	200	200	2.200	Piedade
1765-77	250	500	8.000	Piedade e Lagoinha
1785	133	400	6.400	Piedade, Lagoinha e Itapocoróia
1793	84	253	4.048	Idem
1795	63	254	4.064	Piedade, Lagoinha, Itapocoróia, Garopaba e Imbituba
1796	49	248	2.968	Piedade, Lagoinha, Itapocoróia e Garopaba
1801	23	163	2.608	Idem
1812-15	14	352	5.632	Idem, junto com ilha da Graça
1816	39	71	1.136	Idem
1817-19	12	73	1.168	Idem

Fonte: SILVA, 1992, p. 52.

Nos últimos anos, frente às crescentes transformações espaciais ocorridas em quase todo litoral catarinense, houve, também mudanças no modo de viver e de produzir desta comunidade. Dados recentes mostram que,

“Nos últimos 20 anos, a população do município aumentou, embora tenha ocorrido uma pequena fuga do campo. Neste período, a ocupação na indústria se multiplicou por cinco, enquanto que a ocupação no comércio cresceu 200%. O único setor que ficou estagnado nesses anos foi o primário, que enfrenta até ligeira diminuição de pessoas ocupadas.” (Diário Catarinense especial, 27/12/93: 90).

Apesar das mudanças, na comunidade de Ganchos ainda permanecem muitos traços da cultura herdada de seus colonizadores. Patrimônios histórico-culturais como a Igreja de Nossa Senhora da Piedade, a Fortaleza de Santa Cruz, as ruínas da antiga Armação, bem como a própria paisagem em que a comunidade está inserida, remonta ao processo histórico da colonização luso-açoriana, reunindo importantes fontes históricas para a compreensão da realidade local.

CAPÍTULO 4

AS ATIVIDADES TURÍSTICAS EM GANCHOS:

4.1. IMPLANTAÇÃO E CARACTERÍSTICAS GERAIS

A presença das “atividades turísticas” nos lugares litorâneos em Santa Catarina começa a ganhar impulso a partir da implementação de ações do Estado, através de processos de integração das comunidades litorâneas às novas formas de produção em meados do Século XX, marcando profundas transformações sócio-espaciais em todo litoral.

Segundo SILVA, MACHADO e CAMPOS (1997), através da implantação da Rodovia Federal BR-101 no trecho catarinense (iniciadas em 1953 e concluídas em 1971) políticas estatais estimulam oportunidades de crescimento industrial nas cidades próximas a esta estrada, a fim de integrar mercados e fortalecer “pólos regionais” que auxiliem na dinamização da economia nacional. Criam-se infra-estruturas que oportunizam o crescimento dos núcleos urbanos e viabilizam o desenvolvimento do território catarinense através de “ações planejadas” do espaço litorâneo.

Idéias desenvolvimentistas associadas a iniciativas de investimentos públicos auxiliam na aceleração do crescimento demográfico, iniciando um processo de “metropolização” em torno dos núcleos cujas atividades produtivas eram mais dinâmicas, como no caso da “Grande Florianópolis”, “Região de Joinville” , “Região de Criciúma” e Tubarão. Assim,

“A partir desses lugares uma rede de “centros intermediários” intercomplementares se dinamizam, definindo padrões de usos de solo – como os adensamentos residenciais, industriais e comerciais junto e/ou próximo à BR 101 – motivo de estrangulamento na rodovia – e aprofundando em cada situação, ritmos de produção espacial por fluxos e fixos em tipo de mercadorias presentes nos conjuntos de objetos geográficos das paisagens” (SILVA, MACHADO e CAMPOS ,1997: 477)

Tais transformações, conforme FARIAS

“levaram à quase desagregação da estrutura sociocultural e econômica tradicional da região, diante das novas visões econômicas, culturais e de valores morais.” (2001:378)

O turismo, como reflexo das tendências globais, vem por volta dos anos 80 impulsionar ainda mais as transformações sócio-espaciais no litoral, contribuindo para a concentração urbana em alguns balneários e alterando as formas de uso de solo, sobretudo nas praias, onde tem viabilizado a forte especulação imobiliária (SILVA, MACHADO e CAMPOS, 1997), descaracterizando e desagregando ainda mais as estruturas tradicionais.

Assim sendo,

“A “indústria do turismo” ou “força fabril sem chaminés” é na contemporaneidade a atividade motriz geradora de significativa “competência econômica” em Santa Catarina e que tem se expressado aqui, proporcionalmente nos reflexos da globalização, como motivadora de desdobramentos funcional e paisagísticos dos lugares.” (SILVA, MACHADO e CAMPOS, 1997: 477)

A medida que os núcleos urbanos iam se consolidando, políticas estatais direcionavam os fluxos turísticos para alguns balneários, criando através de projetos – do tipo Jurerê Internacional, localizado na Ilha de Santa Catarina – infra-estrutura de “grande” porte, ocupando, com vistas para o turismo, áreas de extrema importância e fragilidade ambiental, como mangues, restingas, dunas, costões, gerando problemas de ordem ambiental, além de comprometer as relações de trabalho na pesca nas comunidades de origens açorianas, impactando, assim, seu modo de vida e suas manifestações culturais.

A beleza paisagística litorânea associada à tendência de valorização da terra, movida pelo incentivo ao turismo, faz com que grande número de pessoas passe a procurar lotes ou casas para a compra em áreas praianas. Áreas antes utilizadas pelas comunidades tradicionais como “terras comunais” passam a ser “apropriadas” por pessoas ou por grupos empresariais (muitas vezes, de estados ou países vizinhos) que vêem na paisagem local um futuro meio de rentabilidade, viabilizado pela especulação imobiliária. Impulsionados por tais interesses, é criado no senso comum a idéia de “idolatria à praia”, em que são amplamente divulgadas na mídia as várias formas de lazer, status e valorização que a mesma oportuniza, gerando uma “corrida” na busca pela aquisição da “casa de praia”,

concentrando, assim, residências, comércios e empreendimento turísticos nestas localidades.

Muitos proprietários começam a utilizar seus lotes ou casas na praia como “segunda residência” durante o verão ou alugam-nas para turistas. Ao mesmo tempo, moradores nativos “tentados” pela oportunidade de ampliação de renda, e, muitas vezes, por necessidades e pressões econômicas, vendem suas terras para visitantes, ou então, passam a morar nos fundos de sua residência durante a “alta temporada” para alugá-las para turistas.

São produzidas, assim, áreas litorâneas cada vez mais “vocacionadas” (sob a lógica capitalista) ao turismo, ampliando e melhorando, de modo geral, este tipo de serviço, bem como o número de empreendimentos e a infra-estrutura em algumas praias; enquanto que em outras, “mantêm-se conservadas” para novos paraísos imobiliários futuros. Na maioria dos casos, a infra-estrutura não acompanha a expansão urbana do lugar, ocasionando insatisfação por parte de moradores e visitantes e gerando impactos ambientais.

Ao final do século XX, o litoral catarinense é visitado por um grande número de turistas, de procedência nacional e internacional (principalmente de países do Mercosul), fazendo com que o poder público e privado (re)pensem e (re)produzam o espaço turístico litorâneo a fim de garantir os fluxos turísticos na “alta temporada” e manter a operacionalização e lucratividades de cofres públicos e privados.

Em 1993, a atividade turística em Santa Catarina foi responsável pela geração de uma receita bruta equivalente a 25% de suas exportações (SILVA, MACHADO E CAMPOS, 1997).

Numa tentativa de regionalizar diferentes opções em nível de marketing em Santa Catarina, uma série de roteiros turísticos são fomentados pela SANTUR (órgão oficial de turismo no Estado), como: a Rota do Sol, localizada no litoral Norte do Estado; o Caminho dos Príncipes, na Região Norte; República Juliana, na região Sul; a Rota do Vale Europeu,

Foto 03

Vista parcial da Praia de Palmas. A promoção da paisagem “paradisíaca” para fins imobiliários. Com área onde está se implantando o Empreendimento “Palmas do Arvoredo”, demarcado pelo arruamento. (C.A.C. – 09/11/02)

Foto 04

Imóvel localizado na Praia Grande com vista paisagística privilegiada “de frente para o mar”. (C.A.C. – 09/11/02)

no Vale do Itajaí; as Serras Catarinenses, na região Serrana; a Rota do Contestado, no Vale do Rio do Peixe; Nova Rota das Termas, na Região Oeste; e a Capital da Natureza, no litoral Centro (FARIAS, 2001).

Na Grande Florianópolis, o turismo é incentivado através de projetos impulsionados por políticas estatais, viabilizados pela criação de vias de acessos que permitiam a chegada dos fluxos turísticos na região. Em Florianópolis, na Ilha de Santa Catarina, com o funcionamento da SC 401 iniciou-se o crescimento urbano-turístico das praias do norte da ilha, determinado pelo fluxo de turistas.

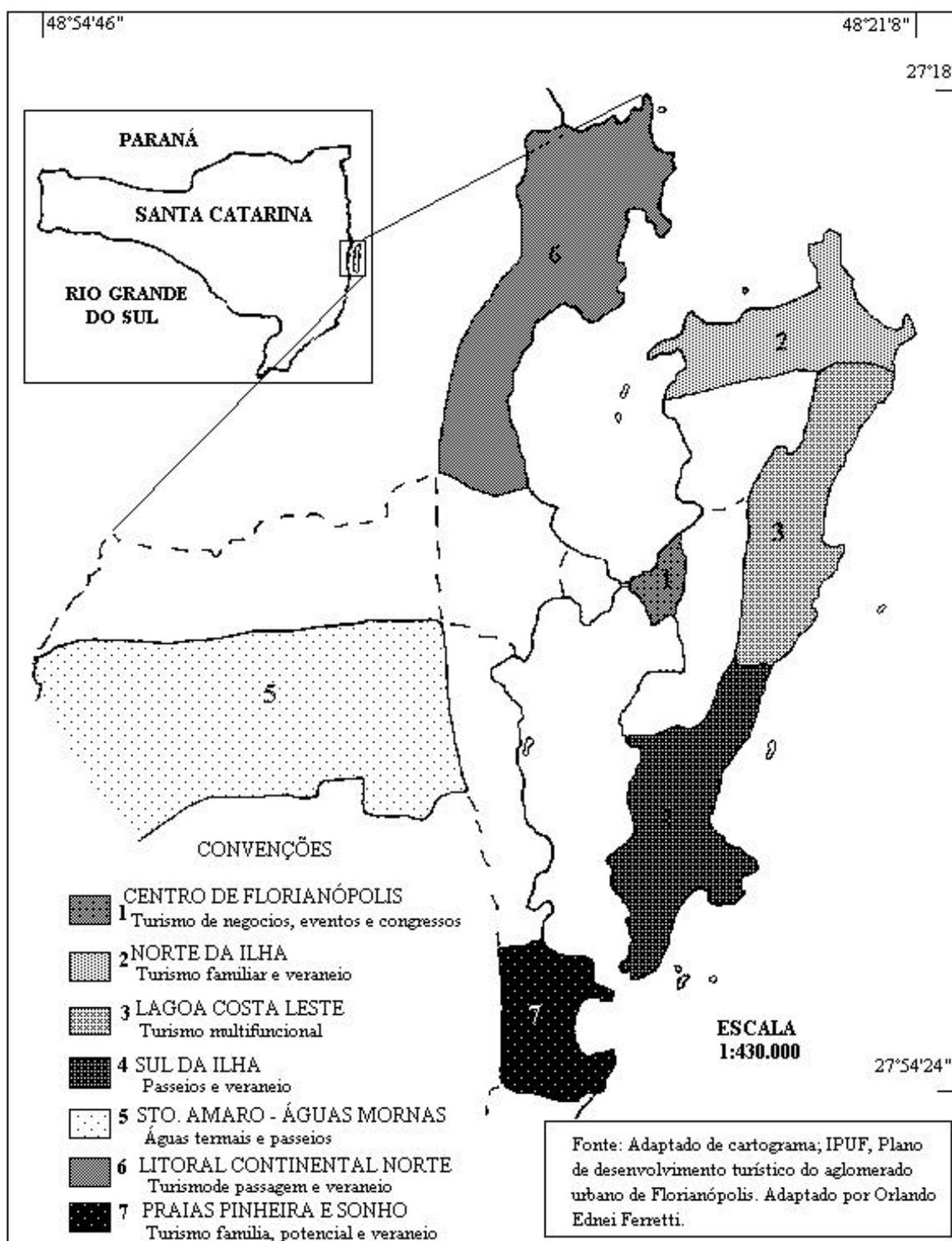
Em 1988, a Prefeitura da cidade procura através do Plano de Desenvolvimento Turístico de Aglomerados Urbanos de Florianópolis, analisar o processo turístico na Grande Florianópolis a fim de (re)direcionar suas tendências na região e criar políticas de viabilização de desenvolvimento turístico. No entanto, muitas das propostas do plano não vigoraram, apesar de contribuir enquanto diagnóstico e traçar um perfil regional com relação ao turismo.

Neste Plano, a área em estudo (Ganchos) aparece pertencendo à Zona Turística 6 (Figura 2), cujo tipo de turismo é caracterizado como de passagem, em virtude da sua ligação com a BR-101, servindo de ponto de parada dos viajantes entre o trajeto Sul-Norte, e veraneio, pois é área balneária, visitada por inúmeras famílias de variadas localidades. Assim sendo,

“Junto a grande beleza natural do litoral de Governador Celso Ramos e do patrimônio histórico da Ilha de Anhatomirim, esta zona possui grandes possibilidades de vir a se destacar futuramente com o turismo de passagem (direção Sul-Norte) e turismo de excursões, podendo também ser exploradas as praias do litoral Norte-Leste, que são adequadas para o veraneio.” (Plano de Desenvolvimento Turístico de Aglomerados Urbanos de Florianópolis, 1988, v. II,: 251).

Segundo o mesmo plano, a área foi classificada como centro potencial turístico, cuja categoria consiste em centros menores, que já possuem alguma infra-estrutura urbana e que apresentam possibilidades de atuarem como futuros centros turísticos zonais e distritais (centros de maior importância e influência turística).

FIGURA 2 – MAPA DAS PRINCIPAIS ZONAS TURÍSTICAS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS PELO IPUF EM 1988.



A área, ainda é intitulada como Local X (dez) de Interesse Turístico pelo Conselho Nacional de Turismo, nos termos da Lei 6513 e do artigo 31, do Decreto número 86.176, de 06 de julho de 1981, na qual foi criada uma série de normas específicas que visam disciplinar a sua ocupação. Informa aquele documento:

“Da Ponta dos Ganchos até a Ponta da Cruz, encontra-se um linear belíssimo de praias, a maioria de qualidade, que, embora de dimensões modestas, devido ao sopé da serra da Armação, é importante para o turismo de qualidade. As inúmeras praias, ilhas, pontas e pequenas baías formam um dos mais interessantes locais do litoral catarinense.” (Conselho Nacional de Turismo, Embratur, 1981).

Nos últimos anos, acompanhando as tendências de quase todo litoral catarinense, as atividades turísticas ampliam-se na localidade de Ganchos, favorecendo o surgimento de empreendimentos ligados ao setor e um crescente número de residências e estabelecimentos comerciais. Diante a implantação de Projetos do tipo “Água de Palmas” e “Palmas do Arvoredo” (empreendimento de 830.000 m²), localizados na Praia de Palmas, promovidos em parceria com o poder público¹⁰, Ganchos ganha “espaço” na mídia, despertando ainda mais a motivação de aquisição e construção de imóveis, cuja tendência é elitizar o uso turístico e intensificar ainda mais a urbanização da localidade (Foto 05).

Embora o turismo não tenha as mesmas proporções dos municípios vizinhos, como em Florianópolis por exemplo, observa-se expressivo crescimento no número de meios de hospedagens. Segundo o Diagnóstico Municipal de Governador Celso Ramos, em 1990, o município possuía como opção de hospedagem apenas um hotel de médio porte (três estrelas) e três campings. Já em 2000, a “*infra-estrutura de hospedagem compreende 7 hotéis com 355 leitos e 1 camping para 800 pessoas*” (FARIAS, 2000:204). O fato de possuir “poucos” estabelecimentos de hospedagens até os anos 90 está associado, entre outros fatores, à “geografia do lugar”, ou seja, a sua superfície montanhosa e a dificuldade de acesso, e com isto a dinâmica de expansão urbana-turística “demorou” a acontecer no local.

Conforme material promocional do município (tabela 2), em 2002, a localidade apresenta 11 hospedagens, totalizando a capacidade de 887 leitos, havendo ainda uma relativa quantidade de campings.

¹⁰ A prefeitura, juntamente com estes empreendimentos, além de unir esforços na divulgação do turismo, auxilia na criação de infra-estrutura, incentivos fiscais, planos de ordenação espacial, etc...

Foto 05
Palmas do arvored

TABELA 2 : MEIOS DE HOSPEDAGENS EM GOVERNADOR CELSO RAMOS – 2002.

HÓTEIS E POUSADAS	LOCALIDADE	Capacidade de leitos	Chalés	Suítes	Aptos
Alamandas Cabana Hotel	Camboa	48	12		
Centro Adventista de Trein. e Recreação	Praia de Palmas	242	10	32	
Complexo Água de Palmas	Praia de Palmas	100			25
Hotel Cabana Anhatomirim	Caeira do Norte	98	11		03
Hotel Maranata	Calheiros	55			22
Marina dos Ganchos	Praia Calheiros	57		20	
Palmas Parque Hotel	Praia de Palmas	120			40
Pousada das Gaivotas	Fazenda da Armação	16		4	
Pousada Maremansa	Armação da Piedade	28			7
Pousada Recanto do Sol	Armação da Piedade	43	10		
Residencial Praia do Tingua	Armação da Piedade	80		18	

Fonte: Material publicitário (folder) fornecido pela SANTUR / SEBRAE e Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.

Segundo pesquisa mercadológica e estudos da demanda turística realizados no município pela SANTUR em 2002 (janeiro e fevereiro), o movimento estimado de turistas em Ganchos foi de 11.350 turistas nacionais e 470 turistas estrangeiros (66,67% argentinos e 33,33% paraguaios), sendo que em alguns anos registrou-se quase o triplo deste número, permitindo um taxa de ocupação da rede hoteleira de 44,72% e uma receita estimada no total de 1,543,430.01 dólares. A média de ocupação nos hotéis, na verdade, não representa que estes não estejam lucrando com a atividade, pois alguns estabelecimentos investem mais em divulgação que outros, ampliando seu índice de ocupação, enquanto que outros ainda não atuam tão efetivamente perante a mídia e apenas mantêm-se em funcionamento durante o verão (alta temporada).

Percebe-se também que, mesmo com “baixas” demandas turísticas, se comparados a núcleos turísticos de maior expressão, estes índices representam uma significativa ampliação do setor com relação aos anos anteriores, e que tendem a intensificar ainda mais,

em virtude do “inchaço” demográfico nas cidades vizinhas (principalmente em Florianópolis), com projetos e investimentos que pretendem divulgar e “estruturar” melhor a localidade, e até mesmo, o seu potencial turístico, capaz de atrair fluxos turísticos maiores em virtude do diferencial que a paisagem oferece, com praias que ainda preservam boas qualidades de balneabilidade.

Apesar da carência de equipamentos e infra-estrutura de apoio turístico, a área dispõe de “vários” atrativos, principalmente “naturais” e culturais, o que de certo modo contribui para os próximos anos novas oportunidades de investimentos turísticos na localidade.

Dentre os atrativos mais utilizados para fins turísticos apontados pela Prefeitura Municipal estão: a ilha de Anhatomirim, com a Fortaleza de Santa Cruz, Ilha do Arvoredo, Balneário de Palmas e Caravelas, Igreja Nossa Senhora da Piedade, Baía dos Golfinhos, praias desertas, comidas típicas, artesanato, em que são agregados os valores paisagísticos litorâneos.

Na pesquisa realizada pela SANTUR, os aspectos naturais foram indicados como o principal atrativo turístico no município por 76,90 % da demanda turística em 2002, seguida por eventos (5,30%) e pelos atrativos históricos e culturais (1,89%).¹¹ Ainda, com relação aos atrativos, 15,91% dos entrevistados alegaram estar visitando o local por motivo de amizade e parentescos. Tal fato, está associado ao crescimento das atividades imobiliárias nas praias (principalmente na praia de Palmas), onde um grande número de turistas que visitam o local, passam a adquirir um lote ou residência, trazendo parentes e amigos nas próximas temporadas. Além de servir de hospedagem para o proprietário, amigos e familiares, os imóveis adquiridos servem também de aluguel para visitantes na alta temporada, somando, somente neste estilo de hospedagem (casas ou apartamentos particulares), mais de 68% do total de meios de hospedagem utilizados em 2002 (tabela 3), enquanto que o restante corresponde aqueles equipamentos “oficiais” de turismo como pousadas, campings e outros, com destaque para os hotéis com 16% de utilização.

¹¹ SANTUR. Pesquisa mercadológica e da demanda turística do Município de Governador Celso Ramos, 2002.

TABELA 3: MEIOS DE HOSPEDAGENS UTILIZADOS EM GOVERNADOR CELSO RAMOS EM 2002.

MEIO DE HOSPEDAGEM	2002
Hotel	16,22%
Pousada	5,41%
Hospedaria, Pensão, Dormitório	0,45%
Casa Própria	14,86%
Casa de amigos ou parentes	20,27%
Casa ou Apartamentos de aluguel	33,78%
Camping	1,35%
Albergues/alojamentos	7,66%
TOTAL	100%

Fonte: SANTUR - 2002

Com relação à promoção turística do município, este sempre esteve vinculado ao município de Florianópolis (em roteiros turísticos), ofertando um turismo de “Sol e Mar”, cujo atrativo principal é a paisagem litorânea (sobretudo as praias) “complementada” pela cultura de base açoriana, aparecendo como importante ponto de apoio turísticos em roteiros como “Capital Natureza” pertencentes à região central do litoral catarinense.

Nos últimos anos, embora continue “vendendo” as belezas paisagísticas de suas praias e da cultura, algumas firmas e instituições passaram a atuar em parceria com os municípios de Tijucas, Porto Belo e Bombinhas (ao norte) no roteiro turístico “Costa Esmeralda”, assim classificada pelos órgãos turísticos devido a qualidade e coloração das águas do mar, na qual existem intenções de integrar roteiros que abranjam esses locais.

Mesmo com o “espaço ganho” pelo município de Ganchos na mídia em virtude da paisagem, principalmente em programas de televisão e reportagens em jornais, os veículos de propaganda que mais tem influenciado as viagens têm sido os Folhetos, Folders e Cartazes¹² (motivou a viagem de 14,58% de visitantes em 2002) e a propaganda “boca a boca”, em que 73,34% conheceram o local através de amigos ou parentes.

¹² SANTUR.. Opcit.

Quanto aos aspectos de infra-estrutura, a distribuição de energia elétrica é responsabilidade da CELESC chegando a 100% da população. A água encanada, distribuída pela CASAN, atende 84,28% dos domicílios¹³. O tratamento na água é do tipo desinfecção.

Apesar da TELESC ter distribuído 206 terminais telefônicos em todo município (1 telefone para cada 46 habitantes)¹⁴ percebe-se grandes dificuldades para se encontrar telefones públicos em algumas localidades, como em Armação da Piedade e Fazenda da Armação.

Dentre as providências apresentadas no Diagnóstico Municipal em 1990 (SEPLAN/SC), para ampliação das atividades do setor turístico, seriam: melhores acessos aos pontos turísticos, maior aproveitamento desse potencial, maior diversificação do comércio local, melhoria no serviço de telefonia, melhoria de energia elétrica, melhoria nos transportes coletivos, dentre outros; ou seja, melhoria de toda a infra-estrutura.

O município, ainda, não possui tratamento de esgoto, o que representa um dos principais poluidores da localidade. Consta em documento oficial que,

“A população, que tem casa perto do mar, faz ligação direta do esgoto lançando ali todos os dejetos em prejuízo das praias. O número de fossas sépticas existentes é muito pequeno.” (Diagnóstico Municipal de Governador Celso Ramos, 1990:22).

No entanto, existem praias que ainda mantêm suas águas limpas, como a Praia Grande e de Cordas, dentre outras, onde a poluição ainda não conseguiu impactar.

Enquanto que as praias de Armação da Piedade e a enseada de mesmo nome, Ganchos (Canto dos Ganchos, do Meio e de Fora) são utilizadas para passeios náuticos, para o banho, principalmente de crianças, já que as águas são mais tranquilas, e para a pesca, as praias de Cordas, Grande, Palmas, dentre outras, são utilizadas para a prática do surf e para o banho, representando maior balneabilidade para adultos. A praia do Tinguá com cerca de 100 m de largura e de extrema beleza é utilizada, quase que exclusivamente, pelos hóspedes do Residencial Praia do Tinguá, sendo considerada por muitos como uma praia “particular”. A praia da Figueira, situada entre a Ponta do Mata-Mata e a Ponta do Vigia, é destinada para a parada e visitação de algumas embarcações de turistas.

¹³ Segundo dados do SEBRAE.

¹⁴ Ibidem.

Segundo o Projeto Turis, aprovado pela Resolução CNTur 699, de 13 de março de 1975, o índice de ocupação das respectivas praias estão definidos pela categoria “B”, cuja finalidade é de manter uma superfície média de praia de 10 m² por banhistas. Porém, este índice parece não ser mais referência para os atuais projetos na localidade.

Quanto ao lazer, além das praias, existem alguns campos de “várzea” de futebol, pequenas praças, clubes, que promovem bailes à comunidade, alguns bares e restaurantes que, principalmente no verão, transformam-se em ponto de encontro de jovens, onde ocorrem shows musicais ao vivo, tudo sem grandes proporções. Todavia, talvez seja a tranqüilidade da localidade um dos seus principais atrativos.

Durante a Quaresma, quando ocorre a Farra do boi, a localidade fica repleta de visitantes, tornando o evento cultural numa opção a mais de lazer para moradores e visitantes. Embora a força policial exerça uma “pressão”, a fim de coibir esta prática, adotando pontos estratégicos para fiscalizar a entrada de animais bovinos no município, alguns dos moradores nativos conseguem “furar” a fiscalização e trazer o animal para a brincadeira, como é assim chamada por eles, atraindo para as ruas um “grande” número de pessoas. Em muitos casos, a força policial atua durante a brincadeira gerando conflitos com os moradores locais, que indignados com a força proibitiva, reivindicam sua manifestação cultural.

Conforme relatos, coletados em campo com moradores,

“A farra-do-boi é uma tradição muito importante aqui no local. É uma herança de nossos antepassados. Tem gente que diz que maltratamos o boi, .. quem maltrata o boi é esse pessoal de rodeio, CTG (Centro de Tradições Gaúchas)... A gente só quer se divertir. Quando alguém maltrata o boi, a gente não deixa. Sempre tem uns engraçadinhos que não sabem brincar, mas aqui eles não avacalham não...” (Morador nativo de Fazenda da Armação da Piedade)

“Tem gente que nem conhece a brincadeira e já critica (...), aposto que nem nunca viu de perto uma. É um dos poucos momentos que temos pra gente se divertir. (...) É uma brincadeira sadia. O problema é que as pessoas não querem o boi entrando em seu quintal, mas, então porque vieram morar pra cá (...) sabendo que era assim (...)” (Morador e pescador de Palmas)

Tal fato, constata um pouco das influências decorrentes das transformações espaciais em Ganchos, no cotidiano e na cultura dos moradores locais, frente aos novos valores trazidos pelos moradores “de fora” como são chamados pelos nativos.

No entanto, a vinda de visitantes e de “novos moradores” não representa um aspecto tão negativo para a maioria dos pescadores da localidade. Muitos, por não possuírem condições de abrirem seu próprio estabelecimento para comercializar a sua pesca, acabam negociando diretamente com os visitantes e turistas em suas próprias residências. Assim, é comum avistar placas em um grande número de casas, indicando a venda de peixes, camarão, marisco, entre outros. O fato da oferta dos pescados ser maior que a procura, principalmente porque esta ocorre principalmente no verão, faz com que os preços destes sejam bastante reduzidos em comparação aos de outras localidades, como por exemplo, do centro de Florianópolis.

Apesar da atividade pesqueira ser a mais desenvolvida na área, a economia do município como um todo, segundo o diagnóstico do SEPLAN/SC (1990), tem sua base assentada no setor terciário, que *“é responsável por grande parte da movimentação da riqueza e gerador do relacionamento entre os três setores econômicos.”* (op. cit., : 19). Conforme este documento,

“Este setor apresenta crescimento considerável na época de veraneio tendo em vista o aumento de sua população flutuante em, aproximadamente, 44%.”
(Diagnóstico Municipal de Governador Celso Ramos, 1990: 11).

Assim, a base econômica é representada, principalmente, por estabelecimentos que atendem às necessidades básicas de seus moradores e visitantes, como lanchonetes, bares, minimercados, restaurantes, entre outros. Produtos, como móveis, eletrodomésticos, utensílios e outros bens de consumo são adquiridos nas localidades próximas, como Biguaçu, Florianópolis e São José.

No setor industrial e agropecuário, a área não possui grande representatividade, ficando limitada a pequenas produções alimentícias, produtos para construção civil, e vestuário; e quanto à agricultura, há pequenos cultivos de caráter subsistencial.

Quanto à área de saúde, a localidade não possui hospitais, dispendo de 7 postos de saúde e 4 unidades de saúde familiar, em que, os problemas mais graves, fazem com que os moradores tenham que se deslocar para as localidades vizinhas para o atendimento médico, os tratamentos e exames clínicos.

O número de meios transportes coletivos também é muito reduzido (tabela 4), fazendo com que o deslocamento para outras localidades esteja limitado a poucos horários, exigindo as vezes que os moradores se submetam a caronas. Embora que, se compararmos com anos anteriores (1997), o aumento de número de viagens por dia foi bastante expressivo (60% nos dias de semana, chegando até 250% em finais de semana). Este aumento, está relacionado à dependência de Ganchos aos outros municípios, sendo que cada vez mais pessoas necessitam se deslocar para Florianópolis, São José, Biguaçu e Tijucas por motivos diversos, como emprego, saúde, compras, visitas a parentes que “mudaram-se” do local, dentre outros. Também houve um aumento destas “viagens” em finais de semana, devido a intensa procura pelas praias em Ganchos, por aqueles moradores de municípios vizinhos (principalmente São José e Biguaçu) que preferem as praias do local, às de Florianópolis, onde teriam que “pegar” dois ônibus para chegar, “correndo riscos” de serem submetidos a “congestionamentos” de veículos nas rodovias ou até mesmo, de veranistas nas praias.

TABELA 4: NÚMERO DE VIAGENS POR DIA ENTRE FLORIANÓPOLIS E GOVERNADOR CELSO RAMOS ENTRE OS ANOS DE 1997 E 2003.

Dias da semana	GOV. C. R. – FPOLIS (1997)	FPOLIS - GOV. C. R.(1997)	GOV. C. R. – FPOLIS (2003)	FPOLIS – GOV. C. R.(2003)
2ª à 6ª feira	10	10	16	16
Sábados	05	02	06	07
Domingos e Feriado	04	02	04	04

Fonte: DETER/STO – 2003.

4.2. A TENDÊNCIA TURÍSTICA EM GANCHOS – A PROMOÇÃO DA “VOCAÇÃO” TURÍSTICA E AS SUAS CONTRADIÇÕES.

Analisando, primeiramente, os aspectos sócio-econômicos da área em estudo, percebe-se que esta apresenta grande desigualdade social, formando contrastes marcantes na paisagem e no processo ocupacional da área.

Ao mesmo tempo em que são identificadas famílias em difíceis condições sociais, vivendo em modestas residências, verifica-se também “mansões” e empreendimentos com “grandes” dimensões territoriais localizadas em áreas privilegiadas. Então, de um lado observa-se uma comunidade pesqueiro-artesanal (composta pela maioria dos moradores) passando por dificuldades de ordem econômica, social e ambiental; de outro, uma classe empresarial, dispondo de concentração de rendas, monopolizando, em alguns casos, o uso do solo. Encontra-se também na localidade aquelas casas de veraneio, que geralmente são ocupadas ou alugadas nas altas temporadas e nos fins-de-semana.

Embora as atividades turísticas já tenham adquirido resultados expressivos em Ganchos, percebe-se que há poucos estudos realizados que realmente apontem o turismo como principal meio de melhorias para o município e que amenizem os impactos indesejáveis. Assim, enquanto o turismo é promovido, atrelado à valorização fundiária e imobiliária nas praias, e orientado pelas tendências globais, análises mais profundas não são executadas, ficando as fontes de pesquisas existentes restritas a alguns diagnósticos e outros materiais promocionais realizados na localidade por instituições públicas (SEPLAN-SC, SANTUR, dentre outros) e privados (empreendimentos imobiliários, SEBRAE-SC), cuja pesquisas são superficiais e limitadas a alguns inventários, dados estatísticos e especulações quanto ao desenvolvimento turístico na localidade.

Tais documentos (diagnósticos), utilizando-se de expressões “desenvolvimentistas”, evidenciam as potencialidades turísticas e estimulam a “vocalização turística” de Ganchos, influenciando no destino sócio-econômico do local. Assim relatam,

“O grande potencial do município está realmente voltado para o turismo rural, com um atrativo a mais: o mar. A presença de Sambaquis, constitui forte atrativo ao fomento ao turismo cultural, atrelado ao complexo Anhatomirim. A adequação das estruturas à execução de espaços coletivos de

eventos, constitui elemento potencial ao incremento do fluxo, nas quatro estações.

Face a proximidade geográfica da região do Arvoredo, bem como a biodiversidade existente na região, verifica-se forte potencial ao desenvolvimento do Ecoturismo Integrado, condicionado a implantação de Manejo Sustentado. A nível de produção artesanal, as tecnologias empregadas na confecção de embarcações, redes e malhas de pesca, constituem elemento diferencial e potencial à implantação de oficinas e pontos de comercialização. Com estas características marcantes, é possível atrair fluxos constantes de turistas o ano todo. É necessário, no entanto, que se incremente a infra-estrutura hoteleira, de alimentação, de lazer e de apoio, para que atrativo seja todo o município, e não somente seus hotéis de praias.”(SEBRAE-SC/FEPese/UFSC . Diagnóstico Básico – 1996: 141)[grifo nosso]

O que ocorre é que, muitas vezes, tais diagnósticos, além de se contradizerem, simplificam ou tratam superficialmente algumas questões mais complexas e de difícil intervenção, como aquelas vinculadas ao meio ambiente, à cultura e à (re)integração da comunidade nativa no processo econômico da localidade. Deste modo, utilizam expressões “tendenciosas” e “modistas” como “Ecoturismo Integrado”, “Manejo Sustentável”, sem que apresentem algum embasamento “teórico” ou “prático” a fim de realmente gerar alternativas de melhorias na vida dos moradores locais. Assim, procuram evidenciar atrativos de todas ordens (naturais, culturais, de eventos,...) sem procurar “discutir” a importância de cada um no cotidiano da comunidade. Direccionam seus interesses para todos os tipos de turismo, desde o “rural” e “ecológico”, até o de “sol e mar”, visando fluxos turísticos durante todo o ano.

Outra questão que merece a atenção das comunidades nativas é quando a promoção do rústico, artesanato, aparece como incremento à potencialidade turística. A comunidade deve ampliar essa discussão no sentido de produzir o artesanato consciente contra a lógica capitalista industrial, porque se basear somente na concorrência de mercado gerará a frustração daquelas que o produzem. O produtor pode adotar esse procedimento enquanto opção, não como melhor meio de produzir capital. Um artesão pode demorar meses para produzir um trabalho artístico e este pode não ter valor de mercado condizente com as necessidades de quem o fez, já que, como é produzido em pequenas quantidades, seu preço não pode ser comparado aos de uma indústria. Assim, a sua pouca aceitabilidade pode frustrar quem o produziu e essa frustração pode gerar, se não houver a consciência e o apoio

do Estado, a saída dos “jovens” artesãos para outras profissões, muitas vezes, de menor exigência profissional (camareiras, garçons,...).

Diagnósticos relatam, ainda, que

“Devido a sua vocação natural, o turismo, a economia do município está assentada no setor terciário que é o mais representativo em número de estabelecimentos e pessoal ocupado.”(SEPLAN/SC - Diagnóstico Municipal de Governador Celso Ramos,1990: 20)

Despertam, assim, para aquelas paisagens ainda “não transformadas” pelas atividades urbanas uma tendência ao turismo, como se “naturalmente” seu destino (ou vocação) fosse o “consumo” da paisagem. Há de se perceber que a atividade turística em quase todo litoral catarinense está fortemente atrelado às atividades imobiliárias.

No caso de Ganchos a alteração das formas espaciais que compõem a paisagem está ocorrendo em virtude das mudanças do uso de solo, onde são produzidos espaços destinados às classes de alto status. Deste processo participam o Estado, proprietários fundiários e o capital Imobiliário.

Para TRINDADE JR, por meio da segregação do espaço das classes altera-se também o padrão de consumo, em decorrência do diferencial que cada grupo social tem de pagar pelo imóvel que ocupa, *“cuja característica é definida não só pelo tipo – qualidade como pela localização”*(1996:136). Alteram-se também os conteúdos sociais, já que novos valores são atribuídos às “novas” e “velhas” formas espaciais.

Assim , conforme este autor,

“Por meio da segregação, reorganizam-se e redefinem-se os diversos subespaços da cidade, repercutindo em mudanças de formas e também de conteúdos socioespaciais. Isso significa dizer que a segregação é alterada pelas mudanças sociais, sendo uma de suas conseqüências. Em momentos históricos determinados, áreas e formas espaciais, em razão de condições de infra-estrutura, localização e qualidade do terreno, não adquirem importância tão grande a ponto de despertarem a atenção da promoção imobiliária. São áreas que se transformam em locais destinados à reprodução de classes sociais de baixo poder aquisitivo. Com o crescimento da cidade, a expansão de seus limites, bem como a realização de obras de renovação urbana ou dotação de infra-estrutura, tais áreas redefinem-se espacialmente e passam a ser valorizadas. Tornam-se, por isso, espaços seletos para moradia de camadas sociais de médio e alto status. Muda-se, assim, o caráter da segregação no espaço e a fisionomia da cidade, que passa a ter não só novas formas, como também novos conteúdos sociais.” (1996:137)

Diante de tal realidade, pode-se dizer que o processo turístico atuante na área em estudo está se estruturando nos moldes econômicos, sendo que a criação de “grandes” empreendimentos turístico nas praias, não correspondem as necessidades da comunidade local, embora que, através dos meios informacionais acabem criando opinião pública favorável, influenciando nas concepções de alguns moradores locais, que vêem nestes empreendimentos oportunidades de melhores condições de vida.

Assim, por meio de questionários e entrevistas realizados na área em estudo, foram coletados os seguintes relatos acerca do empreendimento “Palmas do Arvoredo” :

“O empreendimento é nota 10. Vai crescer muito. Tudo é muito bonito e bem feito. Se eu tivesse dinheiro até compraria um pra mim” (Morador da Praia de Palmas).

“Bom pra Marajá, quero que cresça para vir mais turistas, daí eu vendo mais. Parece ser bem planejado”. (Vendedor ambulante na Praia de Palmas)

“Bom pra quem pode comprar um lote. Tem que construir como eles querem. Pode vir a contribuir no futuro com empregos, crescimento do lugar,...”(Morador em Ganchos do Meio)

Entretanto, na opinião de outros, este empreendimento serve para elitizar o uso turístico da localidade e ampliar a renda de empresários, não propiciando benefícios consideráveis para à comunidade local, tendo em vista os prejuízos que podem ocasionar,

como a descaracterização da área litorânea e a exclusão ao uso da mesma por pescadores e moradores, já que de certa forma está estruturada para suprir os anseios dos turistas e dos “novos moradores”, intensificando os contrastes sociais já existentes na área.

Deste modo, observa-se a divergência de opiniões através dos seguintes relatos:

“Acho que é coisa pra rico. Se apoderam da praia, criam um monte de casa, depois fica igual a Camboriú. Deviam é criar áreas de lazer para nossos filhos brincar. Quero só ver como vai ficar as praias nos próximos anos (...). Já faz um tempão que dizem (referente a Prefeitura) que vai melhorar e eu não vejo nada de melhoras(...)” (Pescador artesanal de Fazenda da Armação).

“A praia é um presente da natureza. Deve ser para todos e deve ser preservada. Algumas destas empresas falam que vão melhorar o local, que não vão prejudicar a natureza ... Só que acabam trazendo mais gente para morar aqui e, aí, o lugar começa a crescer e a acabar com tudo. Acabou a tranqüilidade.” (Visitante, morador no Município de São José)

No entanto, em materiais publicitários (principalmente em jornais e revistas) as promessas de melhorias de todas as ordens são freqüentes e, diante de um discurso mercadológico e desenvolvimentista, atribuem a idéia de sucesso dos empreendimentos ao “desenvolvimento sustentável” proporcionado no lugar, como se as vendas de lotes, casas e apartamentos fossem de substancial importância para a comunidade local e a preservação do meio ambiente.

Vejam, com mais detalhes, algumas das justificativas divulgadas (em jornais e revistas) para a aceitação pública de tais empreendimentos:

*“As administrações que trabalham com meio ambiente têm problemas com os loteamentos que surgem sem infra-estrutura. Empresários conscientes da importância de se preservar a natureza, no entanto, estão conseguindo demonstrar com empreendimentos considerados de primeiro mundo **exemplos do que se denomina de desenvolvimento sustentável. O condomínio foi planejado de forma ordenada e de maneira que preserve o conforto, bem estar, segurança, tranqüilidade e muito lazer para as famílias que ali vão morar ou passar férias e que busquem qualidade de vida.**”* (Nossa Revista In: É Notícia¹⁵ – Palmas do Arvoredo) [grifo nosso]

¹⁵ Material Informativo que contém uma grande quantidade “recortes” de artigos de jornais e revistas sobre o empreendimento Palmas do Arvoredo. Anexo: Ver materiais promocionais.

“No complexo Palmas do Arvoredo, na Praia de Palmas, um condomínio de alto padrão assinado pelo arquiteto Sérgio Sclovsky (o mesmo que projetou Jurerê Internacional), vendeu a metade das unidades em apenas um mês de comercialização”. (Diário Catarinense In É Notícia – Palmas do arvoredo)

“(… está lançado mais um condomínio no megaempreendimento Palmas do Arvoredo (...)) O condomínio, batizado de Villa do Arvoredo, é horizontal, com 34 unidade distribuídas numa área de oito mil metros quadrados. São residências de alto padrão, que vão de 120 metros quadrados a 300 metros quadrados, distribuídas em torno de um mini-club, um complexo de lazer exclusivo com uma série de equipamentos a serem construídos pela Construtora Certa, a mesma empresa que lançou ano passado um edifício residencial. “(Diário Catarinense In É Notícia – Palmas do arvoredo)

Há de se ressaltar, que a exaltação e “valorização” do empreendimento “Jurerê Internacional”, localizado na Ilha de Santa Catarina, quanto referência de qualidade, não traz nenhuma garantia ou vantagem aos moradores de Palmas, já que foi alvo de uma série de críticas em sua implantação, por descaracterizar a paisagem típica de Jurerê (de comunidade pesqueiro-artesanal açoriana), onde, além de não possuir infra-estrutura adequada e ser construída em áreas ambientalmente frágeis de dunas e restingas (áreas “ilegais”), não gerou retornos financeiros à comunidade, pois a maior parte dos empregos gerados foram disponibilizados para profissionais “de fora”, principalmente do Rio Grande do Sul (FERREIRA, 1992). Embora, é claro, seja reconhecido internacionalmente como área segregada para uso “exclusivo” de uma classe de alto status.

Percebe-se então que, além das ações de políticas públicas voltadas para o incentivo ao turismo em diferentes escalas (em nível nacional, estadual e municipal, direcionados por tendências globais) percebidas no contexto histórico de Ganchos, a promoção da idéia de “vocalização turística” do lugar está atrelada aos interesses de grupos empresariais, cuja influência econômica e política na localidade, dinamiza o processo da “tendência” turística na área de estudo.

Assim, a “tendência turística” da localidade é estimulada pelos empreendimentos imobiliários, que preconizam através da transformação paisagística um “novo tempo” para a “região”, como se o “antes” fosse problema. Assim é anunciado:

“O lugar foi apresentado ao grande público através de uma iniciativa pioneira e arrojada que inaugurou um novo tempo para a Região: o Empreendimento Palmas do Arvoredo fez brotar precisamente no coração de Governador Celso Ramos, no distrito de Palmas, uma nova era que lançou

alicerces para o desenvolvimento da região. São 829 mil metros quadrados de área que dispõem de completa infra-estrutura: pavimentação de ruas, sistemas de esgoto, água, energia e lazer, o clube já está em pleno funcionamento, (...)
(O Estado In É Notícia – Palmas do Arvoredo) [grifo nosso]

Neste processo, a paisagem torna-se uns dos aspectos mais importantes no novo produto a ser comercializado. A fim de justificar a vocação e a implantação de tais empreendimentos imobiliários, utilizam-se dos atributos naturais e culturais da paisagem litorânea em Ganchos, ao mesmo tempo, que a comunidade, diante das transformações sócio-espaciais, passam a necessitar de maiores estudos, ações e intervenções, no que diz respeito ao resgate da sua cultura, melhorias nas condições de trabalho e do usufruto dos recursos naturais e a sua inserção nos processos decisórios locais.

Assim, utilizam-se do fetiche da paisagem, a fim de dinamizar suas vendas:

“Governador Celso Ramos tem jeito e paisagens típicas de uma pequena aldeia de pescadores na imensa costa brasileira, com mar calmo e areias brancas, muitas belezas naturais da Mata Atlântica por perto e uma cultura especial e genuína dos colonizadores açorianos. Escondida, recolhida e tímida, a cidade está aos poucos descobrindo que tem tudo para explorar racionalmente o turismo e, a partir daí, proporcionar nova vida aos seus moradores. Calmamente, vai chegando lá. Localizado na chamada Costa Esmeralda, no Litoral Norte de Santa Catarina, a 45 Km de Florianópolis, o próprio nome da região realça a cor espetacular do seu mar” (Correio Braziliense In É Notícia – Palmas do Arvoredo)

Produz-se um turismo de fábulas, em que, utilizando-se da paisagem típica litorânea, direcionam a tendência transformadora espacial, apontando para a “exploração racional do turismo” que proporcionará a “nova vida” aos moradores locais. A promessa do “novo” para convencer sobre o empreendimento. Discurso ilusório que, aos poucos, acaba tornando-se aparentemente sólido perante o senso comum, por ser constantemente repetido, fortalecendo o próprio sistema, estimulando a alienação coletiva e escamoteando o jogo de interesses.

Dentre os aspectos mais valorizados na paisagem, segundo os materiais jornalísticos, são aqueles “naturais” (mar, areias claras, morros, mata Atlântica, clima, ...) e os culturais, principalmente os relacionados à colonização açoriana do lugar, como a vila de pescadores (arquitetura das casas, modo artesanal da pesca, tranqüilidade,...) e as

manifestações culturais (gastronomia típica, brincadeira-do-boi, religiosidade,...). Demonstram em tais atributos paisagísticos o “valor” de cada um deles em que são agregados ao produto “praia”, cujos *slogans* são assim divulgados:

“Paz e beleza à disposição em Palmas” (material promocional)

“Local paradisíaco mistura o verde dos morros com o azul do mar e o clima de cidadezinha de interior” (Correio Brasiliense In É Notícia – Palmas do Arvoredo)

“O local é paradisíaco e mistura verde dos morros com azul do mar e o clima das pequenas comunidades de praias” (O Estado In É Notícia – Palmas do Arvoredo)

“Quando se olha de perto, dá para falar horas sobre as qualidades do Palmas do Arvoredo. Já quando se olha de longe, faltam palavras para descrever tanta beleza”(material promocional)

Nos anúncios mercadológicos, apoiam-se na “justificativa” do planejamento e da infra-estrutura para a implantação do “megaprojeto” em Palmas baseado na “garantia” que esses irão oportunizar à localidade. Deste modo, é relatado que

“A praia possui como característica, uma política de ocupação organizada em harmonia com a natureza. (...). O Plano Diretor de Palmas de Arvoredo está perfeitamente integrado ao que preconiza o Plano de Gerenciamento Costeiro formulado pelo governo do Estado. Pelo projeto, a primeira faixa após o mar não prevê edificações. (...) . O grau de planejamento de ocupação do local, aliado a todas as garantias de infra-estrutura, principalmente um sistema próprio de esgotos, semelhante ao desenvolvido em Jurerê Internacional, são os maiores triunfos do empreendimento” (O Estado In É Notícia – Palmas do Arvoredo)

Diante destas justificativas ampliam-se as alterações paisagísticas, promovendo a verticalização do balneário (embora que se chame “ordenado”) associadas à substituição de áreas de uso “público” para espaços seletos destinados para quem possa pagar pelo seu uso (Foto 06 e 07).

Foto 06

Visão Parcial do Empreendimento Palmas do Arvoredo. “Novas” formas espaciais substituem as “velhas” sob novos interesses: casas estilo açoriano substituídas por empreendimentos cuja arquitetura lembra esse estilo. (C.A.C. – 09/11/02)

Foto 07

Empreendimento localizado na Praia de Palmas com verticalização do balneário. (C.A.C. – 09/11/02)

Nota-se que a comunidade pescador-artesanal, que anteriormente perdia seu espaço no mar devido à concorrência com a pesca mercantil, agora perde seu espaço em terra, devido a privatização dos espaços públicos. É curioso também, que até mesmo o mar acaba sendo “apropriado” na área em estudo, onde em muitas praias, uma parte deste é tomado para o cultivo da maricultura, gerando em alguns casos, uma concorrência e alguns conflitos para obtenção de uma parcela daquele “espaço”.

Quanto à comunidade pescador artesanal, prejudicada na pesca e comprometida pelo seu “abandono” social, já que carece de melhores condições de vida, não lhe “será permitida” outra saída, a não ser, a de se submeter aos interesses daqueles que “manipulam” o turismo. Assim, esta se torna dependente dos fluxos de turistas para a comercialização de pescados, sendo que necessitam do equivalente em dinheiro para a compra de outros produtos, que aos poucos o mercado gera a necessidade e o hábito do consumo. E aqueles que abandonam a pesca para buscar melhores condições de emprego, ficam limitados a subempregos, quando conseguem, devido a não apresentarem “qualificação profissional”.

Essa frustração quanto ao futuro ou falta de perspectivas que, muitas vezes, “assombra” os jovens (nativos) da localidade, faz com que muitos passem a deixar as atividades pesqueiras herdadas de seus pais e tenham que procurar novas alternativas de “sobrevivência”. Assim, relatam,

“A pesca é o que realmente sei fazer. Mas, hoje em dia o estudo é tudo. Meu objetivo é acabar o estudo e tentar um trabalho melhor no Centro (Florianópolis) ou em Biguaçu (...). Nem sei no que quero trabalhar, mas tenho que estudar pra caramba e tentar uma universidade, só que tenho que fazer um cursinho (pré-vestibular) e no momento não tenho dinheiro para isso. A pesca não dá mais, tá muito difícil. (Pescador, 17 anos, morador de Fazenda da Armação).

As dificuldades apontadas pelos pescadores da localidade, não se restringem somente as dificuldades referentes a captura do pescado, que exige uma rotina exaustiva e rigorosa, pois é preciso acordar em meio à madrugada para ir ao mar e somente retornar quando capturados os peixes. Ainda mais com as contradições que as mudanças de valores no local geram, pois o jovem pescador, muitas vezes, se “espelha na vida” dos novos

moradores e visitantes, cujo estilo de vida é diferenciado, voltados para a rotina dos centros urbanos, com hábitos de consumo também diferentes.

Observa-se então, que os problemas encontrados na pesca não estão sendo solucionados como deveriam, apenas estão sendo transferidos para as atividades de turismo. Deste modo, o turismo atuando como “principal” fonte econômica monopoliza o processo produtivo da área – o “monopólio privado” apropriando os recantos à beira-mar.

Enquanto o turismo é supervalorizado e promovido como “a grande solução dos problemas locais”, outras atividades de grande importância para a coletividade são desfavorecidas.

Com as mudanças de valores e o poder político vinculado aos interesses capitalistas, a comunidade tradicional passa a ser considerada “invasora” na nova estrutura espacial criada. Isto, além de se suceder naquelas áreas de propriedades privadas, se intensifica com a criação de áreas naturais protegidas, onde a comunidade tradicional, que mantém relações históricas com o meio, é impedida e excluída de seu uso. Então, torna-se freqüente a apreensão de pescadores locais por fiscais do IBAMA, pelo uso “ilegal” dessas áreas. Não desconsiderando a importância da preservação e fiscalização nestas áreas, este processo torna-se contraditório sobre a localidade em estudo, já que, enquanto proíbe o uso de tais áreas pela comunidade tradicional, cujo modo de vida, durante anos, contribuiu para a conservação ambiental, permite a construção daqueles empreendimentos sobre áreas ambientais importantes e frágeis, além de atuar com muita timidez quanto às infrações de pesca mercantil em alto-mar.

Assim, a produção dos novos espaços (ditos como turísticos), alterando as formas espaciais e os conteúdos sociais, marcam uma série de transformações no cotidiano da comunidade gancheira.

CAPÍTULO 5

OS ATRIBUTOS DA PAISAGEM EM GANCHOS

A paisagem litorânea, como demonstrado, exerce sobre as pessoas, de modo geral, um certo “entusiasmo” já que “retrata” uma grande variedade de formas “naturais” e artificiais capazes de proporcionar sensações agradáveis (na maioria das vezes), variando de acordo com o grau de transformação espacial e da percepção de cada pessoa.

“Ela é revestida de atributos naturais altamente diferenciados, produtos do trabalho da natureza por milhares de anos e mais recentemente do homem. Na paisagem litorânea ocorre o contato terra/mar, é nesta estreita faixa que se dá a fronteira entre continentes e oceanos.” (MIDAGLIA,1999: 43)

Enquanto recurso cênico, detém atributos importantíssimos entre a serra e o mar para a satisfação contemplativa de seus usuários, destacando dentre estes, a praia que se configura como recurso para atividades de recreação, turismo e lazer, já que pode proporcionar aos turistas um “esquecimento” de suas rotinas convencionais e urbanas, oferecendo-lhes momentos de relaxamento e diversão. Assim, *“estimula os sentidos através do contato com a água, com a brisa do vento, com a areia, barulho das ondas e dos pássaros (...)”*(MIDAGLIA,1999: 44), ou seja, é capaz de estimular as modalidades sensoriais do indivíduo, além de, por si só, ser um espaço onde podem ser realizados uma grande variedade de atividades de lazer, recreativas e esportivas, ainda que não tenha nenhuma infra-estrutura, pois permite *“caminhar, ler, tomar sol, brincar na areia, jogar bola, praticar esportes náuticos, nadar, surfar, correr, fazer exercícios, enfim, há possibilidades de atividades para todas as idades”* (op.cit).

No entanto, ao mesmo tempo em que “fogem” das paisagens urbanas, muitos turistas *“são atraídos por falsos paraísos, construídos majestosamente à beira-mar”*(MIDAGLIA,1999: 43) que, muitas vezes, rompem a harmonia da paisagem litorânea e acabam por “decepcionar” os visitantes.

Diante do fetiche criado em torno da praia, alguns grupos empresariais (hotéis, agências e empresas imobiliárias) e órgãos turísticos estimulam o “consumo” da paisagem litorânea através da visão contemplativa panorâmica, que pode ocorrer por meio de roteiros ou trilhas “cênicas” (via terrestre, marítima e aérea) e, principalmente, pela aquisição (ou ocupação) de apartamentos com vistas para o mar. Assim,

“Neste processo o veranista acaba sendo ao mesmo tempo presa e predador, pois se estas construções não fossem vendidas não seriam mais construídas, porém muitos parecem não resistir a idéia de comprar sua residência de verão ainda que para isto fosse preciso destruir um pedaço da paisagem que ele pretende usufruir. Na verdade este veranista só se dá conta de tal fato quando resolverem fazer um projeto semelhante justamente na frente do seu.”(MIDAGLIA,1999: 43)

Partindo para uma abordagem mais economicista quanto ao feiticismo da mercadoria-paisagem, OURIQUES (1998) analisa algumas formas de “venda das paisagens” através de materiais promocionais, em que o marketing turístico, público e privado, atribui às belezas naturais paisagísticas (no caso, na Ilha de Santa Catarina) como a principal responsável pela sua “vocação natural” às atividades de turismo.

Segundo este autor, em áreas balneáveis, dois apartamentos à venda, localizados num mesmo imóvel e com as mesmas características físicas, podem apresentar diferenças de preços devido às características subjetivas (como o privilégio visual “de frente para o mar”), *“muito bem exploradas pelo marketing”* (1998:74), embora que o valor, que advém do trabalho, seja o mesmo em ambos. No entanto, para empreendedores do ramo imobiliário, corretores, promotores turísticos, enfim, para o público em geral, a diferenciação de preço se dá pelo valor¹⁶ que a paisagem contemplativa pode oferecer ao imóvel, o que se trata de um equívoco.

O que ocorre é uma “confusão”, que não é percebida pelo senso comum, em dissociar preço e valor, e sendo assim, *“o que parece é que os atributos paisagísticos são capazes de produzir valor, o que não passa de uma ilusão porque, (...) o valor só advém do trabalho”* (OURIQUES, 1998:74)

¹⁶ Valor econômico.

Embora, tais empreendimentos utilizem as melhores áreas litorâneas (entre as “melhores paisagens”) para a apropriação privada, não são os fatos de apresentarem sol, mar ou praia que possuem valor, mas sim por possuírem “a substância criadora do valor” – o trabalho. Portanto, segundo o autor, o valor de um imóvel à beira-mar (área privilegiada) pode ser maior devido ao desembolso de uma equivalência maior para ser utilizada neste espaço, sendo que, referente ao valor, *“pode ter se (e somente se) o trabalho gasto (ou socialmente necessário) para edificá-lo for maior”* (OURIQUES, 1998:76).

Vejamos, como esse aspecto ilusório também é encontrado nos materiais promocionais em Ganchos:

“Quem está a procura de águas limpas, areias branquíssimas e acima de tudo muita tranqüilidade, encontra em Governador Celso Ramos o cenário perfeito. Suas praias atraem muitos visitantes da região da Grande Florianópolis e do Sul do Brasil, bem como turistas estrangeiros à procura de descanso e contato com a natureza. (...) É em meio a tudo isso que está situada a Pousada Recanto do Sol, um lugar onde o conforto e a tranqüilidade estão em perfeita harmonia com a natureza”

*Palmas do Arvoredo - “(...) a Praia de Palmas proporciona grandes prazeres pela beleza – são 2,5 quilômetros de areia fina e água límpida, tem parte ideal para curtir um banho de mar e também parte onde quem toma conta são os surfistas, as boas ondas **fizeram-nos adotar o lugar.**(Nossa Revista) [grifo nosso]*

“só o sistema próprio de esgoto exigiu investimentos de R\$ 2 milhões até o atual estágio à medida em que novas edificações são construídas” (Diário Catarinense)

O preço representado pelos atributos paisagísticos (água limpa, areias branquíssimas, mar, sol), ou seja, as “mercadorias do turismo” não possuem relação alguma com a produção de valor. Isto é, o consumo da paisagem é um falso consumo, pois apesar de ser contemplada visualmente pelos seus “consumidores”, trata-se de uma contemplação sem gasto ao atributo, intangível, diferente de quando um turista compra determinado produto (como um *souvenir*, por exemplo) , mas que

“tornam-se objetos de apropriação, uma apropriação sem propriedade, uma apropriação fantasiosa que, no entanto, é aceita socialmente. Daí os elementos paisagísticos, no inconsciente coletivo, terem a miraculosa característica de criarem valor” (OURIQUES, 1998:78)

No entanto, o investimento em sistema de esgoto, citado na venda do empreendimento Palmas do Arvoredo, neste caso, detêm valor, assim como toda infraestrutura e equipamentos de lazer, pois são resultantes do trabalho, “disponíveis” para a venda somente àqueles que tem a “*equivalência necessária para o seu usufruto, na forma dinheiro*”(1996:78). Sob este enfoque,

“Não podemos esquecer que está implícita aqui a forma transmutada e perversa do trabalho, o capital. Esse se utiliza das mercadorias, reais e imaginárias, para seu impulso valorativo. Entretanto, sua essência é o trabalho alienado, apropriado pelos empresários do setor.” (OURIQUES,1998:78)

Assim, segundo este autor, a paisagem torna-se um meio na qual “escondem” as relações específicas no turismo, entre o trabalho e a sua forma pervertida, o capital.

À medida que novas formas espaciais são criadas, maior é a preocupação dos materiais promocionais em evidenciar as formas ou componentes “naturais”, a fim de “continuar” a despertar a imaginação e as fantasias nos “futuros” visitantes do lugar e a justificar o caráter de preservação ambiental local . Deste modo, é curioso como também se utilizam de imagens para atribuir valor (embora vimos que não se trata do valor econômico) aos componentes ambientais “naturais” e culturais, e assim, “camuflar” as contradições sociais existentes no local, como o próprio trabalho alienado.

Através da análise em materiais promocionais (em seis folhetos – anexo 3) da área de estudo¹⁷, foram identificadas e observadas 45 paisagens (imagens fotográficas), sendo que, segundo suas características foram agrupadas em nove tipologias de paisagem, conforme esquema a seguir: (**TP**: “Tipo de paisagem”; **QV**: Quantidade de vezes em que a paisagem apareceu nos folhetos; e **AP**: Atributos paisagísticos mais evidenciados).

- 1 TP :Paisagem com visual panorâmico evidenciando a beleza natural litorânea
QV: 9 (nove)
AP: Praia, ilhas (ao fundo), mar azulado, areias brancas, vegetação de restinga e Mata Atlântica, promontórios, costões, céu azulado.
- 2 TP: Empreendimento (e/ou infra-estrutura) em visão parcial e aproximada.
QV: 8 (oito)

¹⁷ Um folheto é referente a Pousada Recanto do Sol, dois do empreendimento Palmas do Arvoredo e o restante (três) referentes a promoção turística do município de Governados Celso Ramos como um todo.

- AP: Partes do empreendimento em áreas arborizadas, apartamento com arquitetura em “pseudo estilo açoriano”, pessoas desfrutando da infraestrutura, visão interna e externa de imóveis.
- 3 TP: Paisagem que integra a praia à idéia de comunidade pesqueira-artesanal (associa a paisagem natural à cultura, numa paisagem que passa a idéia de vila de pescadores, tranqüila e tradicional)
 QV: 7 (sete)
 AP: Praia, promontórios cobertos por Mata Atlântica, vila de pescadores, pescadores arremessando a tarrafa (rede de pesca), pequenas embarcações de pesca, ruínas da antiga armação baleeira, Igreja de Nossa Senhora da Piedade, cultivo da maricultura no mar.
- 4 TP: Balneabilidade e lazer na praia.
 QV: 7 (sete)
 AP: Crianças brincando na areia, família “feliz” reunida, mulheres de biquíni, movimento de pessoas na praia.
- 5 TP: Arquitetura herdada dos açorianos.
 QV: 5 (cinco)
 AP: Casa que mantém o estilo açoriano e a Igreja Nossa Senhora da Piedade (aparece 4 vezes).
- 6 TP: Paisagem natural panorâmica associada a presença de edificações imobiliárias e turísticas (visão ampla e distanciada).
 QV: 3 (três)
 AP: Praia, mar azulado, serra coberta de Mata atlântica, Equipamentos turísticos, loteamentos, casas e apartamentos à venda.
- 7 TP: Gastronomia (visão aproximada de pratos típicos locais).
 QV: 3 (três)
 AP: Comida típica: risoto de marisco, marisco na casca e camarão.
- 8 TP: Artesanato.
 QV: 2 (dois)
 AP: Renda de crivo.
- 9 TP: golfinho ao mar.
 QV: 1 (uma).
 AP: Dois golfinhos mergulhando.

Dentre as imagens analisadas, percebe-se que as formas “naturais”, somadas aos aspectos culturais açorianos possuem maior destaque que as construídas em períodos recentes, sendo que, mesmo em materiais promocionais como o de Palmas do Arvoredo

(dois folhetos analisados) a infra-estrutura criada aparece em segundo plano, muitas vezes, “misturada” à paisagem litorânea da praia de Palmas, em visão ampla e distanciada, sugerindo a “harmonia” com o meio proporcionada pelo empreendimento na paisagem, camuflando, é claro, as contradições intrínsecas nesta.

Conforme PIRES (1999), sobressai-se aquelas imagens, cuja qualidade visual da paisagem, se dá, através da *diversidade*, por possuir partes diferenciadas, com componentes paisagísticos diversificados e ausência de monotonia; *naturalidade*, pelas condições naturais das formas “isentas” da atuação humana; *singularidade*, pelo(s) componente (s) diferencial(is) apresentado(s) na paisagem em que tornam-se atração visual devido a sua escassez ou valor tradicional e histórico. Dentre estes, outros fatores, como a complexidade topográfica, atuações humanas, superfície e borda d’água também irão influenciar na qualidade visual.

Deste modo, dentre as paisagens que mais apareceram nos folhetos foram aquelas cuja dominância é compartilhada entre os componentes naturais (água, relevo, vegetação e céu), cujas propriedades visuais evidenciam-se pela coloração (águas, vegetação e céu) e pela forma e linhas - relevo (Tipos 1, 3 e 6 de paisagens analisadas).

Assim, a qualidade visual dessas paisagens está atrelada às características decorrentes da variedade de componentes (diversidade), formas “naturais” com pouca atuação humana (naturalidade) e pelas formas e volumes inusitados do relevo, da praia e do mar.

Naquelas em que aparecem a praia integrada a componentes culturais (tipo de paisagem 3) e associadas à presença de empreendimentos imobiliários e turísticos (6), além de conter as qualidades visuais acima mencionadas, apresentam atuações humanas ocupando áreas espacialmente limitadas e em escala reduzida, com pouca expressividade visual na paisagem, o que contribui para o fator naturalidade. Quanto aos aspectos culturais da paisagem (3) estes apresentam harmonia com os outros componentes, constituindo-se numa singularidade paisagística.

Já nas paisagens restantes, em campo visual mais restrito e em escala ampliada, a qualidade visual pode ser considerada baixa devido a escassez de características estéticas como a naturalidade e a diversidade, embora possa apresentar certa singularidade paisagística, pois evidenciam pontos de atração visual pelo seu caráter de valor tradicional e histórico

como no caso da arquitetura (5 - Igreja Nossa Senhora da Piedade), da gastronomia (7 – pratos típicos) e do artesanato (8 – renda de crivo); e/ou pelo unicidade com o perfil geometrizado das edificações (2 – arquitetura e infra-estrutura dos imóveis), e o inusitado dos golfinhos em posição de mergulho no mar (9).

Nota-se também, que vários detalhes da cultura açoriana em Ganchos (gastronomia, renda de crivo, pesca, etc...), é evidenciada através dos materiais promocionais num sentido de proporcionar extravagancia à paisagem local, a fim de qualificar a singularidade do lugar, aparecendo ao público, como “vitrine” dos atrativos a serem consumidos. Isso também ocorre com os componentes naturais, sendo que, muitas vezes, não representam os mesmos valores e significados para os moradores da localidade, que vêem na paisagem local outros atributos além destes divulgados.

5.1. A PERCEPÇÃO DOS MORADORES E VISITANTES ACERCA DA PAISAGEM LOCAL

Se é na praia que as pessoas passam horas de lazer, seja apreciando a paisagem, ou divertindo-se na areia ou no mar, é nela também que os pescadores e moradores locais “produzem” o seu modo de vida, mantendo constantes relações com este ambiente. No caso dos visitantes, enquanto a praia é sinônimo de lazer, descanso e diversão para os moradores e pescadores, também é local de trabalho, de garantir a sua existência. E isso ocorre desde a época dos primeiros colonizadores que tiveram que adaptar-se às condições “impostas por este ambiente”.

Também não é somente local de trabalho, pois é neste lugar (ou próximo a ele) que nasceram, cresceram e vivenciaram os “bons” e “maus” momentos de sua existência, na qual está atrelada uma rede de significações em cada forma espacial, herdadas de seus antepassados e vivenciadas por eles próprios, participando, assim, da história pessoal de cada morador e coletiva daquela comunidade.

Deste modo, a percepção dos moradores acerca da paisagem local não será a mesma daqueles que a vêem apenas enquanto cenário de descanso ou “mercadoria” para fins empreendedorísticos. No entanto, é claro, que tais percepções e concepções sobre as formas espaciais, são influenciadas, a todo momento, por novas visões e perspectivas, à medida que novas estruturas, com novas funções espaciais, reutilizam as “velhas” formas e introduzem “novas”, alterando substancialmente o “mundo” que os rodeia. Acontece que os significados originais das formas estão constantemente sendo obscurecidos por conceitos científicos e pela adoção de convenções sociais (RELPH,1979).

Ainda com relação à praia, através de questionários aplicados no local, perguntou-se a oito visitantes, onze residentes no município, e dois vendedores ambulantes, a seguinte questão: “A praia para você é local de ...”; sendo que deveriam completar a “idéia” com poucas palavras, o que fez com que em algumas respostas aparecessem mais de uma qualificação.

Dentre as respostas obtidas entre os visitantes, as palavras que mais se repetiram foram:

- Local de lazer (cinco vezes);
- Local de descanso (quatro vezes);
- Local de diversão (quatro vezes);
- Local de namorar (duas vezes);
- Local de praticar esportes (uma vez);
- Local de aproveitar o mar e a beleza natural (uma vez);
- Local de acabar com o estresse (uma vez)
- Local de relaxamento (uma vez)
- Local de beber (bebida alcoólica) (uma vez).
- Local de ficar em paz com a natureza (uma vez).

Já, segundo as respostas dos moradores locais, a praia é:

- Local de pesca (cinco vezes);
- Local de lazer (cinco vezes);
- Local de diversão (três vezes);
- Local de trabalho (três vezes);
- Local para maricultura (duas vezes);
- Local de curtir o mar (uma vez);
- Local de descansar (uma vez);
- Local de banho (uma vez);
- Local de se divertir com a família (uma vez).

Observa-se, assim, que os atributos paisagísticos da praia, para os visitantes, estão mais voltados para o lazer e a diversão ligados a atividades prazerosas que distraiam, relaxem e renove-os para o retorno de suas rotinas convencionais, em geral, urbanas, seja nos dias de semana ou depois das férias. Já no entender dos moradores locais, em que muitos “vivem” dos recursos oferecidos pela pesca ou maricultura, a dimensão da paisagem praiana ultrapassa as atividades de lazer e diversão, pois a referem também como local de trabalho, pesca, maricultura, enfim, como meio de produzir a sua existência, de seus familiares, e talvez, da comunidade como um todo.

Nota-se que o “valor” atribuído à praia pelos moradores locais (incluindo os pescadores artesanais) é parcialmente diferente daqueles apresentados pelos proprietários dos empreendimentos turísticos e imobiliários, pois enquanto verificam a condição de sua sobrevivência nos recursos praianos, estes outros, a utilizam como meio de concentração de capital, apropriada e valorizada pelo trabalho.

Deste modo, obteve-se a seguinte declaração

*“Sempre morei aqui... E se eu sair daqui não sei o que vai ser de mim, pois desde os meus avós, meus pais e também eu, vivemos da pesca e é quando estamos no meio do mar que mais aprendemos sobre a vida, a beleza do mar (...). Tenho saudade de quando eu era moço e ia pescar.(...) **Esse local me traz muitas boas lembranças (...).**”* (pescador residente na Fazenda da Armação)

Não é incomum tal relato, em que pessoas que viveram muito tempo em determinado local, tenham sensações saudosistas quanto a períodos de sua infância ou mesmo simples momentos do passado. “Captam” das formas espaciais, lembranças de momentos agradáveis (e/ou desagradáveis) em que viveram, o que torna os espaços familiares, diferenciados daqueles com os quais temos uma familiaridade passageira (RELPH,1979). A paisagem, assim, também apresenta um sentido de “habitat”, em que, conforme BUTTIMER (apud CABRAL,1999),

“habitar implica mais do que morar, cultivar ou organizar o espaço, significa viver de um modo pelo qual se está adaptado aos ritmos do ambiente, significa construir um lar que é símbolo de um diálogo do indivíduo com as esferas sócio-ecológicas.” (1999:141)

Quanto às respostas dos vendedores ambulantes, na posição de trabalhadores de praia, associaram-na mais ao lazer do que ao trabalho, talvez, por basearem-se na maioria do público, que utiliza a praia para diversão, e não em si próprios. Nestes, também ficou evidenciado através de seus comentários, as dificuldades de se trabalhar na praia, pois enquanto o ambiente é prazeroso e propício para o lazer de alguns, para estes o forte calor associado à “preocupação e ansiedade” com relação as vendas e à necessidade de caminhar na praia (para alguns) é um “sacrifício”, embora encarem a paisagem oferecida neste ambiente agradável:

“trabalhar na praia não é fácil, o calor é insuportável e a gente não pode desfrutar da praia como o pessoal aí (...) Mas é legal também, pois tem uma mulherada, e a paisagem é bonita, ... ver o mar, o pessoal se divertindo... é bom.” (vendedor ambulante na Praia de Palmas)

Deste modo, não somente a concepção do “espaço praia”, mas a de outros assuntos pertinentes à localidade estudada, foram também abordados através de questionários específicos e entrevistas “programadas” (e eventuais), a fim de colher “indícios” da percepção e da geograficidade¹⁸ encontrada entre os moradores locais e visitantes.

Outra questão abordada com os moradores locais referente as praias, e não somente a elas, que contradiz o atual processo de expansão turístico e imobiliário em Ganchos, foi quanto à concepção de propriedade privada. Ou seja, é característica de comunidades de origem açorianas no litoral catarinense de utilizar os “espaços” litorâneos como áreas para uso comunitário, sem restringir o acesso a elas, nem “preocupar-se” em delimitá-la com cercas para uso restrito. Assim, as chamadas “terras comunais”, como o próprio nome indica, eram para o uso coletivo dessas comunidades, cuja maneira de “encarar” o uso da terra era bem diferente das atuais.

Tal fato, é de extrema importância para a análise sobre alguns conflitos existentes na localidade, como o problema das praias privadas e da proibição da “brincadeira” do boi, pois locais, antes ocupados com fins coletivos, agora são transformados em propriedades privadas e atendem à interesses individualistas e lucrativos.

Assim, conforme comentário de morador nativo, atribui-se à vinda de “novos moradores” e ao processo de “apropriação de terras”, como um dos empecilhos para a brincadeira do boi:

“Antigamente, se brincava com o boi e ninguém dizia nada. Não tinha tantas casas por aqui. Depois começou vir gente de fora, cercaram os terrenos e começou esse negócio de dizer que se maltrata o boi e que se invade as propriedades ... Mudam a nossa terra e ainda querem mandar na nossa cultura!” (Morador nativo de Palmas)

¹⁸ A geograficidade “é a relação que necessariamente temos com o mundo através dos espaços, paisagens e lugares que encontramos nas nossas vidas diárias. (...) compreende nossas atitudes ambientais e respostas imediatas ao ambiente.” (RELPH, 1979:22)

Também, juntamente com o depoimento de outros moradores e visitantes, constatou-se que a percepção sobre o trato com o acesso para as praias em algumas residências também se modificou, pois era comum atravessar quintais de determinadas residências para chegar às praias, sendo que agora este acesso é dificultado pelas cercas ou pelos cães de guarda dos proprietários. Isso, segundo os argumentos de alguns moradores, ocorre pela falta de segurança (principalmente roubos) que tem crescido em virtude do aumento do fluxo de “novas” pessoas no local. Em entrevista,

“Era comum atravessar o quintal, pedir um copo d água, cumprimentar as pessoas, agora é mais difícil.” (visitante da Fazenda da Armação)

Percebe-se também que, muitas dessas propriedades foram adquiridas como “terras de posse” em que alguns “oportunistas” cientes da “ingênua” característica cultural dos gancheiros em não se preocupar em delimitar propriedades (até por serem de uso público), cercaram e apropriaram-se dessas áreas, e com o tempo passaram a “legalizá-las” e, em alguns casos, investir no setor imobiliário.

Aplicando questionário com alguns moradores (quatro) e visitantes (três) no “morro” que dá acesso à Praia de Palmas, cuja localização permite uma visão panorâmica do lugar (Foto 05), procurou-se analisar suas percepções acerca daquela paisagem. Dentre os aspectos (gerais) discorridos por eles destacaram-se:

- **Bom planejamento** com **boa infra-estrutura** do empreendimento Palmas do Arvoredo;
- **Progresso, crescimento** do local em virtude de tais empreendimentos;
- **Beleza** das praias e dos morros em sua volta
- **Contrastes** na paisagem, a presença de **locais feios** (áreas mais “pobres”).
- **Desmatamento**, pois o local foi “muito” desmatado para fins imobiliários.
- **Natureza**, devido a variedade de componentes naturais.

Observa-se então que, embora a paisagem seja considerada pela grande maioria dos moradores e visitantes como “bonita”, principalmente pela diversidade de componentes naturais, a presença do Empreendimento Palmas do Arvoredo destaca-se entre as formas

espaciais, devido a sua “grande” proporção na paisagem. É associado, desta maneira, a idéias de *progresso, crescimento do lugar, bom planejamento*, como é divulgado em seus materiais promocionais. No entanto, nestas mesmas concepções encontramos contradições nos relatos obtidos, pois ao mesmo tempo em que “impressionam-se” com as formas arquitetônicas do empreendimento, sob a perspectiva de crescimento urbano, atribuem enquanto fator negativo a condição desfavorável de não poder adquirir um imóvel naquele espaço, além do intenso processo de desmatamento ocasionado no local para a sua implantação.

Para alguns moradores (principalmente entre aqueles que estão morando a menos tempo nas proximidades do local), o “valor” atribuído ao empreendimento baseia-se na idéia de que este também proporcionará o aumento de “valor” aos imóveis próximos a ele, ou até, a todo local. Também, consideram como fator positivo a organização, limpeza, enfim, a sua “boa” projeção espacial, que de certa forma, “não altera” a “agradável” estética visual da paisagem. Enquanto, aqueles mais “tradicionalistas” (moradores nativos), apresentam valores e percepções mais complexas, enfatizando a paisagem como o seu lugar de convívio, “preocupando-se” mais com as possíveis alterações da qualidade de sua vida desfrutada, como a *tranqüilidade do lugar, violência, necessidade de áreas mais “verdes”, harmonia com a natureza, dificuldades de subsistência*, etc...

Quando solicitados a discorrem sobre a paisagem ou lugar, em áreas mais próximas à vila dos pescadores como em Armação da Piedade, Fazenda da Armação e Ganchos do Meio, os residentes expressam mais os aspectos pertinentes a *natureza, a cultura, a subsistência, as amizades* e problemas corriqueiros que afligem alguns deles, sem valorizar muito sobre a “beleza” paisagística, mas sim aos aspectos de seu convívio. Assim,

“Nada melhor do que viver aqui, o pessoal é gente fina, e a paisagem é maravilhosa... Tem tudo o que a gente precisa. O que precisa é as pessoas tomar consciência de preservar e as autoridades tomar conta do local (...) a gente sempre acha um meio de se divertir: dominó, conversar, pescar, etc..”
(Morador de Ganchos do Meio)

Discorrendo sobre a concepção de o que é paisagem, a grande maioria dos entrevistados a associa a “*natureza*”, “*uma visão bonita*”, “*um lugar agradável, adequado ao lazer*”, “*a floresta*”, “*o ar puro*”, ..., desconsiderando, na maioria das vezes, em sua

definição, os aspectos negativos, sendo que, em seguida, em outras questões, acabem pontuando problemas e contradições existentes no local, ou seja, aspectos “feios” e “desagradáveis” da paisagem. Para a solução desses problemas sugerem o cuidado por parte de “todos”, porém, consideram que a participação do *Estado* (principalmente no papel da Prefeitura) seja de maior relevância, já que foi citada mais vezes, e também foram responsabilizados os proprietários dos empreendimentos nas praias.

Quanto às atividades turísticas no local, percebe-se que muitos residentes, ainda as vêem como um possível meio de melhorias para o futuro. Apesar de que, na atualidade, apenas alguns moradores nativos adquiram “vantagens” sobre esta atividade através das vendas dos pescados, pois a grande maioria não participa diretamente desta prática. Percebe-se que o conhecimento acerca do turismo restringe-se ao do senso comum, e àqueles comentários fornecidos pela mídia e “materiais promocionais”, em que o turismo aparece como fonte geradora de empregos, de rendas para o município, de valorização da cultura e atividades artesanais, dentre outros. Ao mesmo tempo, também se observa em seus comentários, as “desconfianças” e “críticas” referentes às influências das transformações espaciais na localidade. Não as atribuem diretamente ao turismo, mas a especulação imobiliária, apropriação de espaços públicos, descaracterização da paisagem e ao desmatamento, fatos que estão direta ou indiretamente ligados com o turismo, embora não seja percebido.

Contradizem-se em muitos momentos, como se não compreendessem o que está acontecendo na localidade, pois ao mesmo tempo em que o turismo é “idolatrado” pela mídia, não proporciona benefícios palpáveis à comunidade. Sentem-se confusos na hora de tecer comentários sobre tais atividades, pois seus comentários oscilam entre a necessidade de trabalho (neste modo o turismo é benéfico, pois “promete” proporcionar melhores condições) e à qualidade no modo de vida (neste, o turismo é “duvidoso” e, para alguns, prejudicial, pois altera os comportamentos, as paisagens, a tranquilidade,...).

Conforme relatos obtidos sobre o turismo na localidade,

“Por um lado sim (tem importância), dá emprego, a cidade cresce. Do outro, polui mais, acaba-se com as praias,...”(Morador de Gancho de Fora)

“Para algumas pessoas é importante. Vende mais, o hotel ganha mais. Mas para mim e para os moradores não ganhamos muito não! Vem gente arruaceira, deixa o som alto”. (Morador de Armação da Piedade)

“Depois da pesca é a maior fonte de renda. Além de divulgar o município em nível nacional e internacional. Beneficia em rendas para o município. Também prejudica, por ter mais poluição e mais preocupação. (Morador e comerciante em Ganchos do Meio)

Durante a aplicação das entrevistas e questionários, apresentou-se 20 imagens fotográficas referentes as várias paisagens da localidade. Destas, solicitou-se que escolhessem as três imagens mais “bonitas” (no sentido estético da qualidade visual da paisagem e sobre as sensações agradáveis despertadas por elas) e as três mais “feias”; também teriam que justificar suas escolhas, e com isso, fornecer subsídios sobre as suas percepções sobre cada uma delas.

Dentre as imagens fotográficas, apontadas como as mais bonitas foram:

A **Foto 08** foi apontada como a mais bonita pela maioria, e corresponde à localidade de Ganhos (Canto de Gancho e do Meio ao fundo, e Gancho de Fora na parte central) em visão panorâmica; os atributos destacados foram a diversidade das formas espaciais, sobretudo as naturais (relevo e das águas, com presença de vegetais) associada à singularidade da vila de pescadores. Trata-se de uma área “misturada” entre formas “naturais” e artificiais, mas com relativo nível de harmonia entre as formas.

A sua escolha, também esteve atrelada ao relacionamento emotivo que os moradores demonstraram ter pela localidade, onde a paisagem desperta boas lembranças, pois lembra o modo de vida dos moradores nativos (pescadores), principalmente pela presença dos barcos de pesca.

“Esta paisagem é linda, lembra da cultura de nossos antepassados. Gosto dos barcos e de toda paisagem. Tem bastante verde e bastante mar. Só poderia ter menos casas, ser mais preservada.”

“Gostei pela variedade de coisas que aparecem, bastante mato, mar, e pela visão bonita do alto. Um verdadeiro cartão Postal. Também por que moro aqui e gosto muito de morar aqui”

A **Foto 09** foi a segunda mais cotada, e retrata a Enseada da Fazenda da Armação, com extrema beleza e águas tranqüilas, de onde partem embarcações para pesca e para visita a Ilha de Anhatomirim. Ao fundo, a Serra da Armação coberta pela Mata Atlântica. Os aspectos naturais também foram os mais indicados pelos moradores e visitantes o que proporciona à imagem uma “boa” qualidade visual, já que também detém boa diversidade (forma da Serra da Armação sombreada pelo pôr do Sol , areia de praia, mar tranqüilo), naturalidade (atuação humana pouco visível) e a singularidade, pela a sensação de “paz” e “tranqüilidade” que a paisagem proporciona.

Também as **Fotos 10 e 11**, foram selecionadas como imagens “bonitas”. A Foto 10, da Praia de Armação da Piedade, pelo inusitado cenário de vila de pescador (barcos com redes à beira-mar), complementado pelas formas naturais (blocos de rochas, mar e Serra da Armação revestida pela Mata Atlântica) e a Foto 11 pelo deslumbrante domínio do Morro e pela presença de vegetação (Mata atlântica) que na sua parte central “esconde” o empreendimento turístico “Palmas Parque Hotel”.

As demais 16 imagens foram indicadas em menor quantidade. Destas, de modo geral, as imagens mais naturais e distanciadas (escala reduzida) foram as mais indicadas, por oferecer maior diversidade nas formas, dando uma visão de conjunto. Os aspectos culturais locais também foram bastante valorizados na escolha, porém desde que mantivessem a harmonia e a sensação de sossego (tranqüilidade) da paisagem, talvez, um dos itens mais apontados.

Quanto aos aspectos culturais, evidenciou-se através dos comentários feitos pelos moradores locais, que são mais valorizadas as formas espaciais mais “simples”, como um barco, uma espécie de gaivota, um morro, uma rede de pesca, que representam, muitas vezes, maior significação cultural e oportunizam sensações topofílicas, que aquelas “exóticas” e fictícias, molduras de materiais promocionais turísticos.

Dentre as fotografias mais “feias” ou que não apresentassem sensações agradáveis, foram indicadas às correspondentes as **Foto 12 e Foto 13**, em que estão contidos, não somente os efeitos destruidores da atuação humana, como também a poluição visual proporcionada pelo excesso e mal uso de placas publicitárias. É comum, avistar entre os meios de acesso que “ligam” as praias de Ganchos, uma série de inconvenientes, desde a própria rodovia sem pavimentação, até freqüentes “barrancos” sobre as encostas, na qual

foi retirado material rochoso. Também outras fotografias, foram indicadas, como aquelas que predominam as forma espaciais costruídas e desarmônicas com meio ambiente.

PAISAGENS ‘MAIS BONITAS’

Foto 08

Paisagem mais bonita: a localidade de Ganhos (Canto de Gancho e do Meio ao fundo, e Gancho de Fora na parte central) em visão panorâmica. (C.A.C. – 09/11/02)

Foto 09

Enseada da Fazenda da Armação, com extrema beleza e águas tranqüilas, de onde partem embarcações para pesca e para visita à Ilha de Anhatomirim. Ao fundo, a Serra da Armação coberta pela Mata Atlântica. (C.A.C. – 27/12/96)

Foto 10

Praia de Armação da Piedade. Tranqüilidade em meio à natureza. (C.A.C. – 09/11/02)

Foto 11

Empreendimento turístico “escondido” em meio à vegetação. (C.A.C. – 09/11/02)

PAISAGENS CONSIDERADAS ‘MAIS FEIAS’

Foto 12

Atuação humana e a degradação das formas “naturais”. (C.A.C. – 09/11/02)

Foto 13

Poluição Visual (excesso de placas e “barrancos”) prejudicam a qualidade visual da paisagem. (C.A.C. – 09/11/02)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo procuramos mostrar algumas das contradições que envolvem a inserção de novas atividades econômicas em Ganchos e o seu envolvimento nas transformações paisagísticas e perceptivas dos moradores locais e da população flutuante.

O turismo, atividade de maior “expressão” no momento, percebe-se que está atrelado aos interesses imobiliários e que, embora consiga manter relativa “harmonia” cênica em Ganchos, “escamoteia” jogos de interesses e contradições, imperceptíveis para uma grande parcela do público, que “espera” no crescimento do lugar e no desenvolvimento turístico melhores condições de trabalho e lazer, embora “desconheçam”, os aspectos pervertidos e excludentes, implícitos nas relações de trabalho e nas implicações sócio-espaciais proporcionadas por tais atividades.

Porém, percebe-se que as “fabulações criadas” acerca do turismo não vislumbram a todos, pois considerável parcela da comunidade, posiciona suas indignações e preocupações referentes aos inconvenientes gerados naquele lugar. E mesmo aqueles que defendem a expansão de tal atividade, não se furtam de indicar problemas quando solicitados a tecer comentário sobre o assunto.

Ao mesmo tempo em que o turismo se torna importante para a comunidade pesqueira, pela comercialização de pescados (principalmente no verão), pode-se dizer que este também é “cúmplice” de sua situação atual, na medida em que reserva espaços para o turista e não possibilita (ou dificulta) ao pescador o usufruto do lazer e do trabalho em algumas áreas, gerando frustrações, conflitos e novas necessidades, sobretudo de consumo.

Tal dinâmica conduz a redistribuição das áreas já ocupadas (através da substituição de moradores locais pelos “de fora”) e a incorporação de novas, gerando novas formas de valorização espacial. A diferenciação do uso de solo, revelada na paisagem geográfica, mostra a disparidade econômica presente nas construções, na qualidade de infra-estrutura, no meios de condução, enfim no modo de diferentes grupos sociais produzir a sua existência.

Como as necessidades e interesses dos indivíduos sobre o lugar e a paisagem são contraditórios, a ocupação e uso destes, por sua vez, não será isenta de conflitos. Deste modo, quando os “interesses comuns”, principalmente aqueles vinculados à sobrevivência (sobretudo a pesca) e à algumas manifestações culturais (como a “brincadeira do boi”) da comunidade, estão explicitamente “ameaçados” por influências exógenas percebe-se que há considerável indignação e reivindicação por parte dos moradores¹⁹. No entanto, parece não haver a mesma “disposição” em “enfrentar” situações que comprometam ainda mais seu modo de viver, como aqueles advindos das atividades turísticas-imobiliárias, haja vista que as “ameaças” proporcionadas por estas, são escamoteadas e “aparecem” na sua promoção como mantenedoras das tradições culturais de base açoriana e do bem estar coletivo, como mostrado neste estudo.

Assim, diante destes fatos, permanecem dúvidas em saber até que ponto as respostas da comunidade correspondem verdadeiramente ao seu modo de pensar, ou até quanto os estereótipos criados acerca do desenvolvimento turismo influenciam tais respostas e na maneira de perceber o espaço.

No entanto, ainda que não se tenha resultados científicos conclusivos (nos moldes cartesiano), os “espaços” destinados neste estudo para rescrever alguns comentários de moradores locais e visitantes acerca de suas percepções sobre a paisagem e a realidade vivida em Ganchos, parece ser de grande importância, considerando que um dos problemas enfrentados por esta comunidade é a frustração quanto ao descaso com seu modo de pensar, e o desrespeito pelo seu modo de agir, de suas tradições e crenças, que são muitas vezes relegadas a “segundo plano”, suplantadas pelo interesses de determinados grupos políticos e econômicos e pelas tendências globalizantes, que “sufoca” ...

¹⁹ Já houve casos em que a proibição da “brincadeira do boi” pela polícia foi confrontada pelos moradores, em que, praticamente “impondo a força”, conseguem dar continuidade ao evento. Segundo estes, o fato de “impor” a “brincadeira” não está associado simplesmente ao lazer ou às raízes culturais, mas ao desrespeito e ao descaso dado ao modo daquele grupo manifestar suas tradições.

Também se considera como positivos neste estudo, os comentários apresentados pelos moradores locais quanto as suas percepções acerca da paisagem, na qual baseiam-se nos aspectos naturais e culturais (de base luso-açoriana) para atribuir valores às formas espaciais, evidenciando-os na paisagem através de atributos como *tranqüilidade, limpeza do ambiente, harmonia*, ao mesmo tempo em que referenciam também aquelas formas que lhe remontam às memórias do passado e à história do lugar, como a *vila de pescadores, a Igreja e ruínas em Armação da Piedade, o artesanato*, além, do valor de uso que representam.

Embora, novos valores sejam incorporados ao seu modo de pensar, permanecem ainda junto à comunidade idéias que ...

Para finalizar, constata-se que o incentivo ao turismo, bem como a implantação de equipamentos e infra-estrutura turística na área em estudo possa, talvez, ser efetuado, desde que venha de encontro às necessidades básicas daquela comunidade. Ou seja, um turismo baseado em novos fundamentos sociais e políticos, contrário ao atual estilo promovido, caracterizado como um turismo perverso, no seu trato com os ambientes litorâneos e as comunidades, e de fábulas, pelo discurso tendencioso e alienante que permeiam a sua promoção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALESSANDRI CARLOS, Ana Fani. O turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGI, Eduardo; ALESSANDRI CARLOS, Ana Fani; CRUZ, Rita de C. (orgs) *Turismo: Espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1999. 25-37 p.
- ANDRADE, José Vicente de. *Turismo: fundamentos e dimensões*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995. 215 p.
- BARRETO, Margarita. *Planejamento e organização em turismo*. Campinas: Papyrus, 1991. 108 p.
- BERQUE, Augustin. Paisagem-marca: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato e Rosendahl, Zeny (orgs). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998. p.84-91.
- CABRAL, Luiz O. Bacia da Lagoa do Peri: sobre as dimensões da paisagem e seu valor. Florianópolis: UFSC. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1999, 236 p.
- CÂMARA, Maurício R. O turismo no litoral de Santa Catarina: tensões, conflitos e reorganização Espacial. UFSC, 2001.
- CAMPOS, Nazareno J. Terras comunais e a pequena produção açoriana na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1991.
- CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. Turismo e ordenação no espaço urbano. In: *Turismo urbano: sites de excitação turística*. Porto alegre: Edição dos Autores, 1999. 22-33p.
- _____. Por que geografia no turismo? In: *Turismo: 9 propostas para saber-fazer*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. 131-143p.
- CLAUDINO, Carlos Alberto. O patrimônio Público e o desenvolvimento turístico em Armação da Piedade/ Gancho - SC. Florianópolis: UFSC. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia). 1997. 55 p.
- CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. In: ____ (orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998. 123p.

- COSGROVE, Denis. A geografia está em toda a parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato e Rosendahl, Zeny (orgs). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998. p. 92-123.
- CLAVAL, Paul. A geografia cultural. Florianópolis. Editora da UFSC, 1999. 453p.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Introdução a Geografia do Turismo. São Paulo: Roca, 2001
- DIEGUES, Antônio Carlos. Planejamento e gerenciamento costeiro: alguns aspectos metodológicos. In: 2º Encontro Nacional de Estudos sobre Meio Ambiente. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 1989. 3 v. p. 112-150.
- DOLFUSS, Olivivier. *A análise geográfica*. São Paulo: Difel, 1973.130 p.
- FARIAS, Vilson Francisco de. Dos Açores ao Brasil Meridional: uma viagem no tempo – 500 anos litoral catarinense. Florianópolis: Ed. do autor, 2000.
- _____. De Portugal ao Sul do Brasil: 500 anos: História, cultura e turismo. Florianópolis: Ed. do autor, 2001.
- FELLINI, Lourdes. *Turismo: uma atividade municipal*. Porto Alegre: EST, 1983.
- FERREIRA, Francisco A. C. *Turismo e desenvolvimento urbano: avaliação do impacto sócio-ambiental da atividade turística na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, 1992. 177 p.
- FIGUEIRÓ, A S. Evolução do conceito de paisagem: uma breve revisão. GEOSUL. Florianópolis: UFSC, v.13, n. 26, jul./dez. 1998. 40-52 p.
- GOVERNO DE SC / FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. Guia de Bens tombados - SC. Pesquisa e texto de Alcídio Mafra de Souza.. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1992. p. 75-84.
- GOVERNO DE SC / SANTUR. Relatório: pesquisa da demanda turística do Estado de Santa Catarina, 2001.
- GOVERNO DE SC / SANTUR. Pesquisa mercadológica e da demanda turística do Município de Governador Celso Ramos, 2002.
- GOVERNO DE SC / SEDUMA. Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico-Econômico. Florianópolis, 1996.
- GOVERNO DE SC / SEPLAN - SEDOC. Diagnóstico Municipal de Governador Celso Ramos. Florianópolis: [s.n], 1990. p. 28.

GOVERNO FEDERAL. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO E EMBRATUR. Política Nacional de Turismo 1995-1999. Principais diretrizes, estratégias e programas.

HOLZER, Werther. A geografia humanista: uma revisão. *Espaço e cultura*, n.3, jan. 1997. 8-19 p.

_____. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. *Território*, ano II, n.3, jul/dez. 1997b. 77-85 p.

KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. 235 p.

LEFÊVRE, Fernando (org). Os novos instrumentos no contexto da pesquisa qualitativa. In: *O discurso do sujeito coletivo. Uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa*. Caxias do Sul: EDUCS, 2000, 11- 35 p.

LOWENTHAL, David. Geografia, Experiência e Imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica. In: CHRISTOFOLETTI, A (org.). *Perspectivas da geografia*, São Paulo: Difel, 1982. P. 101-130.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Geografia: Pequena história crítica*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MIDAGLIA, Carmem L. V. Turismo e meio ambiente no litoral paulista: dinâmica da balneabilidade nas praias. In: LEMOS, Amalia Ines. *Turismo: Impactos socioambientais*. São Paulo: Hucitec, 1999

O ESTADO. Praias privadas em Celso Ramos. _____, Florianópolis, 6 de setembro de 1999.

OURIQUES, Helton Ricardo. *Turismo em Florianópolis: uma crítica à “indústria pós-moderna”*. Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

PAIVA, Maria das Graças de M. Turismo e ecologia. In: *Sociologia do turismo*. Campinas: Papirus, 1995. cap. 5, p. 51-54.

PELLEGRINI FILHO, Américo. *Ecologia, cultura e turismo*. Campinas: Papirus, 1993. 190 p.

PIRES, Paulo dos Santos. Paisagem litorânea de Santa Catarina como recurso turístico. In: YÁZIGI, Eduardo; ALESSANDRI CARLOS, Ana Fani; CRUZ, Rita de C. (orgs) *Turismo: Espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1999. 161-177 p.

- PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS / IPUF. Plano de Desenvolvimento Turístico do Aglomerado Urbano de Florianópolis: IPUF,1988, v. 2.
- RELPH, Edward. As bases fenomenológicas da geografia. *Geografia*, v.7, n.4,p.1-25, abr. 1979.
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Turismo e Espaço – Rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 2001.
- RODRIGUES, Arlete M. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: YÁZIGI, Eduardo; ALESSANDRI CARLOS, Ana Fani; CRUZ, Rita de C. (orgs) *Turismo: Espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1999. 55-62 p.
- RUSCHMANN, Dóris. *Turismo e planejamento sustentável*. Campinas: Papirus, 1997.
- SANTIAGO, Alina. Urbanização e meio ambiente na Ilha de Santa Catarina. In: 3ª Reunião Especial da SBPC. Ecossistemas costeiros: do conhecimento à gestão. *Anais ...* Florianópolis: UFSC, 1996. p. 140-142.
- SANTOS, Milton. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1985
- _____. Metamorfose do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1997, 124 p.
- _____. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro : Record, 2001, 174 p.
- _____. Técnica espaço tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994, 189 p.
- SAUER, Carl A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato e Rosendahl, Zeny (orgs). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998. p. 12-74.
- SILVA, Célia Maria E. A evolução sócio-espacial do capitalismo em Ganchos. Projeto de pesquisa do curso de Pós-graduação em Geografia. Florianópolis: UFSC, 1986. 49 p.
- _____. *Ganchos/SC: ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira*. Florianópolis: UFSC, 1992. 197 p.
- SILVA, C. MACHADO, E. e CAMPOS, N. A (re)produção do espaço litorâneo catarinense. In: Congresso de História e geografia de Santa Catarina. Anais... Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de SC, 1997.

TRINDADE JUNIOR, Saint C. C. Estrutura, processo, função e forma: aplicabilidade à análise do espaço intra-urbano . In: CARLOS, Ana Fani (org.) Ensaios de geografia contemporânea. São Paulo: Hucitec, 1996, 133-140 p.

TUAN, Yi-Fu,. Ambigüidades nas atitudes para com o meio ambiente. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, v. 33, n.245, p. 5-23, abr/jun. 1975.

_____. Geografia humanística. In: CHRISTOFOLETTI, A (org.) Perspectiva da Geografia.. São Paulo: Difel, 1982. 143-164 p.

ANEXOS

ANEXO 1

QUESTIONÁRIO APLICADO A MORADORES E VISITANTES

QUESTIONÁRIO :

Referência:

Mn = morador nativo,

Mf = morador de fora (recente – veio morar no lugar a menos de 5 anos),

V = visitante (turista)

E= Empresário

Et = Empresário específico na área de turismo

T= trabalham com turismo (ambulantes, assalariados,...)

Data: / / . Local : _____ hs: - _____
 Nome: _____ .

Sexo: M () F () **REFERÊNCIA:** ()

Idade: _____ Escolaridade: _____.

Profissão: _____ Local de Origem: _____

Onde reside atualmente: _____

M – tempo de moradia _____ .

Mf: motivo pelo qual veio morar no local. _____.

V –freqüência com que visita _____ .

Motivo pelo qual freqüenta _____ .

Como conheceu o local _____ .

T = Tempo de trabalho no local _____ .

E = Quanto tempo empreende no local _____ .

Motivos pela sua instalação no local _____ .

Vantagens e desvantagens de empreender no local _____

Tipo de serviço: _____ .

SOBRE O TURISMO:

M, E, T, V, TI Você acha que o turismo é importante para Ganchos? Pq?

M, V, E, T, TI Qual o principal atrativo turístico de Ganchos?

Et, TA Qual o tipo de turismo, na sua opinião, o lugar apresenta como potencialidade?

M,V, E, T, TI De que forma o turismo beneficia e/ ou prejudica os moradores locais?

M, E, T Com relação ao turismo no local, você se sente:
beneficiado () prejudicado () Não faz diferença ()

M, E, V,T, TI Na sua opinião, quem ganha com o turismo?

T Quando ganha por dia/ mês? Possui outra remuneração?

T Quanto tempo vende (trabalha aqui)?

T Quais as principais dificuldades na sua profissão?

SOBRE O LUGAR E A PAISAGEM:

Qual o motivo de você **Morar (M)** , **trabalhar (T)**, **empreender (E)** neste lugar?

M, E Na sua opinião, morar em Ganchos nos últimos 10 anos
Melhorou () Piorou () Indiferente ()

Em quais aspectos? _____

M, E Você pretende sair daqui (morar em outro lugar) ? PQ?

M, E ,TI Quais os principais problemas de se viver no lugar?

M, E, V, T, TI O que você entende por paisagem?

M, E, V, T, TI O que pensa sobre o empreendimento “Palmas do Arvoredo”?

M, E, V O teria acontecido com a paisagem local se não existisse esse empreendimento?

E De que forma a paisagem contribui para o seu empreendimento?

M, E, V, T, TI Com relação a “Brincadeira do Boi” você é:
() a favor () contra () indiferente () prefere não opinar
Porque?:

M, E, V, T, TI Na sua opinião, com relação a cultura (luso-açoriana) na paisagem local:
Esta se valorizando() Não está se dando o devido valor ()
Porque?:

M (se for pescador) Você gosta de trabalhar com a pesca ? Porque ?

M, V, E, T, TI A Praia para você é local de :
_____ (poucas palavras).

M, V, E, T, TI O que você acha das praias que se tornam privadas?
SOBRE ESTA PAISAGEM: (M, E, V, T e TI)

Como a descreveria?

Do que mais gosta ? porque?

Do que menos gosta? Porque?

Para que serve?

O que mudaria nela?

Como cuidar?

Quem deve cuidar?

Como você gostaria que seus filhos e netos a conhecessem?

COM USO DE FOTOGRAFIAS: (M, E, V, T, TI)

Quais as fotografias mais bonitas e pq as escolheu?

- ()
- ()
- ()

Quais as fotos mais feias e pq as escolheu?

- ()
- ()
- ()

OBS:

ANEXO 2

MATERIAIS PROMOCIONAIS DE GANCHOS

ANEXO 3

MATERIAIS JORNALÍSTICOS DE GANCHOS